



ano 4 - número 6
abril / 2006

PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

Nesta edição:

- BAIXADA FLUMINENSE:
DA CONCEITUAÇÃO ÀS PROBLEMÁTICAS
SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS
- OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS
AGRÁRIAS E DE SANEAMENTO
NA BAIXADA FLUMINENSE
- O SANTUÁRIO MARIANO
- A DIOCESE DE DUQUE DE CAXIAS
E SÃO JOÃO DE MERITI:
UM PROJETO DE IGREJA
- O CANDOMBLÉ NA BAIXADA FLUMINENSE
- VISÕES UNIVERSITÁRIAS
SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE
 - NÚCLEO COLONIAL DE SÃO BENTO,
LUGAR DE MEMÓRIA E IMAGEM
 - BAIRRO JARDIM LEAL

E mais:

na Seção Memória Viva, entrevista com
o Sr. Acácio de Araújo .



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara
municipal de duque de caxias e associação dos arrigos do instituto histórico.

AH

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Divair Alves de Oliveira Junior

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Sérgio Locatel Barreto

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Antônio Augusto Braz

ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
DA CMDC:
Anne Moreira

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos Sá Bezerra
Odemir Capistrano Silva
Rogério Torres
Ruyter Poubel
Sandra Godinho Maggessi Pereira
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:
Alda Regina Siqueira Assumpção / José Rogério
Lopes de Oliveira / Manoel Mathias Thiburcio
Filho / Roselena Braz Veillard / Suely Alves Silva /
Luiz Felipe dos Santos Junior / Conrado da Nova
Rodrigues / Leonardo Simião da Silva

CAPA:
Newton Menezes

LOGOMARCA:
Guilherme Peres

DESIGNER GRÁFICO:
Agnaldo Werneck

FOTO / CAPA:
Catedral de Santo Antônio - 2002
Foto: Arnóbio Salviano Ferreira
Acervo sob a guarda da Secretaria Municipal de
Cultura/Duque de Caxias

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto
CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: 2671-6298 ramal 247
e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

AOS ESPÍRITOS INDÔMITOS

Faz tempo, Fluminense (em Xerém, Caxias) e América (em Cosmorama ou Édson Passos, Mesquita, e no quilômetro 18 da Rodovia Washington Luís, também em Caxias) fincaram planos para o futuro nestas paragens onde as várzeas se realçam nas cheias. Pode parecer estranho começar um editorial de uma revista de história falando sobre futebol. Mas o futebol é parte da cultura brasileira, tem nela um lugar de reconhecida relevância, quem sabe um papel mobilizador. Logo, nada mais legítimo do que apontar holofotes para quem participa da construção da nossa história. Como se diz no samba, glória ao clube tijucano pelo projeto "América no Coração da Baixada", e ao tricolor das Laranjeiras pelo "Projeto Xerém".

Aliás, os clubes ou agremiações, de caráter esportivo, recreativo ou de qualquer natureza, catalisam muito das potencialidades nacionais, dispersas pela geografia física ou pelas distâncias de fundo socioeconômico. Aí se reúne, segundo os versos de Martinho da Vila, "gente empenhada em construir a ilusão/e que tem sonhos", mostrando o que se pode fazer quando mentes e braços se abraçam em mutirão. Um dia, Paulo Benjamim de Oliveira, o grande Paulo da Portela, imaginou que essas entidades se constituiriam em núcleos de formação de cidadania.

Aqui, nestas terras litorâneas de baixo relevo, orladas de manguezais, o futuro coletivo, como no resto do Brasil e pelo mundo afora, ainda vai se produzindo enquanto se configuram as memórias individuais. É bem verdade que os andamentos são diversificados, mas cada qual no seu compasso traça com seus pés as marcas nas calçadas do tempo. Estejam esses passos em Xerém, estejam em Cosmorama, em qualquer ponto desta ondulada região dita Baixada Fluminense, que em 30 de abril celebra o seu dia, em qualquer dos seus municípios com suas variadas identidades, em qualquer lugar do planeta, sempre haverá alguém com quem cruzar o salão e partilhar conjuras e juras à meia-voz. A esses espíritos indômitos, que carregam consigo, todos os dias, o melhor da vida, as mais efusivas saudações da Pilares!

Odemir Capistrano Silva

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”
/ Câmara Municipal
de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do
Instituto Histórico
agradecem o apoio:

Dos Autores

CEMPEDOCH-BF
Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da
Baixada Fluminense

FEUDUC
Fundação Educacional de Duque de Caxias

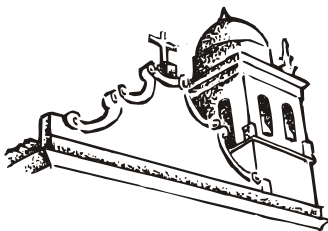
IPAHB
Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências
Sociais da Baixada
Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ
Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na
Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da
produção deste trabalho e
daqueles que se empenham no difícil processo
da permanente construção e
reconstrução da nossa história.

*O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de
artigos para possível publicação.*

*As idéias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão
destes são da responsabilidade dos autores.*



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

VIVA O DIA DA BAIXADA!

Esta sexta edição da Revista Pilares da História é comemorativa ao Dia da Baixada Fluminense – 30 de abril – que, com seu conteúdo, busca revelar nossos valores, divulgando como o desenvolvimento econômico e a cultura estão sempre presentes na nossa história.

Para falar sobre Duque de Caxias é inevitável comentar sobre o grande desenvolvimento que não só nosso município vem atingindo, mas toda a região da Baixada Fluminense.

Devido, principalmente, às vendas de petróleo, Duque de Caxias passou, em 2005, da 12ª posição para a 3ª, como a maior cidade exportadora do país e é a primeira cidade não-capital com maior PIB - em 1999 era a 15ª -, subindo para o 6º lugar em 2002, à frente de capitais importantes como Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Além disso, Duque de Caxias tem consolidada hoje sua posição não apenas como uma das maiores economias do Estado (é a 2ª), como também se firma entre as principais do Brasil.

Esses dados só confirmam que o estigma que carregávamos, durante muitos anos, de ser uma região violenta, aos poucos vem se exaurindo e dando lugar, no cenário nacional, para as questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

O objetivo maior do Dia da Baixada Fluminense é o de, neste momento em que a mesma desponta como uma das mais importantes micro-regiões do país, resgatar o sentimento de auto-estima da população, de modo que o povo da Baixada sinta orgulho desta região e se empenhe no seu desenvolvimento, não apenas econômico, mas também cultural.

A importância de iniciativas como a publicação da Revista Pilares da História, que relata toda a trajetória de transformações ocorridas na Baixada, torna-se um referencial para as futuras gerações.

Poucos sabem, por exemplo, que o Dia da Baixada Fluminense refere-se à inauguração da primeira estrada de ferro construída no Brasil, no ano de 1854, que ligava o porto de Mauá à região de Frágoso, na Raiz da Serra de Petrópolis. As ferrovias tornaram-se um marco histórico na ocupação da região, configurando o declínio dos portos fluviais, da navegação pelos rios e dos caminhos dos tropeiros. Foi o começo do processo de surgimento das vilas e povoados que se organizaram ao redor das estações das estradas de ferro, origem de muitas das atuais cidades da Baixada.

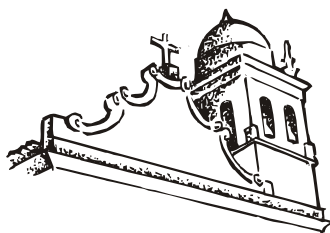
São essas informações, buscando uma análise da realidade da nossa região, que a Revista Pilares da História procura recuperar, tornando-a assim, um ponto de referência para a divulgação da história regional.

A Câmara Municipal de Duque de Caxias parabeniza a historiadora Tania Amaro, diretora do Instituto Histórico, a Associação Amigos do Instituto Histórico e as demais instituições que se preocupam com a preservação da história, por mais este brilhante trabalho.

Divair Alves de Oliveira Junior

Sumário

| | |
|---|----|
| BAIXADA FLUMINENSE: DA CONCEITUAÇÃO ÀS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS <i>Alexandre dos Santos Marques</i> | 7 |
| OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS E DE SANEAMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE <i>Marlúcia Santos de Souza</i> | 17 |
| O SANTUÁRIO MARIANO <i>Guilherme Peres</i> | 26 |
| A DIOCESE DE DUQUE DE CAXIAS E SÃO JOÃO DE MERITI: UM PROJETO DE IGREJA <i>Ercília Coêlho de Oliveira</i> | 31 |
| O CANDOMBLÉ NA BAIXADA FLUMINENSE <i>Daniel Isaac</i> | 49 |
| VISÕES UNIVERSITÁRIAS SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE NÚCLEO COLONIAL DE SÃO BENTO, LUGAR DE MEMÓRIA E IMAGEM <i>Selma Chagas de Oliveira</i> | 70 |
| BAIRRO JARDIM LEAL <i>Cristiane Fernandes da Silva Correia, Mário Costa de Brito Paulo César Ferreira da Silva, Ubirajara Santos Vanessa de Araújo Fernandes</i> | 72 |
| SEÇÃO TRANSCRIÇÃO <i>Ercília Coêlho de Oliveira Tania Maria da Silva Amaro de Almeida</i> | 75 |
| SEÇÃO MEMÓRIA VIVA ENTREVISTA COM O SR. ACÁCIO DE ARAÚJO <i>Alexandre dos Santos Marques Roberto Gaspari Ribeiro Tania Maria da Silva Amaro de Almeida</i> | 78 |
| SEÇÃO ICONOGRAFIA..... | 87 |
| ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO..... | 97 |



BAIXADA FLUMINENSE: DA CONCEITUAÇÃO ÀS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS¹

Alexandre dos Santos Marques²

O conceito de Baixada Fluminense constituiu-se em expressão polissêmica e, de um modo geral, confunde-se a região com os conceitos elaborados. Dependendo da escala de observação, da atuação ou interesses de pesquisadores, instituições ou grupos políticos, ela assume configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas. Portanto, encontramos dificuldades em conceituá-la e, ainda mais, em delimitá-la geograficamente.

Segundo o dicionário Aurélio, baixada significa “planície entre montanhas”³, já fluminense origina-se do latim, flumen, que significa “rio”; designação muito próxima da de “iguassu”, que em tupi significa “muita água”. Esta designação já era utilizada pelos nativos da região antes da chegada dos europeus e, provavelmente, pelo Rio Iguaçu contar, em seu entorno, com muitas áreas alagadiças.

Já no período de ocupação européia, o Iguaçu tornou-se a principal via de transporte e referência para a região e, devido a isso, entre os séculos XVI e XIX a denominação da região esteve diretamente ligada a ele: sesmária de Iguassu, Fazenda de Iguaçu e Vila de Iguaçu. Em documentos desta época, ainda encontramos os termos Baixada Iguaçuana e Bacia do Rio Iguaçu.

Aproximando-se destas concepções, a Baixada Fluminense seria uma região de terras baixas, planas, recortadas por rios e, em boa parte, alagadiças, que estaria compreendida entre as cidades de Campos, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro, e Itaguaí.⁴

Esta interpretação está ligada às análises históricas que tratam da realidade regional até o século XIX, e aproxima-se de um conceito muito utilizado pelos geógrafos, o de Recôncavo Guanabarinu: área de terras baixas entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara, estendendo-se de São Gonçalo a Nova Iguaçu.⁵ De forma recorrente, encontramos nas obras de memorialistas como

¹ Texto apresentado, com modificações, como parte da avaliação da disciplina Seminário Especial I, ministrado pelo Prof. Dr. Lincoln Abreu Pena no Mestrado em História Social do Trabalho na Universidade Severino Sombra.

² Mestre em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra (Vassouras) e professor-titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC).

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Verbetes Baixada*. In: *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.220.

⁴ GEIGER, P. Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. P. 292, 293.

⁵ Conceito utilizado por BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Record, 1986; BEZERRA, Nielson Rosa. *Pau Para Toda Obra: a importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarinu*. In: *Cadernos de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense: Hidra de Igoassú*. Duque de Caxias: FEUDUC/CEMPEDUCH-BF/APPH-CLIO, ano I, n 02, Julho/Agosto/Setembro de 1999 e GRYNZPAN Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1987. p. 17-20.

Ruy Afrânio, José Mattoso de Maia Forte, Ney Alberto e Guilherme Peres, o termo “tabuleiro da Guanabara” que possui como referência o Recôncavo Baiano.

Já Marlúcia Santos de Souza e Roberto Pires Júnior identificaram esta região como “Terra de muitas águas”⁶, utilizando-o como título de um vídeo-documentário⁷. Marlúcia o desenvolveria em sua dissertação de mestrado⁸, acrescentando que esta região é uma imensa planície em formato de tabuleiro cortado por vários rios⁹.

Uma outra forma de conceituar a região é remeter-se à divisão das capitânicas hereditárias ocorridas no início da colonização. No século XVI, o que atualmente identificamos como os municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, estavam dentro da mesma sesmaria, a de Iguassu. Esta foi doada a Brás Cubas, que não a ocupou, o que só ocorreu posteriormente com Cristóvão Monteiro e com a Ordem de São Bento do Brasil. Entre o final do século XVIII e todo o século XIX, existiam três vilas: a de Magé (1789), a de Iguaçu (1833) e a de Estrela (1846) e nelas estariam compreendidas a Baixada Fluminense e o Recôncavo.

Nos anos 50 e 60 do século XX, popularizaram-se as análises de cunho acadêmico, entre as quais a de Geiger e Santos. Estes, partindo dos estudos sobre os loteamentos realizados, principalmente, em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, do aumento demográfico e, conseqüentemente, de pessoas que trabalhavam no Rio de Janeiro, caracterizaram a região como sendo formada por um conjunto de cidades-dormitório¹⁰, termo que até hoje, equivocadamente, é utilizado para as análises contemporâneas sobre a região.

Em “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, Maurício de Abreu ao estudar as mudanças ocorridas na capital e sua relação com as periferias desenvolveu o conceito de “região metropolitana” e identificou os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti como “subúrbio periférico”¹¹, termo ampliado por Marlúcia Santos de Souza para “periferia da periferia da cidade do Rio de Janeiro” e apresentado num artigo em que analisa as disputas políticas pelo controle do imaginário local a partir da década de 50¹².

Com o crescimento populacional e as mudanças a nível nacional ocorridas nos anos 70, foi necessário redimensionar as possibilidades da região. A FUNDREM, Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nominou a Baixada Fluminense como “Unidade Urbana Integrada à Oeste”(UUIO), a partir de algumas características urbanas mais definidas, ou seja, estas sendo mais importantes que as rurais, com mais indústrias, contando com uma maior infra-estrutura urbana e com muitas semelhanças com a capital. Para a Fundação, a Baixada Fluminense era composta por Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis. Interessante que os municípios que atualmente compõem a região, no passado agrário pertenciam à mesma sesmaria e, até hoje, são considerados área rural.

⁶ PIRES JUNIOR, Roberto. SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. Terras de muitas águas. In: Socializando a produção escrita. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia, 1996.

⁷ SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. Terras de muitas águas. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia, 1996.

⁸ SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias; 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

⁹ _____. Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias; 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

¹⁰ GEIGER, P. Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p. 292, 293.

¹¹ ABREU, Maurício de. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN/Rio, 1997.

¹² SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. Imagens da cidade de Duque de Caxias. In: Revista da FEUDUC. Duque de Caxias: FEUDUC/CEPEA/PIBIC, setembro, 2002.

Atualmente, os órgãos oficiais, do estado e dos municípios, recortam a Baixada Fluminense também de forma diversificada. No Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, em um material de divulgação que continha um mapa, a região estaria restrita aos quatro maiores municípios da região metropolitana: Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Esta mesma lógica foi utilizada pelos programas Baixada Viva e Nova Baixada, dos governos de Marcelo Alencar e Anthony Garotinho.

Em outras configurações, encontramos onze municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Paracambi, Guapimirim, Japeri e Magé; outros ainda acrescentariam o município de Seropédica. Seguindo critérios ligados às suas características geográficas, devemos refletir melhor sobre os cinco últimos, já que se localizam em áreas de confluência com a serra.

Alguns mais equivocados colocam os bairros de Acari e Pavuna também como regiões pertencentes à Baixada Fluminense, mas estes se constituem em bairros da cidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma, com o aumento da violência e da atuação dos grupos de extermínio, equivocada ou intencionalmente, os jornais da década de 70 e 80 colocavam Vigário Geral e Parada de Lucas como pertencentes a essa região. Os critérios para a utilização deste recorte são variados, sendo que para estes últimos foi o da violência e o dos índices de qualidade de vida.

Os jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, alguns inclusive com amplitude nacional, que atualmente mudaram as pautas do noticiário referente à região, durante muito tempo dela construíram e divulgaram uma imagem negativa. Esta era baseada na pobreza e na violência que acabaram se tornando senso comum, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, em localidades que, muitas das vezes, apresentavam índices e condições de vida piores do que na Baixada Fluminense.

Podemos relacionar, nos anos 50, a “Luta Democrática” - de Tenório Cavalcanti que, apesar de ser editado em Duque de Caxias, tinha circulação nacional e divulgava manchetes e fotos sensacionalistas ligadas à violência -, o “Última Hora” e “O Dia”. Neste último, destacavam-se figuras como “Mão Branca” e “Máscara Negra”, personagens anônimos ligados aos grupos de extermínio e às chacinas ocorridas na região nas décadas de 70 e 80. Através de ampla divulgação nos noticiários que estimulavam o medo e o pavor, povoaram o imaginário popular local; criaram imensas dificuldades para a construção de uma identidade positiva, principalmente entre os mais jovens, e contribuíram para a eleição de vários candidatos aos executivos e legislativos municipais. Devido a isso, para alguns segmentos sociais, morar e se identificar com a Baixada Fluminense tornou-se pejorativo já que, para eles, os símbolos e espaços de sociabilidade localizavam-se no Rio de Janeiro.

O posicionamento destes jornais sempre encontrou, em alguns dos intelectuais locais, ferrenhos críticos. Existiam ainda aqueles moradores que, apesar da realidade que se impunha, olhavam a região, na mesma época, de uma forma romântica, calcada no discurso do progresso e do desenvolvimento e defendiam a idéia de que a região era ocupada por uma gente simples, ordeira e trabalhadora que apostava num futuro melhor.

Podemos ilustrar esta reflexão através de dois poetas, um de Nova Iguaçu e outro de Duque de Caxias. Adhemar Guimarães¹³, em “Nova Iguaçu, cenário de poesia e ao amor e a natureza”, diria que:

¹³ Adhemar Guimarães nascido no Rio de Janeiro em 1942 mudou-se para Nova Iguaçu em 1947. Pertencente a Ordem Rosacruz, viajou por vários estados do Brasil. Membro da Academia Nilopolitana de Letras e da Academia de Artes e Letras de Nova Iguaçu. Nesta cidade existe uma rua com o seu nome.

*“Eu me recordo muito bem. Foi nos idos de 1950
Menino ainda, andava alegre pelas ruas poeirentas
A cidade era pacata, tranqüila, simples e tudo nela era belo.
Somente duas ruas eram calçadas, a Marechal Floriano e
Bernadino de Melo.
Não existiam grandes construções, poucos eram os edifícios.
Muitas casas, sobrados, construções antigas,
lembrando o passado
(...)
Ah! Que saudades eu tenho da antiga Praça da Liberdade.
Com suas árvores frondosas, seus bancos de madeira,
onde todos à tarde
Procurando descansar, ouvindo os gorjeios dos pardais (...).”¹⁴*

Em Duque de Caxias, destacou-se a figura de Barboza Leite¹⁵, nos anos 50, diria:

*“Nesta Baixada,
Onde Caxias nasceu,
O Progresso é o lema
Que o trabalho escolheu
De plagas distante
Deste e de outros países
São os teus povoadores
Toda essa gente viril
De fazer do teu nome
Um pendão do Brasil.”¹⁶*

Barboza reafirmaria estas posições no Hino da União dos Estudantes¹⁷ e na obra “Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade chamada Duque de Caxias”.¹⁸

Recentemente, Zeca Pagodinho, um dos sambistas nacionais mais populares, cantando versos de Nei Lopes e Wilson Moreira, seguindo a onda de euforia divulgada pelos jornais, nos anos 90, relacionou os nomes de alguns lugares com importância no passado agrário da região com a nova toponímia e destaca que:

*“Atualmente a nossa velha Baixada
Tá prá lá de levantada
Com o progresso que chegou*

¹⁴ GUIMARÃES, Adhemar. Nova Iguaçu. Ode de Saudade, confiança e amor. In: n Nova Iguaçu, cenário à poesia e ao amor e a natureza. Nova Iguaçu: edição do autor, 1992. p. 25,26.

¹⁵ Francisco Barboza Leite. Cearense, poeta, artista plástico, ligado a Solano Trindade com quem trabalhava no IBGE e que lhe trouxe para o município nos anos 50. Militante da cultura, mantinha um ateliê de pintura na cidade do Rio de Janeiro e incentivou vários artistas locais a se apresentarem na capital incentivando vários a exporem em Duque de Caxias. Compôs o hino municipal. Foi um dos idealizadores do grupo Arte e Comunicação (ARCO). Organizou salões de arte e pintura, criou jornais e revistas que tinham como eixo a cultura local, publicou vários livros e produziu filmes em super 8, atuou em peças teatrais como ator, dramaturgo e contra-regra; ocupou o conselho municipal de cultura e negava-se a participar da Academia Caxiense de Letras. Atuou como articulista em jornais e revistas locais

¹⁶ LEITE, Francisco Barboza. Hino de exaltação à cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: e/a, 1958

¹⁷ LEITE, Francisco Barboza. Hino da União dos estudantes. Duque de Caxias: e/a, 1958

¹⁸ LEITE, Francisco Barboza. Trilhas, Roteiros e Legendas de uma cidade chamada Duque de Caxias. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia/Consórcio de Administração de Edições, 1986.

*Tá tudo Olinda
O esquadrão fechou a tampa
O negócio é Rio-Sampa
Grande-Rio e Beija-Flor.*”¹⁹

Somente neste trecho, temos referências ao passado da região, a visão de progresso ligada às casas de espetáculos e às escolas de samba e, mais marcante, a diminuição da atuação dos grupos de extermínio (“o esquadrão fechou a tampa”), o que não corresponde a realidade divulgada pelos jornais e analisadas por José Cláudio de Souza Alves em sua pesquisa sobre as relações existentes entre a violência e o poder político local nas cidades da Baixada Fluminense.²⁰

O romantismo verificado nas poesias anteriormente assinaladas, difere da abordagem de dois outros poetas, que se referiam a realidade dos anos 50 de forma mais crítica: Solano Trindade²¹ e José Ranhada.²²

Sobre a violência na cidade e a ausência do poder público, José Ranhada diria:

*“Bandidos assaltam de madrugada.
A cidade vive sobressaltada,
Numa situação nervosa, alarmante,
Que a população lamenta bastante.*

*Carecendo de bom policiamento,
Nossa cidade vive no momento,
A mercê dos bandidos mascarados
- uma porção, talvez, de renegados.*

*Não cabe, ao caso, um simples sedativo
É necessário um grande corretivo,
Enérgico e muito bem planejado,
E, ainda seja melhor executado...*

*E senhores administradores.
Olhai pelo pacatos moradores:
Não pode crescer a população
E estacionar uma administração...”*²³

¹⁹ PAGODINHO, Zeca. Sapopemba e Maxambomba. In: Zeca Pagodinho. Ao vivo. Rio de Janeiro: Universal Music, 2003.

²⁰ ALVES, José Cláudio. Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado. _____ Dos barões aos grupos de extermínio. A história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2003.

²¹ Solano Trindade, nascido em Recife em 1908 onde participou do I Congresso Afro- Brasileiro e também do segundo realizado em Salvador. Em 1936 colaborou na fundação da Frente Negra Pernambucana e do Centro de Cultura Afro-Brasileira. Em 1940 fundou em Pelotas um grupo de arte popular que seria o embrião do Teatro Folclórico Brasileiro e do Teatro Popular Brasileiro, criados no Rio de Janeiro em 1943 e 1949 respectivamente. Em 1943 mudou-se para Duque de Caxias. Militante do Partido Comunista Brasileiro e funcionário do IBGE foi perseguido durante a Ditadura Militar.

²² José Ranhada chegou a Duque de Caxias em 1950. Foi responsável pela coluna “Rimando a Crônica” no Jornal “A Folha de Caxias” onde escreveu pela primeira vez em 30 de maio de 1954, dois meses depois faleceu.

²³ RANHADA, José. Rimando a crônica. In: Folha de Caxias. Duque de Caxias: 03.06.1954. P.3

Sobre a realidade local e a perspectiva de mudança, Solano Trindade assim se referiu:

*“A cidade onde eu moro
É como o mundo
Tem criminosos e santos
Há os que exploram
E há os explorados
Quando o mundo mudar
A cidade onde eu moro
Mudará também.”²⁴*

A mudança vislumbrada por Solano Trindade pode ser verificada pelos dados das duas maiores cidades da região: em 1940, a população de Nova Iguaçu era de 140.606; em 1950, mesmo após as emancipações de Duque de Caxias, em 1943, de Nilópolis e São João de Meriti, em 1947, chegou a 145.649 habitantes. Segundo o censo de 2000, já contabilizando as emancipações de Mesquita, Japeri, Queimados e Belford Roxo, atingiu os 750.487 habitantes.²⁵

Duque de Caxias, que em 1950 tinha 123.432 habitantes chegou ao ano 2.000 com 770.865 habitantes. Através destes dados, podemos criticar o conceito anteriormente utilizado de cidade-dormitório, já que tal conceito não se aplica mais a esta região, particularmente a estas duas cidades.

A maior parte da população, atualmente, trabalha nas próprias cidade, principalmente no setor de serviços e no comércio, sendo um bom indício desta afirmação o ICMS recolhido em 2001. Duque de Caxias arrecadou R\$1.306.351.313,91 e Nova Iguaçu, R\$63.485.337,57, com uma média de R\$ 1.694,65 por habitante na primeira cidade e de R\$ 84,60 na segunda. O primeiro município constituiu-se na segunda maior economia do estado e na sexta do país.

Mesmo com as disparidades existentes entre eles, esta se torna ainda mais acentuada quando a comparamos à arrecadação de Japeri, município da mesma região e considerado o mais pobre do Estado do Rio de Janeiro e um dos mais pobres do Brasil. Nele, o valor arrecadado foi de R\$407.302,08, para uma população de 83.160 habitantes²⁶, o que equivale a R\$4,90 por habitante.

Em relação à população, a região apresenta alguns dados interessantes. Atualmente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na qual está inserida a Baixada Fluminense, representa 15% da superfície total do estado, porém possui uma densidade demográfica maior que a de todas as outras regiões, com aproximadamente 26% da população de todo o Estado do Rio de Janeiro. Caso mais grave é o de São João de Meriti, que apesar de ter um imenso Shopping Center, de ser a sede de uma das maiores redes de supermercados do país e de uma das maiores empresas de transportes coletivos do estado, constitui-se na cidade com o maior número de habitantes por metro quadrado e uma das mais pobres do Rio de Janeiro. Esta realidade acaba interferindo em sua infra-estrutura que permanece praticamente a mesma há décadas.

Após a apresentação acima, o que dizem os jornais e as lideranças políticas contemporâneas sobre a região? Como a denominam?

Nos anos 90, podemos identificar uma mudança bastante sensível na produção jornalística sobre a Baixada Fluminense. Nos jornais de grande circulação, surgem cadernos ou

²⁴ TRINDADE, Solano. Epigrama Caxiense. In: Jornal O Grupo. Duque de caxias, maio de 1957.

²⁵ CENSO Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

²⁶ O mapa da Baixada. In: PSB, Partido Socialista Brasileiro

suplementos especiais para tratar da realidade local. Esta mudança foi acompanhada pelos grandes investimentos públicos e privados e por mudanças no tabuleiro político dos municípios.

Mudaram os grupos políticos que mantiveram por várias décadas o domínio da máquina pública, principalmente em Duque de Caxias, Magé e Nova Iguaçu; novas lideranças políticas que buscam afirmação surgiram em Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti; e, aquelas que ainda procuram brilhar com luz própria, como é o caso das de Japeri e Mesquita. Mas apesar da aparente ruptura e dos novos atores, as práticas políticas permanecem as mesmas: baseiam-se na violência, no nepotismo, no clientelismo e no assistencialismo, oportunistizados pelo controle da máquina pública, características apresentadas por Israel Beloch como de "Coronelismo Urbano".²⁷

Os marcos das mudanças econômicas, sem dúvida, foram a construção da Linha Vermelha e da Via Light; a instalação de várias empresas na região, tais como a do CODIN, do Pólo Petroquímico, os jornais "O Globo" e "Extra" em Duque de Caxias; a criação do Pólo Industrial em Queimados, do Shopping Grande Rio em São João de Meriti e da rede Carrefour nas maiores cidades; só para exemplificarmos.

Os jornais de grande circulação passaram a anunciar manchetes do tipo "Comércio aposta no futuro"²⁸; acompanhada por "Baixada terá sete Shopping Centers"²⁹ ou "Tudo do bom e do melhor"³⁰, indicando que o padrão de consumo na região aumentou e que também era necessário investimentos em infra-estrutura para esta nova demanda. Surgem manchetes como "A ordem é urbanizar"³¹ e ainda aquelas referentes aos investimentos industriais, "Investimentos de US\$ 920 milhões fazem da Baixada o novo ABC fluminense"³².

O Caderno direcionado à Baixada Fluminense do jornal "O Dia", com ampla circulação regional, curiosamente, possuía as mesmas cores do partido político que, por quase uma década, comandava o governo nacional, o PSDB, e mantinha uma hegemonia política tanto no âmbito do Governo do Estado, mantido por Marcelo Alencar; quanto na relação com as prefeituras locais, principalmente com Duque de Caxias, controlada por José Camilo Zito dos Santos; Nelson Bournier em Nova Iguaçu; Joca e Maria Lucia em Belford Roxo e Antonio de Carvalho, em São João de Meriti. Novidade maior neste recente tabuleiro político é a presença de Narriman Zito no comando da Prefeitura de Magé, rompendo com décadas de domínio local da família Cozzolino, que sem nenhuma tradição política elegeu-se prefeita daquele município e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, e de Waldir Zito em Belford Roxo.

Os prefeitos, por sua vez, aproveitando-se do momento do "novo ABC Fluminense" procuraram deixar as marcas de sua administração não com a implantação de políticas públicas transformadoras, mas pintando os espaços públicos das cidades que governavam com as cores do partido que pertenciam, dando um novo significado para a região que passa a ser conhecida pela "ditadura das cores" ou criando logomarcas. Podemos exemplificar com a "Felizcidade" de Duque de Caxias, governada por José Camilo Zito dos Santos; a "Cidade do Amor" e "Cidade do Progresso e do Respeito", como Joca e Mair Rosa alcunharam Belford Roxo; a "Pequena Notável", Nilópolis; Mesquita, a "cidade da paixão" e as "cidade da esperança" e "nova Magé", de Antonio de Carvalho e Narriman Zito, respectivamente.

²⁷ BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha. Tenório Cavalcanti e o povo da baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Record, 1986.

²⁸ Comércio aposta no futuro. In: O Dia. 01/08/1999.

²⁹ Baixada terá sete Shopping Centers. O Dia. 21/05/2000.

³⁰ Tudo do bom e do melhor. O Dia. 21/05/2000.

³¹ A ordem é urbanizar. O Dia. 04/07/1999.

³² Investimentos de US\$ 920 milhões fazem da Baixada o novo ABC Fluminense. O Globo. 26/01/1995.

Mesmo com todo este otimismo e com a enorme propaganda ideológica posta em prática pelas secretarias de comunicação destas prefeituras, não se pode ocultar os dados divulgados pelos órgãos oficiais ou pela imprensa na mesma década.

O IPPUR, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, divulgou em 1991, o "Mapa da Exclusão Social"³³. A Baixada Fluminense concentrava 26% da população do estado; o rendimento médio de seus habitantes estava em torno de 1 salário mínimo; e 85% da população da região era de origem negra.³⁴

Em 1995, segundo os dados do "Suplemento Especial Pró-Baixada", a região era o quarto maior mercado consumidor do país; mas, 15% de sua população economicamente ativa recebia menos de meio salário mínimo e a média salarial era de 1 salário mínimo. Isto demonstra um quadro de altíssima concentração de renda e de condições de consumo para uma pequena parcela da população local; 10% da população eram analfabetos; existia um policial para cada 4.500 habitantes e segundo José Cláudio de Souza Alves, sociólogo e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, existe uma farmácia para cada 2.000 pessoas, quando o recomendável pela Organização Mundial de Saúde é de uma para cada dez mil habitantes, o que demonstra que o quadro da saúde no âmbito local, assim como em todas as áreas periféricas do país, é problemático. Em artigo de Edson Fialho³⁵, observamos que o PIB per capita de Duque de Caxias ocupa o 6º lugar a nível nacional e que o seu Índice de Desenvolvimento Humano é o 1796º, em um universo de 5.560 municípios brasileiros, e o 54º a nível estadual. Já Nova Iguaçu, ocupa o 54º lugar no PIB nacional e, em relação ao IDH, o 1526º e o 45º no âmbito estadual. Belford Roxo apresenta um quadro mais crítico, ocupando a 2106ª colocação no IDH a nível nacional e o 60º lugar no âmbito estadual, ocupando a 89ª colocação no PIB nacional.

Destacamos também os problemas ambientais provocados pela REDUC, Refinaria de Duque de Caxias; pelo BCH, o "pó-de-broca" na Cidade dos Meninos; e pelo Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho em Duque de Caxias e o do Baby, em Belford Roxo, cidade que também conta com seus "rios coloridos" efeitos dos dejetos da Bayer do Brasil. Temos, ainda, a grande quantidade de dejetos, *in natura*, lançados nos rios da "Terra de muitas águas" e daí, na Baía de Guanabara; e, para finalizar, a ocupação e o desmatamento desordenado das reservas ambientais do "fundo do rio" e da parte mais alta do Recôncavo Guanabarinó, que já aponta para futuros problemas relacionados ao abastecimento de água potável. Em tabela organizada por Fialho, no artigo citado acima, onde enumera os problemas ambientais da Baixada Fluminense através de oito itens – 1) disposição não licenciada de resíduos industriais; 2.) depósito licenciado de resíduos industriais; 3) poluição atmosférica; 4) poluição do corpo hídrico; 5) poluição do solo; 6) armazenamento temporário de resíduos industriais; 7) mineração; 8) vazamento de lixo -, Duque de Caxias só não se inclui no sétimo e Nova Iguaçu no segundo, sexto e sétimo itens; já Queimados só não se inclui nos dois últimos.

Conceituar a Baixada Fluminense serve também como grande argumento para problematizarmos não só a região, mas as relações sociais e políticas que nela se estabelecem. Identificar seus problemas e analisar os discursos sobre ela produzidos, torna-se importante à medida que os dados levantados podem colaborar para uma reflexão e intervenção sobre a realidade na busca de melhorias sociais, através da implantação de políticas públicas condizentes com as características regionais e das necessidades dos que nela atuam ou residem.

³³ Mapa da Exclusão Social. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/FASE, 1991.

³⁴ Apud de Suplemento Especial Pró-Baixada. In: MONTEIRO, Linderval Augusto. Baixada Fluminense. Ausência e Informalidade. Soluções práticas da população baixadense a partir da ineficiência do poder público: O caso Joca. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de História, 1996. Monografia de Bacharelado.

³⁵ FIALHO, Edson Soares. A Fragmentação do Território Fluminense: Uma reflexão acerca do movimento de Desfusão do Município do Rio de Janeiro e suas implicações à Baixada Fluminense. Artigo, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN/Rio, 1997.
- ALVES, José Claudio. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado.
- _____. *Dos Barões ao extermínio. A história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-Clío, 2003.
- AORDEM é urbanizar. *O Dia*. 04/07/1999.
- BAIXADA terá sete Shopping Centers. *O Dia*. 21/05/2000.
- BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Record, 1986;
- BEZERRA, Nielson Rosa. *Pau Para Toda Obra: a importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarrino*. In: *Cadernos de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense: Hidra de Igoassú*. Duque de Caxias: FEUDUC/CEMPEDUCH-BF/APPH-CLIO, ano I, n 02, Julho/Agosto/Setembro de 1999.
- CARVALHO, Iracema Baronilde de. *Laranjas Brasileiras*. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Cultura, Educação e Lazer, 1999.
- CENSO Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.
- COMÉRCIO aposta no futuro. In: *O Dia*. 01/08/1999.
- ENNE, Ana Lúcia Silva. *Lugar meu amigo é a minha Baixada: Memória, Representações Sociais e Identidades*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, 2002. Tese de Doutorado.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Verbetes Baixada*. In: *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIALHO, Edson Soares. *A Fragmentação do Território Fluminense: Uma reflexão acerca do movimento de Desfusão do Município do Rio de Janeiro e suas implicações à Baixada Fluminense*. Artigo, 2005.
- GEIGER, P. Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- GRYNZPAN Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1987.
- GUIMARÃES, Adhemar. *Nova Iguaçu. Ode de Saudade, confiança e amor*. In: *n Nova Iguaçu, cenário à poesia e ao amor e a natureza*. Nova Iguaçu: edição do autor, 1992.
- INVESTIMENTOS de US\$ 920 milhões fazem da Baixada o novo ABC Fluminense. *O Globo*. 26/01/1995.
- LEITE, Francisco Barboza. *Hino de exaltação à cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: e/a, 1958.
- _____. *Hino da União dos estudantes*. Duque de Caxias: e/a, 1958.
- _____. *Trilhas, Roteiros e Legendas de uma cidade chamada Duque de Caxias*. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia/Consórcio de Administração de Edições, 1986.
- _____. *Mapa da Exclusão Social*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/FASE, 1991.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense. Ausência e Informalidade. Soluções práticas da população baixadense a partir da ineficiência do poder público: O caso Joca*. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de História, 1996. Monografia de Bacharelado.
- O MAPA da Baixada. In: PSB, Partido Socialista Brasileiro
- PAGODINHO, Zeca. *Sapopemba e Maxambomba*. In: *Zeca Pagodinho. Ao vivo*. Rio de Janeiro: Universal Music, 2003.
- PIRES JUNIOR, Roberto. SANTOS DE SOUZA, MarluCIA. *Terras de muitas águas*. In: *Socializando a*

produção escrita. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia, 1996.

RANHADA, José. Rimando a crônica. In: Folha de Caxias. Duque de Caxias: 03.06.1954. p.3

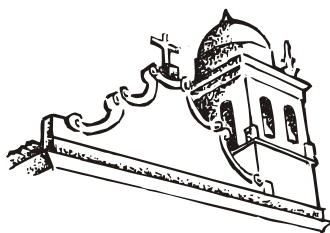
SANTOS DE SOUZA, Marluca. Terras de muitas águas. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia, 1996.

____SANTOS DE SOUZA, Marluca. Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias; 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

____ Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias; 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. SANTOS DE SOUZA, Marluca. Imagens da cidade de Duque de Caxias. In: Revista da FEUDUC. Duque de Caxias: FEUDUC/CEPEA/PIBIC, setembro, 2002.

TRINDADE, Solano. Epigrama Caxiense. In: Jornal O Grupo. Duque de Caxias, maio de 1957.

TUDO do bom de do melhor. O Dia. 21/05/2000.



OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS E DE SANEAMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE¹

Marlucia Santos de Souza²

É bastante recorrente na produção memorialista local e em boa parte da produção acadêmica o discurso da decadência da Baixada Fluminense em fins do século XIX.³ As condições ambientais degradadas pelo mpaludismo, a reduzida capacidade de acumulação de capitais dos proprietários fluminenses, os impactos provocados pelo término da escravidão e pela escassez de força de trabalho para movimentar a produção agrícola decadente do café, compõem os argumentos centrais justificadores da decadência.

Produções como a de Soares e a de Silveira apontaram um outro olhar em torno da região no final do século XIX. Estabeleceram outros indicadores para se pensar a região, sem a lente da decadência e do abandono. Ao analisar a estrutura fundiária em Iguaçú no período referido, Silveira apresentou um processo de ampliação da concentração fundiária. Nos limites das Freguesias de Piedade de Iguaçú e de Santo Antônio de Jacutinga, identificou nas décadas de 50 e 60, que apenas 93 indivíduos ou familiares mantinham o controle da terra, enquanto a população livre atingia um total de 5.881 habitantes.⁴

Sônia Regina de Mendonça aponta uma situação de crise não apenas para a Baixada, mas para toda a economia fluminense, já que estava centrada na monocultura do café, com bases no trabalho escravo e tendo que lidar com o esgotamento do solo provocado pelo intenso uso, sem o acompanhamento de investimento técnico necessário à preservação da terra. Some-se a isso, a crise do café em fins do século XIX e início do XX, a incapacidade de concorrer com a qualidade do café

¹ A presente pesquisa foi inicialmente um esforço de perseguir uma provocação feita pela professora Sonia Regina de Mendonça em relação aos núcleos coloniais da Baixada Fluminense, instaurados na década de 30, durante o governo Vargas. Na minha dissertação de mestrado mencionei superficialmente os núcleos de São Bento e do Tinguá. Durante o esforço de localizar e investigar as fontes que nos ajudassem a pensar como essas políticas públicas foram pensadas e implementadas, várias pedras no caminho foram aparecendo e provocando inquietações. Fiz a escolha de não desprezá-las, de olhá-las com maior cuidado. As pedras eram os relatórios das comissões de saneamento, as fotografias, censos, etc.

² Graduada e Pós-graduada em História pela FEUDUC, Mestre em História pela UFF, Coordenadora do Departamento de História da FEUDUC.

³ FORTE, J. M. M. *Memória da Fundação de Iguaçú*. RJ: Ed. Jornal do Comércio, 1933: 65; LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município. Dados Gerais*. RJ: Editora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958: 27; PEREIRA, W. *Cana, Café e Laranja*. RJ: Editora da FGV, 1977: 109; PONDÉ, F. de P. Azevedo. *O Porto Estrela* in *Revista do IHGB*, vol. 293. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1972: 49-50 e outros.

⁴ SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. *Transformações na Estrutura Fundiária de Nova Iguaçú Durante a Crise do Escravismo Fluminense*. Niterói: Dissertação de Mestrado pela UFF, 1988: 203; SOARES, M. T. S. e BERNARDES, Lysia M. C. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. RJ: SMC, 1987: 65-66.

paulista e com as inovações adotadas pelas áreas de expansão mais recentes: a mecanização e a introdução de trabalho assalariado previamente a 1888. Longe de representar o desmonte definitivo da economia agrária fluminense ou a chamada decadência, a autora apresenta as políticas construídas de revalorização agrícola implementadas pelos governos estaduais no início do século XX, em particular por Nilo Peçanha, no sentido de assegurar a diversificação agrícola, o abastecimento interno da capital e a redução da crise dos cofres públicos.⁵

Seria então necessário pensarmos a desconstrução do discurso da decadência? Estaríamos confundindo crise com desmonte absoluto da estrutura agrária? Não houve de fato o impaludismo, as epidemias e o abandono? Como era o quadro da realidade econômica da Baixada Fluminense na primeira república? Diante dessas questões, foi ficando claro que a análise deveria se voltar para as políticas agrárias e de saneamento para estabelecermos um olhar mais aprofundado.

Na Biblioteca Nacional, localizamos um documento elaborado e assinado por 32 refugiados (assim eram nomeados os assinantes no manuscrito) do Pilar. O documento sem datação era destinado ao Imperador D. Pedro II. Nele, os assinantes relatavam as condições do Pilar e a inviabilidade de permanência no local devido à enchente, o impaludismo e às epidemias no arraial. Os desabrigados que se refugiaram na corte suplicavam ao Imperador medidas emergenciais como a abertura de valas e a limpeza dos rios.⁶

Ao lermos o documento que relata com detalhes as condições ambientais do Pilar, fica claro que as áreas que circundam a baía da Guanabara estiveram, no século XIX, expostas a situações de alagamentos, provocadas pelo desmatamento contínuo com vista ao fabrico de carvão, pelos impactos das obras realizadas para a construção das ferrovias, pelas escavações nas proximidades dos rios para movimentar as olarias e pelo intenso tráfego nos rios sem o efetivo trabalho de manutenção, por ser um local que está abaixo do nível do mar, etc. Basta lembrar que em todo o período colonial e na primeira metade do século XIX, a desobstrução dos rios era realizada pelos escravos. Na medida que essa força de trabalho tornou-se mais cara e escassa, após o fim do tráfico externo em 1850, os proprietários abandonaram ou reduziram o uso do escravo para este fim. Conseqüentemente, as condições de limpeza e manutenção das vias fluviais tornam-se ainda mais precárias.

No relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, Hildebrando de Araújo de Góes, há uma descrição do resultado dos estudos elaborados por uma comissão chefiada pelo Major Rangel de Vasconcelos, ainda no período regencial, em 1833. O objetivo da comissão “era estudar o aparecimento de pirexias palustres com aspecto endêmico observadas nas zonas banhadas pelos rios Irajá, Meriti, Pilar e Iguassu”. A comissão sugeriu medidas para o enxaguamento dos pântanos, porém afirmou a inexistência de recursos públicos suficientes para a realização de tamanha obra.⁷ Elmo Amador nos diz que as primeiras obras de drenagem e dragagem dos rios da Baixada se deram somente em 1844, apesar de duas tentativas anteriores.⁸

⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Dissertação de Mestrado em História pela UFF, 1977.

⁶ Iguassu (Arraial do Pilar). Biblioteca Nacional, II-34,17,12.

⁷ GÓES, Hildebrando de Araújo. Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. RJ: Ministério de Viação e Obras, 1934: 264-265.

⁸ AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico in ABREU, Maurício de Almeida (org.). Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro. RJ: SMCTE/Divisão, 1992:234-235.

O que queremos apontar é que temos um conjunto de indicadores que confirmam as condições ambientais degradadas no entorno da baía da Guanabara. Localizamos no IHGB e na Biblioteca Nacional, dois álbuns de fotografias que confirmam esse quadro. No de 1908, as áreas que margeiam os rios Iguaçú, Pilar, Estrela, Inhomirim, Suruí e Iriri encontravam-se completamente alagadas. No outro álbum, a fazenda de São Bento do Iguassu, vista alagada no álbum anterior, aparece saneada e em pleno funcionamento, em 1922. Inicialmente supomos que a fazenda em pleno funcionamento fosse o retrato dos impactos da política de Nilo Peçanha. No sentido de confirmarmos as nossas suposições, demos continuidade às investigações em torno do quadro ambiental e das políticas empreendidas no início do século XX.

Evidentemente que não podemos considerar que o quadro de degradação ambiental tenha atingido todo o território da Baixada. Mesmo nas áreas atingidas, não podemos supor que as enchentes eram permanentes, caso contrário não poderíamos concordar com os dados da produção agrária apresentados nos documentos oficiais, assim como, nem considerar a Baixada adequada à ocupação humana.

No relatório elaborado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, através do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, é possível identificar a produção iguaçuana em 1911: café (embora pequena), cana, açúcar mascavo e branco, aguardente, cereais, farinha, laranjas, abacates, mangas, cerâmicas, tijolos, além é claro, a criação de bovinos (zebu e caracu), de eqüinos (comuns e jumento espanhol), de ovinos (comuns) e de suínos. Comercializam-se ainda carnes, manteiga, queijo, ovos, couro e crias. A produção iguaçuana de exportação era de: café, aguardente, frutas, farinha, velas, vinhos, banha, fumo, drogas, etc. Longe de ser uma significativa produção, porém se compararmos com a de Itaguaí, por exemplo, a situação de Iguaçú era melhor no que se refere aos valores das mercadorias e dos salários dos trabalhadores.

O relatório ainda diz que, em alguns pontos do município de Iguaçú, podia-se encontrar moléstias atingindo parte da população, calculada na época em torno dos 40 mil. Os inspetores apresentam a situação da terra identificando terras argilosas, arenosas, pantanosas, secas, pedregosas: “nos 1º, 2º e 4º distritos são planas; montanhosas nos 3º, 5º e 6º, pedregosas no 3 e 4º, secas no 5º e pantanosas nos 3º e 6º”⁹. Logo, podemos inferir a diversidade existente na localidade, assim como, reconhecer situações conjunturais mais ou menos favoráveis. O que temos são períodos de alagamentos, áreas mais afetadas e outras não.

A desvalorização de uma determinada localidade deve ser olhada com mais cuidado levando-se em conta o ambiental e o econômico, dentro de uma conjuntura específica. Nesse sentido, tanto os que afirmam a degradação quanto os que negam, a princípio o fazem com bases em dados da realidade. Desse modo, pensar em generalizações para um tempo muito longo requer um certo cuidado.

Creio que quando Silveira chama a atenção para as abordagens com bases na decadência, o faz por identificar um processo de concentração fundiária que não poderia ser concebida em uma área totalmente degradada e decadente. Pensar a decadência em tempo integral e, sobretudo, confundir crise com a impossibilidade total de acumulação pode nos impedir de estabelecer um olhar mais aprofundado acerca do processo histórico vivido. Assim sendo, estaríamos

⁹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. Questionários sobre as Condições da Agricultura dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Inspetoria Agrícola do 13 Districtos Inspeccionados de 25 de junho de 1910 a 29 de abril de 1913. RJ: Typo. Do Serviço de Estatística, 1913: 43-45.

indicando a inviabilidade do capitalismo e a falência daqueles, que ainda naquele momento, constituíam as forças dominantes na região. Ora, ninguém estaria concentrando terra, plantando laranja ou fabricando farinha se não houvesse a possibilidade de qualquer acumulação ou de permanência na economia.

No artigo intitulado: "Imagens de Uma Cidade", referi-me ao uso do discurso de decadência pelos proprietários e governos fluminenses, principalmente pós-abolição. Ele era ainda legitimado pela crise da economia cafeeira, que se intensificou no início da república, crise essa já largamente analisada por Mendonça.¹⁰ Entre os caminhos apontados pelas políticas oficiais dos governos estaduais e federais para o enfrentamento da crise podemos citar: o investimento da verba pública no beneficiamento da produção, nos incentivos a diversificação agrícola. Especificamente na Baixada Fluminense, a revalorização fundiária e a recuperação agrícola passavam pelo investimento no saneamento das áreas pantanosas e alagadiças.

A Baixada da Guanabara, já nos tempos coloniais, se configurava como área produtora de cana-de-açúcar e, concomitantemente, de alimentos, voltada não apenas para a subsistência, mas também, para as trocas mercantis regionais e intercoloniais, principalmente com Angola. Logo, a diversificação agrícola não era novidade. Por outro lado, a Baixada estaria sofrendo o impacto da crise da cafeicultura que tanto atingiu as áreas monocultoras do Vale do Paraíba, já que ela exercia o papel de escoadouro e de área de armazenamento do café do planalto. Fica evidente que a crise do café, as condições ambientais da região, e a escassez da mão de obra eram argumentos utilizados, freqüentemente, para justificar os investimentos públicos. Como foram feitos os investimentos na região? Que políticas foram de fato empreendidas?

No intuito de responder tais indagações, estaremos apresentando um breve histórico dos investimentos públicos nas políticas agrárias e de saneamento na região após a abolição. Gostaríamos, contudo, de esclarecer que esta pesquisa está em curso, o que significa que ainda não foi possível identificar todas as políticas implementadas, porém, acreditamos que aquelas até o momento analisadas podem favorecer o debate e a compreensão do processo histórico em estudo.

Ao iniciarmos a pesquisa, reconhecemos nos documentos oficiais políticas públicas que asseguraram o investimento de verbas que beneficiaram diferentes interesses privados. Em muitas situações, empresas privadas de saneamento exerceram o papel do Estado, empreendendo a cobrança de taxas, implementando desapropriações e projetos de colonização, embora o fizessem com o aval governamental.

Em 1888, a lei 3.060 de 17 de dezembro, estabelecia através de um contrato assinado com os engenheiros João Teixeira Soares e Joaquim Pereira dos Santos o compromisso com a drenagem das terras, a dragagem e a retificação dos rios, a escavação e a preparação dos leitos dos rios principais e afluentes com vista à franca navegação. No contrato assinado em 16 de abril do ano seguinte, ficaram asseguradas as vantagens recebidas pelos dois engenheiros. Entre elas, o privilégio de estabelecer a navegação a vapor nos rios dragados por oitenta anos; o direito de cobrar uma taxa de trânsito nos rios dragados e; de receber pelos favores concedidos às estradas de ferro. O contrato sofreu pequenas modificações e prorrogações até 1897. Durante o período referido, houve algumas iniciativas de limpeza dos rios por parte do governo, já que o plano proposto não fora executado plenamente.¹¹

¹⁰ Ver MENDONÇA, Sonia Regina de. A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Dissertação de Mestrado em História pela UFF, 1977.

¹¹ GÓES, Hildebrando de Araujo. Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. RJ: Ministério de Viação e Obras, 1934: 264-265.

Em 1893, foi firmado um contrato entre o governo estadual e o engenheiro Eleutério Máximo de Figueiredo para limpeza e desobstrução do rio Guapi-assu. Não foi possível até o presente momento localizar informações sobre esse contrato. Em 1894, o decreto 128 de 10 de outubro criou a Comissão de Estudo e Saneamento da Baixada Fluminense, chefiada pelo engenheiro Teixeira Soares. A Comissão dividiu a Baixada em duas seções: Baixada dos Goitacazes e Baixada da Guanabara e obteve a concessão para dragagem dos rios e drenagem das terras. Em 1896, o engenheiro foi substituído por outro, Marcelino Ramos da Silva, ficando responsável pela comissão, até 1900.

Em 1902 a comissão foi extinta e um novo contrato foi assinado com o Dr. Francisco Ribeira de Moura Escobar, contudo, a concessão não foi efetivada¹². Vale ressaltar que nesse contrato, a comissão deveria dragar, retificar os rios, auxiliar a obra de saneamento nas bacias dessecadas por meio de plantio de eucaliptos, de outras árvores, arbustos e herbáceas de utilidade prática, colonizar os terrenos saneados, assegurar o plantio de pelo menos um milhão de pés de amoreira branca, *morus alba*, para alimentar as larvas do bicho da seda que seriam tratados nos viveiros dos proprietários fluminenses, ou para o uso imediato das tecelagens e para a exportação, etc.

As vantagens seriam: aproveitamento das quedas d'água para a transformação em energia elétrica; preferência para a construção de ferrovias e para a exploração das riquezas naturais ainda não aproveitadas; direito de cobrar taxas dos moradores que estiverem nos limites das áreas beneficiadas pelo saneamento, pelo trânsito nos rios e pela irrigação; direito de desapropriação por utilidade pública dos terrenos a dessecar, dos terrenos e benfeitorias necessários à retificação, à abertura de canais de drenagem, à navegação e à irrigação; dos terrenos e bacias beneficiados ou necessários à construção de engenhos centrais, institutos fabris e entrepostos comerciais; dos terrenos necessários às vias férreas, à instalação de usinas, de iluminação, de oficinas, sinais e outros. O governo ainda obrigava-se a fazer gratuitamente a entrega, à nova empresa, de todo o material que pertenceu à antiga Comissão de Saneamento, assim como, os estudos até então realizados.

Apesar do contrato não ter sido validado o seu conteúdo é revelador no sentido de exprimir a lógica que passou a vigorar nas décadas de 10 e principalmente de 20. Através da realização do saneamento, grupos privados passariam a ter vastos poderes e uma larga possibilidade de acumular, de obter propriedades, de cobrar tributos, de obter concessões e monopólios dos serviços e até de efetivar a colonização. De um lado, teremos os investimentos no beneficiamento da laranja durante o governo de Nilo Peçanha, legitimado pelo discurso da necessidade de investir na diversificação agrícola e na revalorização das terras fluminenses. O oeste da Baixada (atual Nova Iguaçu) passou a ser conhecida como a Califórnia brasileira, a cidade perfumada e na década seguinte, tornou-se a maior produtora e exportadora de laranja do país. Investidores, especuladores, principalmente italianos, controlaram o beneficiamento e a venda da laranja¹⁴. De outro, teremos os investimentos privados em ações combinadas com a sociedade política nas áreas mais degradadas,

¹² Idem

¹³ GOÉS, 1934: 351-353.

¹⁴ Para saber mais ver: CARVALHO, Iracema Baroni de. Laranjas Brasileiras. Nova Iguaçu: SMCEL, 1999; PEREIRA, W. Cana, Café e Laranja. RJ: FGV/SEEC, 1977; SOUZA, Sonali Maria de. Da Laranja ao Lote. Transformações Sociais em Nova Iguaçu. RJ: Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional, 1992.

mas que poderiam possibilitar vantajosas bases de acumulação de capitais. Nesse sentido, consideramos relevante continuar perseguindo o histórico dessa ação combinada entre o capital privado e poder público.

Em dezembro de 1909, através do decreto 2221, foi criada a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense sob a chefia do engenheiro Marcelino Ramos da Silva. Após o seu falecimento, os trabalhos ficaram sob a chefia do engenheiro Fábio Hostílio de Moraes Rego, da firma alemã Gebrueder Goedhart Ag. de Dusseldorf. Segundo Amador, as obras de retificação, de canalização e de drenagem nos rios Meriti, Iguaçú, Estrela, Inhomirim, Saracuruna, Suruí, Guapimirim, Magé, Sarapuí e Macacu executadas pela firma, significaram um verdadeiro crime ambiental para a Baixada Fluminense e para a baía da Guanabara.

“Os rios naturais com seus canais meândricos de maré, orlados de manguezais e povoados de vida, foram transformados em grandes valas retas e estéreis. As várzeas foram dessecadas e seus férteis sedimentos se perderam na baía. Canais artificiais foram interligados e a natureza dos ecossistemas e da baía foi brutalmente agredida”¹⁵.

Podemos encontrar, no relatório dos trabalhos executados pela Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, o registro dos crimes ambientais empreendidos, conforme o relato de Amador: instituição de canais que ligaram, por via fluvial, as bacias do Sarapuí, do Iguaçú e do Estrela, retificação dos principais rios e seus afluentes, escavações do leito dos rios e canais, aterros, dragagens das barras dos rios para o abaixamento do lençol d'água dos terrenos limítrofes, abertura de barras, abertura e prolongamento de canais, destruição de inúmeros cercados de peixes existentes nos embocaduras dos rios, levantamento de quase toda as bacias fluviais, inúmeras redragagens que fizeram surgir bancos de areias provenientes do interior da baía e destruição de manguezais. A riqueza de informações acerca da bacia hidrográfica e geografia da região, do detalhamento dos procedimentos empregados, assim como, da lógica adotada, revela as alterações realizadas no ecossistema da cercania da Guanabara¹⁶.

Em 1916, a Comissão foi extinta e todo o acervo dela foi destinado à Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, à revelia da vontade da firma alemã, que recebeu posteriormente do governo o equivalente a 50% do valor do maquinário. Podemos supor que a posição brasileira na primeira guerra mundial desfavorável aos alemães e a redução dos investimentos internacionais mediante aos imensos gastos como conflito internacional, tenham contribuído para o término do contrato anterior.

Em março de 1920, foi constituída uma nova comissão para realizar um estudo de saneamento da Baixada entre Manguinhos e Raiz da Serra, sob a chefia do engenheiro João Batista de Moraes Rego. Em dezembro, a comissão foi extinta e no ano seguinte foi aprovado pelo decreto 15238, o novo regulamento da extinta Inspetoria de Portos e Canais e com ele foi criada a

¹⁵ AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico in ABREU, Maurício de Almeida (org.). Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro. RJ: SMCTE/Divisão, 1992: 235.

¹⁶ REGO, Fábio Hostílio de Moraes. Relatório dos Trabalhos Executados Durante o Anno de 1913 pela Comissão Federal de Saneamento Básico da Baixada Fluminense. RJ: Papelaria Brazil, 1914.

Fiscalização da Baixada Fluminense. Ainda em dezembro de 1920, o governo federal autorizou, para o engenheiro Jeronymo Teixeira de Alencar Lima e para o Banco Português do Brasil, a concessão de serviços e prosseguimento das obras de saneamento da região ocidental da baía da Guanabara, transferindo todo o maquinário da antiga firma alemã para eles. A primeira exigência do governo foi a formação de uma empresa brasileira com sede na capital, sendo assim, criada a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense¹⁷.

Interessa-nos particularmente as cláusulas do contrato. Nelas podemos encontrar o que cabia à empresa. Merece destaque: o aterro da enseada de Manguinhos, o desmonte de morros para a realização dos aterros necessários, a abertura de novos canais e de valas de dessecamento, a construção de comportas nas confluências do canal principal com os rios Iguaçu, Meriti e Estrela, a elevação de duas pontes de madeira ou de concreto armado sobre os rios Sarapuí e Saracuruna, a canalização de córregos, a demarcação de lotes urbanos na zona de Manguinhos e de lotes agrícolas em todo o terreno restante desapropriado pela empresa, a colonização de toda a área abrangida pelo contrato, beneficiar áreas, etc. Para realizar as desapropriações o governo federal efetivou um empréstimo à empresa, tendo como garantia a hipoteca dos imóveis desapropriados em nome do Estado¹⁸.

Agora nos resta apontar outras vantagens além do maquinário e do financiamento: os terrenos a aterrar e a beneficiar em Manguinhos e os terrenos altos, circunvizinhos, tornariam-se patrimônio da empresa, da mesma forma que os terrenos desocupados ao longo do canal principal do Distrito Federal, das áreas das bacias hidrográficas dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Estrela que estavam na área delimitada pelo contrato. Os terrenos baldios de propriedade da União, que nessas zonas estiverem compreendidos, alagados e não aproveitados, independentemente de qualquer remuneração, bem como, os que puderam fornecer aterro ou materiais que se tornarem necessários às obras contratadas também seriam transformadas em patrimônio da empresa¹⁹.

A empresa teria ainda o domínio absoluto de fazer todas as benfeitorias necessárias à valorização do solo como: o cultivo de pastagens, a instalação de pecuária e de lavoura dos campos, a construção de casas e benfeitorias, a exploração do solo e subsolo, isto é, o direito de fazer com terceiros, colonos, moradores em seu exclusivo proveito o arrendamento, o aluguel ou outro pacto, resguardando-lhe sempre o direito à venda. Além disso, caberia a empresa promover a fundação de estabelecimentos rurais, o fornecimento de créditos, o estabelecimento de núcleos de colonização e cobrança de taxas de beneficiamento imposto aos moradores²⁰.

Em 1921, o Tribunal de Contas resolveu recusar o registro do contrato. Entre os argumentos justificadores podemos citar: 1) o Congresso Nacional não emitiu uma autorização especial de cessão aos contratados de terrenos pertencentes ao patrimônio nacional; 2) pela inexistência de autorização legal para a operação de crédito e; 3) por estabelecer a concessão do direito de desapropriar, matéria de competência do legislativo. Apesar do parecer do Tribunal, o presidente Epitácio Pessoa, após pequenas modificações no contrato aprovou o plano e decretou o início dos trabalhos²¹.

¹⁷ Ministério da Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Expediente. Baixada Fluminense. Decretos e Actos Referentes ao Contrato com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense 1920-1922. RJ: Imprensa Nacional, 1923.

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ Idem

²¹ Idem

A empresa atuou até 1931 quando o contrato foi rescindido sob a alegação de não ter sido cumprido todos os acordos. Entre os bens entregues ao governo podemos destacar terrenos, áreas aterradas, fazendas, benfeitoria, móveis, bens agrícolas, etc, calculados em 92.436: 816\$ 676. Foi entregue ao Estado uma área de cerca de 2.097.780.00 metros quadrados. Entre as fazendas e sítios desapropriados estavam os sítios Meriti (40. 000.00 m2) e o Rafael (711. 977.00), as fazendas Aurora (687.577.00), Tinguá (25. 552. 675.00) e São Bento (83. 283. 590.00)²².

A maior fazenda, a de São Bento, fora desapropriada dos beneditinos em 1922, pela empresa. O álbum de fotografias mencionado anteriormente revela os investimentos feitos pela empresa na fazenda após a desapropriação. Durante dez anos a empresa administrou as fazendas citadas, assim como, foi beneficiada pelos direitos obtidos pelo contrato. Ao ter sido transformada em terras da União, o território da fazenda de São Bento do Iguassu, juntamente com a da fazenda do Tinguá, foram transformadas posteriormente em 1932, em núcleos agrícolas.

Ao nosso ver, o histórico apresentado, ainda que embrionário, nos permite fazer algumas observações. Um dos fatores que configurou a política de recuperação de áreas degradadas e a manutenção da sua viabilidade econômica repousa num tipo de estabelecimento de interesses de capitais privados combinados com os interesses dos que possuem o predomínio do domínio do aparelho burocrático do Estado. As áreas do entorno da baía da Guanabara atingidas pela degradação ambiental se apresentavam como possibilidades de acumulação de capitais atraindo, portanto, o interesse de capitais privados nacionais e até internacionais. As vantagens oferecidas pelo Estado eram atraentes e em alguns casos, cumpriam o papel de financiadora do capital privado. Além da possibilidade de acumulação havia ainda a pressão dos proprietários de terra locais e de moradores no sentido de forçar o investimento público.

Um outro aspecto ainda a considerar está relacionado ao fato dessa área estar localizada nas fronteiras com a capital federal, tornando-se gradativamente uma área de transbordo populacional da metrópole carioca. Logo, as políticas de saneamento assegurariam a revalorização da terra e que ao ser beneficiada poderia estar apta ao retalhamento e venda, favorecendo, portanto, os especuladores imobiliários. O relatório de 1913 já apontava essa possibilidade. E finalmente, o papel desempenhado pelas comissões privadas que a rigor seriam competência do poder público.

Fontes Oficiais

GOÉS, Hildebrando de Araújo. Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. RJ: Ministério da Viação e Obras, 1934.

Iguassu (Arraial do Pilar). Documento enviado para o imperador D. Pedro II por refugiados do Pilar que se encontravam abrigados na Corte. Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos: II-34,17,12.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. Questionários sobre as Condições da Agricultura dos Municípios do Rio de Janeiro Inspeccionados de 25 de junho de 1910 a 1913. RJ: Typo. do Serviço de estatística, 1913.

Ministério da Aviação e Obras Públicas. Directoria Geral de Expediente. Baixada Fluminense. Decretos e Actos Referentes a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense 1920-1922.

REGO, Fábio H. de Moraes. Relatório dos Trabalhos Executados Durante o Anno de 1913 pela Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. RJ: Papelaria Brazil, 1914.

²² GOÉS, 1934: 375-378.

Bibliografia

ABREU, Maurício de (org.). *Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro*. RJ: SMCTE/DGDIC/Divisão de Editoração, 1992.

BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. RJ:SMC, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

CARVALHO, Iracema Baroni de. *Laranjas Brasileiras*. Nova Iguaçu: SMCEL, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História pela UFF, 1977.

_____. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. SP: UCITEC, 1997.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX*. RJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício da Leitura, 1998.

_____. e MENDONÇA, S. R. *Continuidade nas Rupturas: Legislação Agrária e Trabalhadores Rurais no Brasil de Início da República* in *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Ano VI. Brasília: Katakumba editores, 2002.

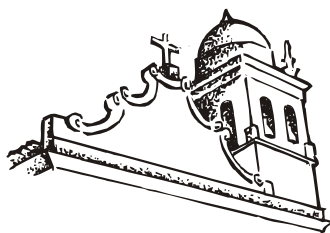
PEREIRA, W. *Cana, Café e Laranja*. RJ: FGV/SEEC, 1977.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. *Transformações na Estrutura Fundiária no Município de Nova Iguaçu Durante a Crise do Regime Escravista*. Niterói: Dissertação de Mestrado pela UFF, 1998.

SOUZA, MarluCIA Santos de. *Imagens de uma Cidade* in *Revista da Feuduc*, Número 2, setembro de 2000.

_____. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias*. Niterói: Dissertação de Mestrado pela UFF, 2002.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da Laranja ao Lote. Transformações Sociais em Nova Iguaçu*. RJ: Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional, 1992.



O SANTUÁRIO MARIANO

Guilherme Peres¹

Utilizado em diversos trabalhos de pesquisadores e estudantes de história, que “garimpam” nos raros livros referentes à formação social do Brasil durante os primeiros decênios do século XVIII, essa utilíssima coleção², em 10 volumes, publicada em Portugal, entre os anos de 1707 e 1723, escrita por Frei Agostinho de Santa Maria, registra, nos 8 primeiros tomos, os santuários situados nos diversos arcebispados desse país, incluindo os da Ásia, África, Índia Oriental e Filipinas.

Referentes ao Brasil são os dois últimos volumes, concentrando-se o 9º em descrever o arcebispado da Bahia e os bispados de Olinda, Recife, Maranhão e Grão-Pará, todos dedicados “em graça dos pregadores e devotos de Nossa Senhora” nos quais estão descritos igrejas, capelas, ermidas e altares venerados ao culto da Virgem Maria.

Mas é no 10º e último volume publicado em 1723, que frei Agostinho concentra-se nas Capitânicas da região Sudeste e Sul, abrangendo o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Capitânicas do Sul, e Colônia do Sacramento.

No Rio de Janeiro, Frei Agostinho assinala 84 santuários, sendo 34 em sua sede, e os demais situados no restante da Capitania; entretanto, esses registros devem-se ao Frei Miguel de São Francisco. Nascido no Rio de Janeiro em data desconhecida, provavelmente entre 1648 e 1658, esse sacerdote exerceu atividade missionária nesta região, atuando em Angra dos Reis e Macacu, entre os anos de 1680 e 1681, sendo nomeado vigário provincial em 1701 até 1713, quando foi “conduzido à cadeira prelatícia”.

Escassas são as informações sobre a vida desse carioca que colaborou com a pesquisa e a redação dos tomos IX e X, e a enriqueceu com detalhes, contendo fontes históricas de grande valor. Segundo Enéas Martins Filho, o próprio “Santuário” deixa transparecer um pouco de sua vida no final do século XVII: “Tendo sido designado Guardião do Convento da vila de Vitória, viajou do Rio de Janeiro ao Espírito Santo, em um comboio de mais de 60 cavalos, em companhia do Capitão Inácio de Madureira e de seu tio Manuel de Barcelos Machado que iam fazer novena à Virgem Senhora da Penha, em Vitória”. O capitão de Ordenanças Inácio de Madureira era senhor de engenho em Maxambomba, terras da futura Nova Iguaçu.

¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense IPAHB.

* Revisão do texto: Prof. Arnaldo José de Castro.

² Santa Maria – Frei Agostinho de – “Santuário Mariano” – Lisboa, 1723.

Viajou à Europa, “na idade de 40 anos passou a Portugal, correndo o Reino por quatro partes: duas pelo Alentejo, uma pela Beira e outra pelo Minho”, voltando ao Brasil provavelmente no final daquele século.

Os textos encomendados por Frei Agostinho sobre os Santuários, começaram a ser redigidos antes de 1711, pois em 3 de outubro desse ano, a armada francesa comandada por Du Guay-Trouin, invadia o Rio de Janeiro e, entre saques e depredações, destruía parte do acervo literário e artístico do convento de Santo Antônio, extinguindo também os primeiros registros desse relatório, obrigando Frei Miguel a refazê-los.

O estilo de redação espontâneo e pessoal desse Frei, tecendo detalhes em seus escritos é caracterizado de modo inconfundível, com os textos de Frei Agostinho. O historiador Enéas Martins Filho lembra um exemplo ao referir-se a alcunha de alguns personagens, “quando nos fala de Antônio de Toledo Souto Maior, o “corta-vento”, ou de André Tavares, o “passa-cavalos”, o primeiro, dono de vastas terras na região de Pilar do Iguassú, o segundo, senhor de engenho na zona de Irirí, para as bandas de Magé.”

Indica também pormenores como a existência de um “santeiro”, morador no Rio de Janeiro, chamado Sebastião Toscano, a quem o Frei denomina de “o imaginário”, onde exercia suas atividades profissionais, e recebia encomendas das várias igrejas e capelas espalhadas pela Capitania. Esculpiu entre outras, as imagens de duas igrejas por nós conhecidas: Nossa Senhora da Piedade de Magé, encomendado pelo Sargento-mor João d'Antas, casado com d. Ana Osório, grande proprietário de terras nesta região, e a de Nossa Senhora da Guia da Marinha da Cidade (Pacopaíba).

A respeito dessa Igreja, diz Frei Miguel através do “Santuário Mariano”, que seguindo duas léguas “para diante na circunferência daquela grande baía, enseada do Rio de Janeiro, se vê o Santuário e Casa de Nossa senhora da Guia, que antigamente havia sido dedicada à Virgem e Mártir Santa Margarida por um devoto, e autorizado pelo clérigo chamado Padre Gaspar da Costa. Fundou esta Ermida, fazendo-a de taipa de pilão. E a causa porque dedicou a Santa Virgem, foi por contemplação de uma irmã chamada Margarida de Lima, por satisfazer também a devoção da irmã, que era muito devota desta Santa”.

Em um engenho da região, ergueu-se também uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Guia, em cujo altar figurava um retábulo com a Imagem desta Senhora a qual, com sua falência, foi transferida para a de Santa Margarida. Arruinada essa, “resolveram os moradores daquele sítio reedificá-la de pedra e cal, e nela colocaram em seu altar mor a Senhora da Guia, e à Santa, lhe deram lugar em uma das Capelas colaterais. Hoje é esta Casa e Santuário da Senhora Paróquia, e tem Cura e Pia batismal. Tem também bastantes Confrarias, que no decurso do ano, celebram com grandeza as festividades dos seus patronos”.

Ao referir-se aos devotos que propagavam os “muitos milagres e maravilhas” dessa Senhora, menciona os “ex-votos” que se acumulavam aos pés do Altar “muitos quadros, mortalhas, cabeças e braços de cera, que vem pender das paredes daquela casa e do arco de sua Capela”. Comenta também o fervor e alegria com que se comemoravam os dias de suas Padroeiras, “que lhe faz com muita grandeza, é então muito grande o concurso das suas romarias, e então se vão pagar a Senhora os seus votos e suas promessas”.

Frei Miguel também registra o recebimento de uma nova imagem, mandada fazer pelos paroquianos, medindo três palmos de altura, elogiando a aquisição em proveito das procissões. Descrevendo-a como tendo “sobre o braço esquerdo o Menino Deus, e cinta com o ornato de manto de seda, que a cobre, e coroa de prata na cabeça. É formada em barro, mas com toda a perfeição, e foi obrada pelo mesmo imaginário, que fez a Imagem da Senhora da Piedade”. Ficamos sabendo através

de seus textos, sobre a inexistência de um caminho de “terra firme” para alcançar essa Paróquia a partir do Rio de Janeiro, somente fazendo-o em canoas: “não sendo possível passar por terra, da Capela da Guia à de Nossa Senhora da Penha, porque depois daquela, a faixa litorânea é toda alagadiça, cheia de mangues e recortada por vários rios, só se consolidando nas vizinhanças de Irajá”.

TRADIÇÃO MARIANA

A tradição Mariana, manifestada no recôncavo da Guanabara, foi trazida pelos primeiros colonos portugueses que se dedicavam com fervor a Maria Santíssima. As primitivas ermidas, capelas e igrejas erguidas em seu louvor foram feitas de “taipas de pilão” no início de sua ocupação. Construções rústicas e frágeis que ruíram à ação do tempo, nada restando hoje de suas edificações, a não ser seus registros na memória de alguns padres “visitadores”, que deixaram para a posteridade, como o padre Araújo, mencionado por Monsenhor Pizarro ao referir-se à igreja de N. Sra. do Pilar, que teve sua origem com a capela de N. Sra. das Neves no sítio do Cangulo “distante mais de uma légua”. N. Sra. do Rosário “perto do rio Saracuruna”, e Santa Rita da Posse, na Posse, próxima à serra do Couto, lugar de passagem do “caminho do ouro”, ou de Garcia Pais. Esta já construída de “pedra e cal”, confirmando atualmente através de suas largas paredes em ruína, o fervor dos devotos dedicado à Santa Virgem.

Antonio Lacerda de Meneses, jovem pesquisador que se dedica ao processo de ocupação religiosa na Baixada Fluminense, nos informa dos diversos nomes de Maria que marcaram a história do Recôncavo. Registra as primeiras imagens Marianas que exprimiam “a gratidão dos colonos por terem atravessados os perigos do mar”. Exemplifica com as devoções dedicadas a N. Sra. da Guia de Pacopaíba, N. Sra. de Piedade do Inhomirim e N. Sra. da Piedade em Iguaçú.

Fazendo parte da economia escravocrata dominante, o negro adaptou à sua cultura, valores sociais e religiosos que lhe eram impostos, tendo como exemplo as imagens católicas representando a Virgem Maria a Senhora Sant’Ana, que “aparece nos cultos afro-brasileiros como Nanã Buruque”, diz Antonio Lacerda, “a senhora que habita nas águas paradas e pantanosas, arquétipo da resignação”. Iemanjá, a rainha dos mares, se identifica com a imagem de N. S. da Estrela dos Mares, cujas vestes cravejadas de estrelas servem de arquétipo ao sincretismo religioso.

A devoção inicialmente dedicada a N. Sra. de Copacabana - orago posteriormente transformado em S. Nicolau do Suruí e N. S. das Neves – mais tarde N. Sra. do Pilar, revela devoções trazidas da Espanha durante o período da União Ibérica – 1580 e 1640, influenciadas “pelo intercâmbio econômico e cultural com as cidades da bacia do Prata e região andina”. N. Sra. do Rosário era a imagem simbólica da “conversão” dos escravos, pois vamos encontrá-la em diversas igrejas matrizes e capelas filiadas fazendo parte da “Irmandade dos Homens Pretos”, e sua imagem venerada em nichos laterais cuidada por seus devotos.

Na freguesia de S. Antônio de Jacutinga, monsenhor Pizarro assinala a existência de 4 Irmandades, entre as quais a dessa Senhora “ereta por Autoridade do Ilmo. Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe, em Provisão de 1724”. Descrevendo o passado daquele culto, diz que sua dedicação “Fora muito fervorosa, e aplicada ao culto do seu orago, celebrando grandes festas, tratando com muito asseio o seu Altar, que foi ornado com sacras e castiçais de prata, e tendo bastante alfaias de seda, um bom Guião de Damasco com remate e cruz de prata, e outras muitas coisas que bem mostravam o seu zelo e devoção”.

“No ano de 1765”, diz Dom Clemente da Silva Nigra: “o abade frei João de Santana Monteiro erigiu no Iguacu, a irmandade do Rosário dos Pretos que ainda hoje (1773) subsiste. Nesta ocasião a fazenda começou a chamar-se Nossa Senhora do Rosário de Iguassu”. Nesse mosteiro, na capela dedicada a essa Senhora, e que fazia parte da freguesia de Jacutinga, foi encontrada por Pizarro no ano de 1794 “asseada e bem paramentada. Tem Pia Batismal de que faz uso”.

Na freguesia de N. Senhora da Piedade do Iguassú, vamos encontrar também uma irmandade criada em louvor a esta Santa: N. Sra. do Rosário dos Pretos, “ereta em provisão de 1730” e em cuja visita de Monsenhor Pizarro àquele templo, registra comentários desairosos a todas as quatro Irmandades ali criadas “todas referidas se hão com muito pouco fervor e zelo”, e referindo-se à dessa padroeira assinala que “a cruz não tinha a imagem de Cristo”.

Com o fim da União Ibérica, D. João IV dedica a restauração do domínio de suas colônias, a promessas feitas a Nossa Senhora da Conceição, surgindo durante o século XVIII “na tradição religiosa do Recôncavo a imagem dessa Senhora”, diz Antônio Lacerda, lembrando a Igreja, surgida em 1728, na fazenda dos Azeredo Coutinho, dedicada a essa Santa em Marapicú.

A imagem de Nossa Senhora durante o período colonial “adquiriu características do ambiente: ela se tornou aristocrática, ricamente vestida, branca como a senhora branca da casa grande, imponente, bondosa e maternal”.

Curiosamente, para confirmar sua devoção, só a Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, segundo Monsenhor Pizarro, possuía 6 capelas filiadas, todas dedicadas à Virgem Santíssima: 1ª) N. Sra. do Rosário, na fazenda do mosteiro de São Bento, “em que ano fosse ereta ignorei”; 2ª) N. Sra. da Conceição do Pantanal, “que se celebrou em 1754”; 3ª) N. Sra. da Conceição do Engenho da Cachoeira, “edificada por provisão de 1731”; 4ª) de N. Senhora da Madre de Deus no engenho da Posse, “datada de 1767”; 5ª) N. Sra. do Livramento, “não me foram apresentados para conhecer a Autoridade com que foi ereta”; 6ª) de N. Senhora da Conceição de Serapuhy, “em que tempo se fundou ignorei”.

NOVA EDIÇÃO

Marcus Monteiro diretor do INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural no Rio de Janeiro, promete publicar ainda esse ano de 2005, uma nova edição do Tomo X para alegria dos pesquisadores, historiadores e estudantes de história que se ocupam em escrever o passado do recôncavo da Guanabara. Com apenas dois exemplares existentes no Brasil, um no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outro no Arquivo Nacional essa publicação será bem vinda, pois nem a Biblioteca Nacional possui um exemplar em seu acervo.

Marcus Monteiro e sua equipe também procuram o que restou da arquitetura e das imagens registradas no Santuário: “10% das capelas e igrejas do período foram destruídas, a maior parte delas em fazendas antigas. Das imagens, por sua vez, 60 a 70% não existem mais” diz Marcos em entrevista concedida a Bianca Tinoco na revista “Aurora Fluminense”.

Adquiridas por antiquários, hoje provavelmente compõem valiosas coleções de acervos particulares. “Até dezembro do ano passado, Monteiro e sua equipe haviam descoberto a condição atual de 45 imagens entre conservadas e destruídas.” Algumas substituídas, como por exemplo, a imagem de N. Sra. da Penha, que deu nome ao bairro e se encontra no altar, mas não é a original. Outras ainda, primitivas, como a imagem de N. Sra. do Loreto, em Jacarepaguá, e a de N. S. do Rosário do Rio Iguassú, que fizeram parte da exposição “Devoção e Esquecimento”, realizada na Casa França-Brasil em 2001.

“Acredito que a reedição do Santuário Mariano motivará uma série de estudos correlatos, analisando os dados do livro e a conservação das obras dos séculos XVI a XVIII”, diz Marcos. O texto escrito no português arcaico do século XVIII será mantido. “O livro aponta caminhos valiosos no estudo do legado barroco e pode até mudar alguns conceitos defendidos desde a revalorização do gênero,” finaliza.

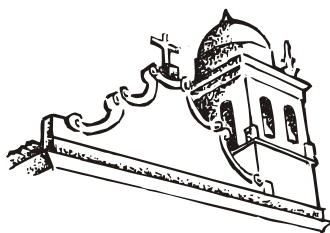
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Enéas Martins – O Santuário Mariano – Revista do IHGB, v. 2269 _ Imp. Nacional, 1966 RJ.

Santa Maria - Frei Agostinho de – Santuário Mariano – Lisboa, 1723.

MENESES, Antonio Lacerda de – Apontamentos para o estudo das Imagens Marianas na Baixada - Apostila, 2002.

TINOCO, Bianca – Reedição do Santuário Mariano - Aurora Fluminense. Revista da Sec. Cult.– RJ, 2005.



A DIOCESE DE DUQUE DE CAXIAS E SÃO JOÃO DE MERITI: UM PROJETO DE IGREJA.

Ercília Coêlho de Oliveira¹

A criação da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, foi um necessidade de D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, em dividir os trabalhos da mesma, o que era também um vontade de muitos padres e leigos; isto para uma aproximação maior com a região de Nova Iguaçu, pois São João de Meriti pertencia a Diocese de Nova Iguaçu e o Município de Duque de Caxias a Petrópolis. Depois de muitos impasses, isso tornou-se possível.

Na celebração de instalação da Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti, e na posse de D. Mauro Morelli, que assumia essa Diocese, este deixou claro, através de suas palavras, a que veio. A diocese tem como data da instalação 12 de julho de 1981, e contava com 19 paróquias e 102 comunidades² - 4 -D. Mauro Morelli tinha pressa e um projeto incluindo vários sínodos. O primeiro foi o do batismo, que foi lançado em 30 de maio de 1982, no domingo de Pentecostes, um momento forte na liturgia católica, onde se celebra a descida do Espírito Santo. Muitas comunidades passaram a noite em oração. Em Carta Pastoral aos padres e as comunidades, com o título "Levanta-te e caminhe", D. Mauro Morelli escreve:

“Sentimos a dor, a humilhação a doença, a insegurança, a fome e a miséria que fazem de nossa Baixada um hospital sem leitos e sem médicos, um campo de concentração de trabalhadores que não gozam dos benefícios da riqueza produzida pelo suor de seu trabalho. Vivemos horas difíceis e as condições de vida se agravam e deterioram. Sentimos as conseqüências da loucura de um mundo e de modelos econômicos, sociais e políticos movidos pela ganância do dinheiro, do prazer e do poder, sugando as riquezas da terra de forma inescrupulosa e irresponsável e reduzido a milhões de seres humanos a condições vis de vida e de sobrevivência. (...) não é justo que a Baixada Fluminense continue

¹ Pós-graduada em História Social do Brasil pela Feuduc. Mestre em História Cultural pela Universidade Severino Sombra. Professora da FEUDUC e da rede estadual de ensino.

² Anuário Diocesano 2005

a ser retrato de um país rico e de um povo empobrecido. Não é justo que continuemos a ser apresentados como reduto de marginais, quando na verdade somos um povo de migrantes forçados e escravo do Bezerro de Ouro. Bem verdade que no nosso meio se encontram chacais, abutres entregues ao prazer sórdido e vil de explorar nossa miséria através do comércio das drogas, do jogo e da prostituição”³

D. Mauro Morelli conhecia muito bem o solo que estava pisando. Nessa carta ainda pede aos padres que não faltem os encontros, reuniões do presbitério e comenta que D. Luciano Mendes estaria presente no retiro de agosto; nesse período, a coordenação diocesana já estava formada. Era preciso agora formar as equipes ou grupos de trabalho, pois pretendia, em 1986, estar com o sínodo concluído. Convoca a comunidade à peregrinação, em 12 de outubro, até a Igreja do Pilar, primeira Igreja da Baixada Fluminense, (1611)⁴.

Entendemos o sínodo como um grande projeto, dividido em subprojetos que vão se desenvolvendo ao longo dos anos na Diocese, e que teve na sua primeira etapa o estudo para organizar o batismo de adultos e crianças; durante três anos foram organizados círculos bíblicos, assembleias comunitárias, paróquias, regionais e diocesana, até que o documento com participação de “todos” ficasse pronto, com o título “Batismo na Vida e Missão da Igreja”. O documento consta de introdução, objetivos, acolhimento, equipe, responsabilidade da Comunidade na preparação, decisão, celebração, acompanhamento, promulgação e aplicação das Diretrizes e apêndice – O Batismo nas outras Igrejas Cristãs⁵.

O Batismo deve ser organizado na Diocese: na introdução é colocado o Dom do Batismo como fonte de renovação evangelizadora; um dos objetivos é valorizar e incentivar a participação dos cristãos na construção de uma sociedade justa e fraterna; as pessoas que vêm procurar o batismo devem ser bem acolhidas; há normas, porém cada comunidade constitui sua equipe de preparação para os pais, padrinhos e batizados, no caso de adultos; tudo que envolve o batizado é responsabilidade da comunidade; a preparação deve constar, informações e formação; a decisão se vai batizar ou não deve ser feita com muito cuidado e responsabilidade, toda a preparação para a celebração fica sob a responsabilidade da comunidade, tempo, rito, documentação; definição de um acompanhamento às famílias após o batizado; tempo para a promulgação e aplicação das diretrizes e têm um apêndice que sugere, como se deve estabelecer as relações, tratar as questões do batismo com outras igrejas⁶.

Percebe-se que D. Mauro Morelli sempre buscou ajuda de pessoas de outras regiões e até de outros países; nessa primeira etapa do sínodo, contou com ajuda da Arquidiocese de Colônia, Alemanha, para realizar duas assembleias, cinco retiros, a impressão da novena de Natal que tinha o mesmo tema e da impressão das diretrizes do batismo de crianças e de adultos⁷.

³ Carta pastoral : Levanta-te e caminha. Cir. 01/83. ref.:O Ano Pastoral. do Bispo Diocesano D. Mauro Morelli Vem Senhor Jesus. Aos padres e as comunidades. Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Duque de Caxias Janeiro de 1983.

⁴ Idem, de acordo com Anuário Diocesano, 2005

⁵ Idem

⁶ Idem

⁷ Idem

Sobre o sínodo, Sebastião Bernardino de Andrade comenta:

*“o próprio sínodo foi o grande projeto da Diocese, dentro desse sínodo discutimos algumas questões muito profunda como a discussão do batismo como fonte primeira de dignidade humana de batizado, a Igreja aprofunda o Batismo como fonte de dignidade. E é este sacramento que dá a dimensão da cidadania eclesial, aí que vamos ver que essa Igreja não é uma Igreja só de senhores, igreja de irmãos, a partir daí chegamos a diretrizes de batismo para crianças e adultos.”*⁸

A segunda etapa do projeto foi da Comunhão. Essa segunda etapa levou dois anos de reuniões, discussões, debates até que em uma Assembléia, com a participação de 500 delegados das comunidades, religiosos e pastores, onde foi aprovado o documento “Comunhão, Co-Responsabilidade e Coordenação Pastoral na Igreja em Duque de Caxias e São João de Meriti”. Neste documento é colocado que essa participação evangelizadora constitui exigência do Batismo, maturidade na fé. “Fiéis e pastores”, diz D. Mauro Morelli, “somos todos ministros e ministras do Evangelho na Igreja e no Mundo”, e complementa que, em etapas posteriores, sejam estudados “Ministério Pastoral, numa Igreja Ministerial e Comunhão”⁹.

Nesse documento estão estabelecidas às normas de como deve ser estruturada a Comunidade, a Paróquia, a área pastoral, a Região pastoral e a Diocese. A Comunidade deve, segundo o documento, fazer duas assembléias ordinárias, para avaliar, refletir sobre os desafios, escolher prioridades, constituir conselhos e equipe de coordenação, criar serviços que atenda as necessidades da caminhada, quem participa das assembléias. Em relação ao conselho comunitário, este tem as seguintes atribuições: promover a comunhão da própria comunidade; encaminhar e executar as diretrizes e prioridades, tais como: comunitárias, paroquiais, regionais e diocesanas; convocar assembléias; eleger equipes administrativas; enviar representante para a paróquia; para o regional e para as atividades diocesanas, quando solicitada; evitar centralização, entre outros. O documento também aponta critérios para a constituição dos conselhos em relação à equipe de coordenação e equipe administrativa. Em relação à Paróquia ou área pastoral seguem as mesmas normas guardando as devidas proporções.

Um dos momentos mais marcantes, na vida da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, foi o Sétimo Encontro Intereclesial das CEB's, de 10 a 14 de julho de 1989. Esse espaço foi escolhido em Trindade- escolhendo Duque de Caxias, estava-se escolhendo a Baixada Fluminense. Isso foi muito importante como motivação e acredita-se que foi um pouco o contexto na qual está instalada a Diocese.

“A Baixada é uma síntese do próprio Brasil. Aqui chegaram e moram pessoas vindas de todos os Estados do país, a

⁸ Entrevista concedida a autora do trabalho por Sebastião Bernardino de Andrade. Pilar, 113 de janeiro. 2004.

⁹ As comunidades, os religiosos e os pastores aprovam o documento: Comunhão, Co-Responsabilidade e Coordenação Pastoral na Igreja Em Duque de Caxias e São João de Meriti. Apresentado por D. Mauro Morelli. Coleção Fé e Vida. CEB's 2. São Paulo, Loyola. 12 de julho de 1988. p.8-9.

maioria gente expulsa da terra pelos latifundiários. Um povo que traz a marca do sofrimento e da resistência. É a síntese dos grandes desafios nacionais: terra, trabalho, saúde e educação. Acolhendo aqui o Sétimo Encontro e todas as comunidades evangélicas e católicas, urbanas e rurais estarão sendo acolhidos a solidariedade da Igreja, na luta dos povos, na luta dos pobres, na celebração e na partilha da caminhada”¹⁰.

Os encontros das CEB's têm como objetivo, preparar antecipadamente e animar os delegados para o encontro. Para o Sétimo Encontro, elaboraram subsídios que foram enviados para todo o Brasil. Os subsídios são os seguintes: 1 - Cartaz, com o lema “Povo de Deus na América Latina a Caminho da Libertação”; 2 - Cartilha com o lema, um roteiro para os nove encontros e apresentação da temática com três pontos fundamentais: Eclesialidade das CEB's, Rosto Latino-Americano da Igreja e Igreja e Libertação (foram distribuídos 27.300 exemplares); 3 - Cartilha com o mesmo lema, uma contribuição dos evangélicos, elaborada pela Comissão Ecumênica (foram distribuídos 3.000 exemplares); 4 - Cartilha “CEB's: Um jeito novo de ser Igreja”, reedição da preparação utilizada no 6º encontro, 158 mil exemplares; 5 - um caderno com a memória “Os Encontros Intereclesiais de CEB's: de Vitória a Duque de Caxias” (2.688 foram vendidos); 6 - Novena de Natal “Esperança de Vida Nova”; 7 - Boletim informativo produzido pelas diversas comissões; 8 - Fitas e cadernos de cantos (120 cantos - 38 novos, 2.750 jogos de fitas); 9 - Orações para uso das comunidades. (8.974)¹¹.

No Sétimo Encontro foram tratados os seguintes assuntos: 1 - Questões de conjunturas; 2 - Oitavo Encontro Intereclesial de CEB's; 3 - Articulação Nacional das CEB's; 4 - Perguntas para os grupos; 5 - Dinâmicas e questões gerais. Nos dias 8 e 9 de julho de 1989, aconteceu em Nova Iguaçu o encontro dos delegados latino-americanos em preparação e a programação ao 7º Encontro Intereclesial de CEB's¹².

D. Mauro Morelli escreveu carta, convocando as comunidades de Duque de Caxias e São João de Meriti e as Igrejas Evangélicas às quais ele chama de irmãs. Ele agradece a solidariedade, pois São João havia sido devastado pelas enchentes, onde 10 mil casas foram atingidas e danificadas, a fome era grande e tinha ameaça de epidemia, mas diz que, “na simplicidade e pobreza, vão acolher de 1500 a 2000 mil pessoas para o encontro”. Estas pessoas ficaram hospedadas nas casas das famílias. Para as plenárias havia a Catedral, a Escola São Francisco e Santo Antonio; disse D. Mauro, “lugar não é problema”¹³.

No Sétimo Encontro participaram 81 bispos, 4 bispos católicos do exterior, 4 bispos anglicanos, 1 bispo da Igreja ortodoxa. A abertura do encontro foi no centro esportivo Oscar Correa Méier, com bandeiras de todos os países da América Latina. D. Mauro Morelli saudou o público e foi aplaudido por todos; eram 15 regionais participando e para fazer a chamada contaram com Frei Névio (tempos depois, abandonou o ministério de sacerdote), Irmã Derli e o Pastor Cláudio. Ao responderem a chamada, cantavam “Estamos aqui Senhor, viemos de todos os lugares trazendo um

¹⁰ SEDOC. Serviço de documentação. Comunidades Eclesiais de Base-Povo de Deus na América Latina

¹¹ Idem

¹² Idem.p.271-272

¹³ Carta do Bispo Diocesano de Duque de Caxias.D. Mauro Morelli convocando as comunidades católicas e evangélicas para o Sétimo Encontro do dia 1º de maio de 1989

pouco do que temos pra nossa fé partilhar...". Três bispos são convidados a dividir o palanque com D. Mauro Morelli. Esse primeiro contato foi para fazer a memória dos encontros anteriores¹⁴.

Outro momento significativo relatado foi à entrada da cruz que, para eles, simboliza morte e ressurreição, momento de muitos aplausos. Em seguida, houve a entrada do painel, entre outros símbolos, e todos foram explicados. Os maiores aplausos ficaram por conta da Bíblia e uma evangélica fez a leitura da mesma; quem faria os comentários seria D. Aloísio Lorchaeder que, no entanto não estava presente, pois se recuperava de um infarto¹⁵.

O bispo de Duque de Caxias e São João de Meriti fez um comentário sobre a escuridão que começava a tomar conta da cidade e comentou ainda sobre o que separa a cidade maravilhosa da Baixada: escuridão que provoca medo no povo. Convida o povo a olhar para luz que esta atrás e diz: "olha o Corcovado, ele tem o braço esquerdo, o braço do lado do coração, apontado para Baixada, ali é a Baixada". No nosso entender o encontro é uma festa, e D. Mauro fez alusão às mulheres, falou com carinho do povo negro e abraçou o bispo africano¹⁶.

Analisando de um modo geral o Sétimo Encontro, verificamos que esse e os demais são uma grande reação dos bispos do Brasil às comunidades de base e à Teologia da Libertação, tanto pelos temas como pelas orações. A escolha de Duque de Caxias foi uma resposta ao Sexto Encontro, deve ter sido muito bem pensado, pois nesse período muitos bispos do Brasil e da América Latina estavam sendo punidos pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, sendo a Baixada Fluminense um espaço onde acontece muita violência, contra o povo, com poucas condições para a população viver com dignidade, uma comunidade onde a migração é grande, e falta saúde, educação, saneamento, trabalho, etc.

Sobre o qual comenta irmã Luzia:

*"O Sétimo Encontro das CEB's em Duque de Caxias foi um grande desafio, pois as comunidades ainda estavam nascendo. Acolher caminhadas grandes de comunidades eclesiais de Base que já tinha história e de propor a Igreja a consolidação de um novo jeito de ser Igreja O Sexto Intereclesial que aconteceu em Goiânia "Um novo jeito de ser Igreja" foi a provocação e Duque de Caxias deveria responder essa provocação. As comunidades e nem eu mesma estava sabendo o que estava acontecendo"*¹⁷.

Como a Diocese estava nascendo sob as orientações de D. Mauro Morelli, as pessoas, bispos e leigos que assumiam uma visão de CEB's, enxergaram essa possibilidade.

Dos 81 bispos no Brasil que participaram do encontro, estavam entre eles: D. José Maria Pires, de João Pessoa; D. Adriano Hypolito, de Nova Iguaçu; D. Waldir Calheiros, de Volta Redonda e Barra do Pirai; D. Luciano Mendes de Almeida, de Mariana; D. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo; D. Cândido Padin, de Bauru; D. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia; todos eles, e outros, estavam na lista da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé¹⁸.

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem.p.289.

¹⁶ Idem

¹⁷ Entrevista concedida a autora do trabalho por irmã Luzia Ribeiro Furtado. Xerém, 31 de Janeiro de 2004.

¹⁸ Idem. 359

Os temas abordados no encontro foram significativos. No primeiro dia, foi discutido América Latina, nos seguintes temas: 1- Rosto Latino-americano (dívida externa, terra, regimes de trabalho); 2- Massacre das culturas; 3- Sinais de resistência, esperanças e libertação; 4- Desafio para a evangelização, após 500 anos de presença da Igreja na América Latina. Desses temas não fogem Medellín e Puebla¹⁹.

No segundo dia o tema foi "Igreja e Libertação", abraçando os seguintes temas: 1- Relação fé e políticas (motivações); 2- Participação dos cristãos na política (formação); 3- Mística e Espiritualidade; 4- Contribuição dos cristãos na construção e no fortalecimento das organizações populares e na elaboração de novos projetos políticos na América Latina. Dentro de tantas questões e da conjuntura, diz D. Waldir Calheiros. "Papa, nós precisamos do seu apoio". Disse que todos os bispos e o povo têm apreço ao Papa, como centro da unidade de toda a Igreja²⁰.

No terceiro dia, o tema foi "Eclesialidade das CEB's". Os subtemas foram: 1- Palavra de Deus e Ecumenismo; 2- Serviços e ministérios; 3- Questão Urbana; 4- Quebra de discriminações. Todos os temas e subtemas foram discutidos e apresentados em plenárias. As plenárias tiveram nomes significativos, tais como: a) "Willian Valmir Barroso", operário assassinado em Volta Redonda em 1988.; b) "Índio Marçal", um mártir guarani; c) "João Cândido", líder da Revolta da Chibata (sua filha, Zelândia, participou do encontro). O nome das plenárias contemplou os excluídos da sociedade brasileira: um operário, um nativo (índio) e um negro²¹.

Como afirma D. Mauro Morelli, na Carta de convocação para o Sétimo Encontro, a "Baixada é a síntese do Brasil". Da mesma forma, dia 16 de setembro de 2005, na abertura do III Congresso de História da Baixada Fluminense, na Conferência de Abertura, o Dr José Cláudio de Sousa sustentou que a "Baixada Fluminense é o centro do Mundo". Muitos olhos são voltados para ela com interesses diversos: votos, mão de obra barata, violência, espaço de investimentos local, de pesquisa, entre outras motivações.

No Sétimo Encontro muitos foram os assessores, entre eles Clodovis Boff, Eloi Barreto, Fernando Altemeyr Junior, Benjamim Borsatto, Adair J. Tedesco, Manfredo de Oliveira, Nilo Buss, Antonio Cechin, Luis Alberto Gómez de Sousa, José Ernani Pinheiro, Rogério de Almeida Cunha, Luiz Silveres, Jorge Parisoto, Orestes Stragliotto, Ione Buyst, Carlos Alberto Steil.

Durante o encontro várias mensagens de bispos, católicos e evangélicos no Brasil e fora do Brasil, entidades brasileiras e estrangeiras, parlamentares, políticos foram enviadas ao bispo. Até o papa enviou uma mensagem.

Houve também apoio e solidariedade a Fr. Carlos Mesters e ao Frei Leonardo Boff e várias foram às manchetes dos jornais, entre elas: "Encontro Eclesial Discute a Igreja e a Libertação - Terra de Violência" (Jornal Hoje); "7º Encontro Intereclesial Discute Eclesialidade" (Jornal o "Município"); "Encontro de CEB's propõe criar pastoral da política" (O Dia); "Quem é o Centro do VII Encontro das CEB's?" (Jornal "Correio da Lavoura"). O Jornal O Dia começa a matéria assim: "Duque de Caxias (sucursal) - A formação de serviços de acampamento aos militantes na política, e até uma pastoral política, foram as sugestões apresentadas pelos delegados do encontro". Cada jornal deu sua versão²². O encontro foi festivo e rico em acolhida, solidariedade, cultura, política e espiritualidade, embaladas por orações, debates e cânticos.

¹⁹ Idem

²⁰ Idem.p.297

²¹ Idemp314.

²² Idem.p.356-359

TEMPO DE REVIVER

*O meu povo anda tonto em pleno dia
Em nosso corpo transbordou o fel
Nossa mesa tristemente se esvazia
Fumaça e cinza mancham nosso céu.*

*Cravaram as unhas sobre a terra e o pão
Armaram cerco em volta do poder
Mataram Chico, Maria e João...
Sangraram a rosa e o alvorecer...*

*O vento do país já expuseram à venda
Endividaram a nação covardemente
Dão sim a qualquer ordem que o império inventa
Aos pobres viram as costas friamente.*

*Derramaram incerteza em nossa voz
De nossa fé fizeram trampolim
Pisaram a esperança dentro de nós
Nunca se viu tanta amargura assim*

*Mas, eu vi a lua nova cochichando
Aos ouvidos dos migrantes da alvorada
E as estrelas com os meninos combinando
O tempo certo para a grande REVIRADA! (Sic)²³.*

Percebemos que todas as letras de músicas, por mais tristes ou sofridas que pareçam, há trás uma mensagem de esperança; o povo das CEB's está sempre recomeçando a cada espoliação a qual são submetidos. A crônica elaborada pelo assessor Fernando Altemeyr Junior deu início ao encerramento do Sétimo Encontro.

“Com cerca de 4.000 mil pessoas cantavam e agitavam bandeiras latino-americanas. Eram muitíssimas as mulheres, os negros e os índios com os seus cocares e trajes de diferentes nações. Eram gaúchos tipicamente trajados, Baianos com lenços vermelhos nas costas com a figura de Antônio Conselheiro. Um enorme bandeira do Brasil que tremulava cercada de pequeninas bandeiras de todos os países da pátria – grande. Como terra santa da Celebração, a Baixada Fluminense. Como testemunho evangélico e ecumênico, o povo das CEB's com seus bispos e pastores, celebrando juntos o encerramento do 7º Encontro Intereclesial de CEB's.”²⁴

²³ Zé Vicente (Ceará) idem p.362

²⁴ Idem.p.331.

Nessa grande celebração com milhares de pessoas, percebemos que a coordenação do encontro preocupou-se em contemplar todos os participantes na medida em que foram incluídos nessa celebração, transformando o encerramento em uma grande festa. Porém, com a certeza de que o Oitavo Encontro daria continuidade, pois as CEB's teriam ainda muito que caminhar, os grandes encontros são mais para celebrar, partilhar e traçar novos rumos, novas perspectivas, e perceber que não estão sós, com isso se sentem fortalecidos.

Irmã Luzia comenta que só percebeu a grandeza do Sétimo Encontro quando foi participar do Oitavo Encontro. As pessoas foram preparadas para assumir o *jeito novo de ser igreja*, não poderia ser apenas um evento tinha que ficar muitas coisas, quando passou o encontro levamos uma ducha de água fria. Porque os bispos da região não aceitavam as CEB's tanto que quem veio do Rio de Janeiro participar das CEB's vieram escondidos. Hoje que a hegemonia já é pentecostal nua visão neoconservadora da Igreja, as CEB's são insignificantes num sentido de que a força política dela não pesa tanto, imagina em 1989, as primeiras eleições diretas depois 25 anos de ditadura ia ser em novembro, o impacto que ia causar se no Rio de Janeiro as CEB's tivessem a força que elas tem em São Paulo, a nível político e a nível eclesial. A contradição que seria para uma Igreja neoconservadora (...) a visão mais do papa João Paulo II. Mesmo o voltar ao pré-concílio como uma fachada de renovação (...) seria um". Escândalo. Hoje quando eu falo isso para os mais novos eles falam que é um exagero, não é exagero, as lideranças, os teólogos que assessoraram o Sétimo Intereclesial, os bispos eu creio que D. Mauro Morelli também sofreu muita pressão. Porque ele estava na porta do Rio de Janeiro. E as pessoas comentam irmã o Sétimo Encontro foi tão maravilhoso porque que não saiu na televisão? Por que o silêncio? O silêncio era político"²⁵.

Em 1997, é aprovado em Assembléia o Plano de Comunhão Participação de Bens²⁶, que é um plano onde toda a comunidade está inserida, o dinheiro arrecado nas comunidades, sejam por festas, dízimos, doações, é passado uma porcentagem para a paróquia e a paróquia passa uma parte para a Diocese. A proposta de D. Mauro Morelli é de que nenhuma comunidade ou paróquia tenha mais recursos que outras, por isso é participação e distribuição dos bens dentro da própria Diocese; as assembléias e conselhos têm que definir suas prioridades inclusive nas obras, o que a nosso ver é uma questão complicada. Depois de muitos estudos, o Plano foi aprovado só em 2000.

Sobre a questão, D. Mauro Morelli comenta que fica mais fácil administrar as construções nas comunidades e cobrir os gastos com a formação dos futuros padres. Mas, o que realmente ele quer destacar é a comunhão.

“O planejamento pastoral é sempre escola de fidelidade e exercícios de cidadania. O planejamento participativo, diocesano e solidário vai nos ajudar a viver uma economia de comunhão. Uma economia planejada em fraternidade e destinada de forma fraterna a atender com justiça, as necessidades comuns no cumprimento da mesma missão. Nenhuma comunidade isolada e abandonada a própria sorte.”²⁷

²⁵ Irmã Luzia, 2004

²⁶ Idem .348

²⁷ Idem.

Lúcia Neiva Belo concorda com essa idéia de juntar o “bolo” e depois dividir, mas percebe que esta mexendo com a cabeça de muita gente da comunidade, não sabe se vai dar certo, o ideal é ótimo²⁸.

D. Mauro Morelli mobiliza comunidades e instâncias políticas para realizar multirões contra a desnutrição infantil. Algumas pessoas que participaram em agosto da assembléia regional ficaram comovidas com a frase de D. Mauro Morelli: “É preciso que coloquemos nossas crianças no colo para sentirmos sua desnutrição e fazendo com que elas sintam a nossa humanidade”²⁹.

O projeto de desnutrição liderado pelo bispo diocesano, vem se desenvolvendo em forma de mutirão, tendo como passo inicial de mobilização dos cidadãos dos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti; o processo é lento. Com a implantação do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), as crianças terão assistências e acompanhamentos; crianças até seis meses e gestantes. O importante é estar unindo os poderes (legislativo, executivo e judiciário). Nesse processo há parcerias: os poderes públicos de Duque de Caxias e São João de Meriti; membros de ONGs (organizações não governamentais), como a Casa da Cultura e a FASE; entidades civis, como a ABM; representantes do presbitério; agentes de Pastoral (Pastoral da Criança e da Juventude...); membros da Igreja Batista; e, muitos de nossos conselheiros³⁰.

A dificuldade não está só em entender a comunhão e partilha dos bens mas, também no modelo de Igreja, em uma igreja com tantos membros onde uns ainda estão vivendo o modelo de Igreja européia, outros estão na proposta da América Latina de CEB's; há, também, o movimento carismático, seguindo o modelo americano.

Na Diocese, o movimento carismático vem crescendo, em 2001 já havia 30 grupos. A Diocese tem uma prática diferente, por isso com o crescimento da Renovação Carismática, com as práticas intimistas e revalorização da hierarquia, parecia que a caminhada anterior havia sido desprezada. Em agosto de 1993, o Jornal Pilar publicou normas pastorais da Diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda, o conselho diocesano passou a estudar o assunto, sabendo-se que a Igreja é plural e diversa, resolve acompanhar a RC, a fim de integrá-la a realidade³¹. Em 1994, a CNBB pediu moderação em algumas práticas carismáticas ao lançar o documento “Orientação Pastoral sobre a Renovação Carismática”, válida em todo Brasil³².

Em 1996, após vários encontros com o bispo, elegem a coordenação do movimento. Em 2001, a maioria dos membros da RC, na Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, estavam integrados a uma pastoral. Nos dias 21 e 22 de outubro, aconteceu no Colégio São José, em Duque de Caxias um encontro onde compareceram os padres Guido, Renato, Theóphilo e os frades Milton e Tatá, incentivando o encontro com suas presenças e assistência pastoral³³. Esse movimento, embora agregue muitas pessoas, não é um movimento coletivo e sim individual, onde cada pessoa está preocupada com os seus problemas, muitos se denominam católicos afastados.

²⁸ Entrevista concedida a autora desse trabalho por Lúcia Neiva Belo. 13 de Janeiro de 2004. Mesmo sendo pessoa de Igreja muita ainda tem dificuldade de partilhar os bens matérias a nesse ponto

²⁹ Jornal Pilar nº 137, 2001. p.3.

³⁰ Idem

³¹ Jornal Pilar nº137. p.10.200.

³² Idem

³³ Idem.

“ É um movimento de Igreja eletrônica, não é Igreja de comunidade, a pessoa vai no Marcelo canta, canta e vem para casa, e o Cristo veio criar comunidades vê o exemplo da primeira comunidade, os apóstolos também como aqueles que acompanharam mulheres, homens que aderiram o movimento de Jesus ao passo que o que está propondo hoje é a Igreja eletrônica, os Estados Unidos já estão sofrendo com sua crise, quando cresceram as igrejas eletrônicas, caíram, perderam para a Igreja Católica, a Igreja Católica era minoria nos Estados Unidos, hoje é maioria”³⁴.

Em Volta Redonda a população carismática é de 2% Os pentecostais também têm problemas. Como D. Waldir Calheiros relata: “um dia conversando com um vizinho, perguntei: você não tem o problema de irmãos não praticantes? Nós temos católicos não praticantes”. Ele disse: “é o que você pensa... tem muita gente que só vai por interesse de pedir a benção e desaparece, não fica na comunidade”³⁵.

Outro ponto observado por nós é que as CEB's convivem melhor com outras denominações religiosas e buscam um diálogo. Na Diocese, ao longo do tempo, verifica-se essa intenção de ecumenismo e diálogo, tanto que não são poucos os momentos em que foi refletida essa questão: em encontro de jovens, em assembléias, nos encontros das CEB's. No Sétimo Encontro, ocorrido em Caxias, isso era muito claro. Nas grandes celebrações festivas, sempre há presença de representantes de outras Igrejas e até de outras religiões.

Sendo o ecumenismo o grande sonho desde a instalação da Diocese, essa Igrejas tem uma grande vontade de caminhar em busca dele e são muitas as tentativas e os encontros relatados nos diversos exemplares do jornal Pilar.

A Cidade de Mendes sediou a II Jornada Ecumênica, que teve como tema “Diversidade e Comunhão”. A Primeira Jornada tinha acontecido entre os dias 11 e 14 com 339 pessoas vindo de várias partes do Brasil e de várias denominações, segundo Ana Emilia estiveram presentes católicos, luteranos, presbiterianos, batistas, assembleianos, representantes de ONGs, um grupo do MST (Movimentos de Trabalhadores Sem Teto), o bispo Aldo, do Conselho Mundial de Igrejas (Inglaterra), Rosa Lavechia e Richard Martins – CWS (Estados Unidos), Humberto Chithia - CREAS, Israel Batisita - CLAI - Quito (Equador), Gerdi Mützel - a pastora missionária em Berlim (Alemanha), entre outros argentinos, uruguaios paraguaios.

Fizeram parte da Organização do encontro: Centro de Estudos Bíblicos (CEBI); Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA); Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE); Centro de Direito da Terra (CediTer); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); Conselho Latino Americano de Igreja (CLAI/Br); Conselho Latino de Igrejas do Instituto Universidade Popular (UniPop); Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME); Centro Ecumênico de Serviços à Educação Popular (CESEP); institutos, ONGs e centros ecumênicos que desenvolveram trabalhos em favor da vida, da justiça e da paz³⁶.

³⁴ Movimentos eletrônicos é definido assim por ele pela utilização dos meios de comunicação, envolvendo rádio, televisão, grandes cultos, envolvendo a massa entre outros eventos. D. Waldir Calheiros. Volta Redonda: 28 de junho de 2003.

³⁵ Idem.

³⁶ Jornal Pilar.nº146 agosto de 2002. P.3.

Segundo Tadeu Lima, uma frase marcou o encontro: a do pastor presbiteriano Zwinglio Dias; “É preciso trabalhar a favor do ecumenismo com nossas estruturas eclesiais, por nossas estruturas eclesiais, e, se preciso for, contra nossas estruturas eclesiais”³⁷. Em meio a tantas entidades, percebemos que realmente há uma intenção de avançar no ecumenismo e no diálogo com outras igrejas; a referida jornada é uma possibilidade de avanço nesse processo de construir uma relação ecumênica.

Segundo Margareth Felipe³⁸, acredita que D. Mauro Morelli sente-se melhor quando está no meio de pessoas de outra religião do que só entre católicos; é possível, pois D. Mauro Morelli é um homem além do seu tempo. E, apóia os conselhos comunitários e a participação de leigos nas instâncias políticas. Ele sabe que a participação tem que ser ampliada, os problemas são muitos. É necessário um maior número de pessoas compreendendo e assumindo os trabalhos e as lutas.

Em 5 de maio de 2001, depois de muitas dificuldades é eleito o Conselho Tutelar, com a participação de 3 mil pessoas. A Igreja, junto com a ABM (Conselhos de Entidade Populares), a Associação de Moradores do Jardim Metr pole, entre outros, consegue eleger Luis Cláudio, da comunidade São Geraldo, e Marinete Valentin, da Comunidade Santíssima Trindade. Após elei o, comemoraram na ABM.   a presença da Igreja na constru o de um município mais fraterno. Mesmo conseguindo a vitória, percebemos que os votos foram poucos, os movimentos estão um pouco desarticulados³⁹.

Após a mudança de governo do Estado do Rio de Janeiro, quando a Benedita da Silva assumiu o governo, Edna Maia, aos 52 anos,   a nova coordenadora regional de Educa o em Duque de Caxias (Metropolitana V). Ela participou do ensino religioso, ajudou a construir a Pastoral da Educa o, na Diocese e sempre lutou para que o Ensino Religioso tivesse o seu lugar em todas as Escolas de Duque de Caxias e São João de Meriti. A sua posse foi no dia 25 de abril. Simultaneamente Glória Lúcia Felix, aos 53 anos, membro da Comunidade de Nossa Senhora das Graças, em Agostinho Porto, que também pertenceu ao Ensino religioso e   pastoral da Educa o, assume a coordenadoria em São João de Meriti (Metropolitana XI); por muitas vezes representou a Igreja, através da ASPAS, nos vários conselhos de Meriti. Várias autoridades prestigiaram a posse das duas⁴⁰.

Retornando ao sínodo diocesano, no nosso entender, o bispo estava pensando nos grandes Jubileus apresentados na Bíblia, e sente que esse   o momento de uma Economia de Comunhão, pelos menos nessa Diocese. Em rela o   comunhão e participa o de bens, D. Mauro Morelli tem como objetivo primordial a partilha dos bens. Padre Agnaldo disse que percebeu que há lideranças de comunidades que não conhecem direito essa situa o. Existem paróquias em que o orçamento participativo já está funcionando⁴¹. A assembléia diocesana aprova e inicia a caminhada jubilar, que acontecerá em 2006. Os pontos principais são: a comunhão   o eixo Central; comunidades recebem sinal de caminhada, na liturgia continua a revisão, a Igreja   comunhão de pessoas, de dons e de bens e 500 pessoas em assembléia aprovam a caminhada rumo ao jubileu de

³⁷ Idem.

³⁸ Entrevista concedida a autora desse trabalho por Margareth Felipe, em 4 de fevereiro de 2004. Ela   membro do Conselho diocesano e participa da comunidade de Agostinho Porto Nossa Senhora de Fátima.

³⁹ Jornal Pilar n  132, junho de 2001. p.6.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Jornal n  147, setembro de 2002. P9.

prata. O símbolo dessa caminhada, que foi entregue às comunidades, é uma lamparina, para que mantenham o lema: “a caminho do Jubileu vamos celebrar em comunhão”. A entrega foi ao som de um berrante⁴².

A caminho de Jubileu Diocesano, há uma volta à reflexão sobre o Batismo como fonte de missão, revisão da catequese, ministérios e serviços. No mesmo período, acontecem encontros sobre a comunhão e administração. Para melhor compreender o caminho, percebemos que o jubileu seria o “encerramento” desse projeto, pois o momento é de revisão da caminhada de outros grupos.

A Diocese apresenta muitas atividades comunitárias, paroquiais e regionais, com todas as suas pastorais: a da Criança, da Juventude, da Pastoral Carcerária, do Enfermo, a Pastoral da Esperança, da Aids, do Batismo, Pastoral Vocacional, do Negro, da Família, Catequese, Liturgia, os grupos carismáticos, os círculos bíblicos as missões populares, o estudo sobre a comunhão de bens, a Ação Social; Ensino Religioso, e os movimentos, Legião de Maria, Ordem Terceira, Congregação Mariana, Ordem Franciscana, inclui ainda, mês da Bíblia, Campanha da Fraternidade, Novena de Natal, formação para Ministro da palavra, da Eucaristia, para catequese, entre outras atividades e serviços.

Entre as atividades da Diocese observamos que o Jornal Pilar dá um grande destaque ao mutirão. O mutirão chegou a todas as paróquias e D. Mauro Morelli relata no jornal que houve avanços. Padre Adelar Pedro de Davi⁴³ aborda o tema “do mutirão contra a miséria e a fome”, onde faz algumas colocações da dureza de nossa realidade nesse aspecto, como a falta de interesses dos órgãos competentes e o descaso, muitas das vezes da própria sociedade que se diz “solidária aos problemas dos menos favorecidos”. Na Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, como vimos, há muitas atividades religiosas espirituais e, mesmo assim, isso não é impedimento para que os leigos abandonem os espaços políticos.

A Igreja Católica está em um momento de definições, buscando saber como caminhar, com as novas propostas. Nesse momento D. Mauro Morelli, bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, faz um balanço rápido do trabalho desenvolvido nos 23 anos da Diocese, por estar em preparação para a celebração do Jubileu. Mas é fato, entre as pessoas que participam da Diocese, que D. Mauro Morelli já não era mais o mesmo em presença na Diocese, estava um pouco desanimado, talvez com problemas de saúde, chegando até a mudar o estilo de vida, o que comentou em uma das missas de aniversário da Diocese.

No dia 21 de julho de 2003, D. Mauro sofreu um acidente quando viajava para de Varginha para Intanhandu, no Sul de Minas Gerais. Foi transferido para o hospital São Sebastião em Três Corações e de lá para São Paulo, chegando ao hospital consciente mas, com pressão baixa, falta de ar, punhos e costelas fraturadas, perfurações nos pulmões e apresentava hemorragia interna no tórax, sendo submetido a uma cirurgia de três horas e uma drenagem para tirar sangue dos pulmões⁴⁴. Depois de um longo período de restabelecimento, D. Mauro Morelli deixa o hospital e fica em São Paulo, e com isso vai se afastando cada vez mais das comunidades. Em celebração que nós assistimos, a fala dele era que tinha decido trilhar caminhos diferentes, o que importava era o

⁴² Idem

⁴³ Padre Adelar Pedro de Davi, veio do Sul, chegou em São João de Meriti. Antes do desmembramento da Diocese, sempre trabalho ligado as lutas sociais, chegando se candidato a vereador, e prefeito pelo partido dos trabalhadores a eleito vereador nas últimas eleições atualmente ele é presidente da câmara em São João de Meriti.

⁴⁴ file://E:\Detran-RS.Mauro3.htm.01/

combate à fome antes de qualquer coisa. Em uma conversa informal em julho de 2003, no Centro de Formação João Cândido, em São João de Meriti, ele me disse “é que eu não queira falar com você, eu não tenho mais tempo”. O compromisso dele agora era outro.

Em relação à preparação para o Jubileu diocesano em julho de 2004, tem início a segunda etapa. A Comunhão amplia o serviço. E a grande questão é fugir da solidão, nesse momento a tendência da solidão é grande. A querer fazer tudo sozinho. A dominar todo o processo. As comunidades são convidadas a aprofundar a comunhão verificando o documento 71 da CNBB e, que em breve, iniciará outra etapa, que aprofundará os ministérios e serviços⁴⁵.

A Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, além do sínodo, tem seus projetos e tem as pastorais organizadas a nível diocesano, como: Pastoral do Batismo, catequese, pastoral da Juventude, incluídas no sínodo e outras que estão contempladas na caminhada de Igreja que segue simultaneamente com a pastoral da criança, a pastoral da esperança, a pastoral carcerária etc... juntamente com os diversos serviços e ministérios, liturgia, ação social, círculos bíblicos, legião de Maria, que se dedica também às visitas às famílias, ministro da palavra ministro da eucaristia, ministro do batismo.

Percebemos que as comunidades têm tamanhos e trabalhos diferentes, porém todas trabalham com catequese, seja da criança tendo como motivação a primeira eucaristia, crisma, catecumenato - catequese de adultos. Elas cresceram em número de pessoas e em local. D. Mauro Morelli conseguiu uma parceria com uma Entidade Alemã, - a Misereo, que possibilitou dois grandes projetos: o Esperança 1 e o Esperança 2. Um dos objetivos era criar centros comunitários que estivessem abertos à comunidade.

Para desenvolver o projeto foi criada uma equipe de coordenação composta, no Esperança 2, por Padre João Munari, Ana Ligia Medeiros, pelo Regional de São João de Meriti e Sebastião Bernardino, pelo Regional de Duque de Caxias⁴⁶. Estes trabalharam e conseguiram construir 40 centros comunitários que hoje, muitos deles se transformaram em capelas⁴⁷, anulando um dos objetivos. Em São João de Meriti existe uma que não virou capela: é a comunidade São José, situada à rua Cristovan Berberéia, 342, uma comunidade pequena que em Engenheiro Belford, entre o Centro de São João de Meriti, São Mateus e Vila Tiradentes. Comunidade muito pobre que teve seu início em 1982 e faz parte da Paróquia São João Batista⁴⁸.

A Comunidade citada acima ficou mais ou menos 5 anos sem nenhum prédio, reunia-se nas garagens, nos terrenos baldios, nas casas. Até que a paróquia conseguiu comprar um imóvel e com a ajuda do projeto Esperança 2 construiu um prédio composto por um salão, uma cozinha, uma sala de catequese e um banheiro fora do prédio⁴⁹. A Comunidade tem as seguintes atividades: preparação para o Batismo, catequese de criança, crisma, catecumenato, círculo bíblico, duas missas ao mês: no primeiro domingo de cada mês, às 18h, uma missa “inculturada afro”; no segundo domingo, 8h, outra missa e têm celebrações todos os domingos. Quando não têm missa os ministros da palavra e eventual da eucaristia coordenam a celebração às 8h; trabalham, ainda, com a ação social, pastoral da criança, e pastoral do negro⁵⁰.

⁴⁵ Jornal Pilar nº 169, julho de 2004. p.4.

⁴⁶ Ana Ligia Medeiros entrevista concedida a autora do trabalho 13 de outubro de 2005.

⁴⁷ cf anuário diocesano 2005.

⁴⁸ Idem

⁴⁹ MEDEIROS, 2005.

⁵⁰ Observações nossas, durante as visitas

A presença negra nas CEBS, no final da década de 70/80, é abordado em vários movimentos culturais, políticos e sociais que se manifestaram no cenário da Baixada Fluminense, buscando uma maior participação na vida política da sociedade local. Ainda na década de 80, nota-se um crescimento de grupos que atuavam na vida da cidade. Estes grupos elaboravam estratégias de atuação e identificação que os uniram em torno de projetos, ações e lugares que afirmaram sua pluralidade cultural e seus projetos políticos e sociais. Um desses grupos era a Pastoral do Negro, intitulada no final da década de 90 de Pastoral Afro⁵¹.

A história deste grupo remonta o final da década de 70. A proposta para a formação de um grupo negro ligado à Igreja Católica surgiu em setembro de 1978, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) convocou, em Brasília, alguns estudiosos sobre religiosidade popular, a fim de dar subsídios aos bispos brasileiros que iam a Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla, no México (1979).

A finalidade deste encontro, era apresentar, da maneira mais clara possível, as linhas da religiosidade popular brasileira, não exclusivamente a religiosidade “afro-brasileira”. Essa nova reunião foi realizada em São Paulo, no Instituto Paulo VI, no dia 05 de dezembro de 1978. Durante o encontro surgiu a idéia de se fazer um levantamento dos padres e religiosos (as) que fossem negros ou mulatos, para começar a discutir, a partir da situação do negro, a visão que se tinha da realidade religiosa, quer seja do catolicismo, quer das religiões afro-brasileiras. A idéia foi acatada e transformou-se em um dos projetos⁵². Ao trabalho inicia como Grupo de União e Consciência Negra, desde meados da década de 70 e com o Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação (MNU), em 1978. O Grupo “União e Consciência Negra”, era o grupo que atuava na Igreja na década de 70, após algumas discussões e atritos referentes à atuação da Igreja Católica, houve uma proposta de um outro tipo de trabalho com características marcadamente cristãs. Foram formados, então, os Agentes de Pastoral Negros, dissidentes da União e Consciência Negra⁵³. Sabe-se que em 1987, já existiam no Brasil grupos de negros organizados, conforme aponta documento da Comissão dos religiosos, seminaristas e padres negros. Desde 1987, com a Campanha da Fraternidade que teve como lema: “Quem acolhe o menos a mim acolhe”, a Pastoral do Negro intensifica os seus projetos, ainda com a Campanha da Fraternidade de 1988: “Ouvi o Clamor deste Povo - A Fraternidade e o Negro”.

A Campanha foi resultado de muitos anos de reivindicação dos católicos negros quanto a um tema da Campanha da Fraternidade que os contemplasse. A partir do momento em que o grupo teve certeza de que a questão negra seria o tema da CF/1988, todas as atividades foram voltadas para a organização e a discussão aberta no interior da Igreja e na sociedade, uma vez que a Campanha tem alcance nacional⁵⁴.

⁵¹ VALENTE, Ana Lúcia o Negro e a Igreja Católica O espaço concedido, um espaço, reivindicado. A pastoral, é termo assumido e amplamente utilizado pela Igreja, é compreendido pela comunidade negra, como sendo o zelo apostólico para com o povo, sobretudo para com os pobres e os abandonados. Tem como objetivo a evangelização no seu sentido pleno, ou seja, “continuar a missão de Jesus, o que exige que a Igreja seja discípula viva o Evangelho, imitando o próprio agir de Jesus; e esteja atenta aos palcos do mundo, indo ao encontro das situações humanas.”. Campo Grande, MS: CECITEC/UFMS, 1994. p.102.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ OLIVEIRA, Coelho Ercília, A busca da construção do movimento negro em Duque de Caxias e São João de Meriti nos anos 80 e início dos anos 90: CEB's, Identidade Negra e cidadania. Revista Hidra de Igoassú. Ano II, nº3. Caderno de textos de História Local e regional da Baixada Fluminense. Duque de Caxias p.42.2000

A partir da Campanha da Fraternidade de 1988, o grupo de negros organizado tem um crescimento considerável e houve necessidade de redimensionar a organização. Esse redimensionamento aconteceu no encontro de representantes, em setembro de 1988, na cidade de Curitiba, Paraná. Os grupos escolheram seus representantes por região. Esses representantes elegeram uma comissão Nacional. Dos APNs: Ana Cristina Ferreira Gomes, São João de Meriti, RJ; Ana Sônia Rodrigues Bessa, Pinheirinho, Criciúma, SC; Lauro Cornélio da Rocha, Belo Horizonte, MG; Claudinei Araújo, Baependi, MG; Isabel Aparecida dos Santos, Santa Madalena, SP; José Geraldo Rocha, Parque Analândia, São João de Meriti, RJ; Vera Regina Trunpfo, Porto Alegre, RS; Mário Domingos Mendes, Vila Falcão Bauru, SP; Sebastião de Oliveira, Parque Analândia, São João de Meriti, RJ; Paulo Borges, Paraná⁵⁵.

Não aprofundaremos as questões relacionadas a pastoral. Apenas iremos inseri-la no contexto pois foram as CEB's que favoreceram os desmembramentos do movimento até chegar a uma pastoral e que mesmo fragilizada, e sem o vigor dos anos 90, continua, mas essa questão merece um estudo próprio, devido à importância que tem essa discussão. Mas, ressaltamos que no Estado do Rio de Janeiro, as Dioceses que mais se articularam para desenvolver esse trabalho foram as Dioceses de Volta Redonda, Duque de Caxias e São João de Meriti e a Diocese de Nova Iguaçu (Leste 1).

Nas referidas Dioceses foram utilizados os materiais oficiais da Campanha da Fraternidade, paralelo ao material elaborado pelos próprios agentes de pastoral. Tais como: cânticos mais animados, tocados ao som de instrumento de percussão, textos diversos sobre temas ligados ao negro, como educação, política, identidade (símbolos, auto-estima e outros), estimulando a formação de grupos paroquiais e comunitários.

Em relação a pastoral do negro, um dos projetos em São João de Meriti é o E.M.C. Program - Inglês e Espanhol para militantes comunitários. Os participantes dos grupos fizeram uma Assembléia no dia 16 de março de 2002, na Igreja de São João Batista no centro de São João de Meriti. O programa vem na linha dos pré-vestibulares para negros e carentes e tem como objetivo incrementar e capacidade de comunicação dos participantes, em uma sociedade cada vez mais globalizada. A fundação do projeto foi no dia 10 de março e irmã Maria abriu as portas da Casa da Criança, tendo como professoras e articuladoras Rosangela Vale, que é uma das diretoras da Cultura Inglesa, em Duque de Caxias e Dilma Ferreira Vale, professora e colaboradora na coordenação do curso.

O projeto começou com duas turmas e um ano depois contava com 11 turmas em três núcleos (Colégio Renascer, Casa da Criança, Comunidade São Francisco de Assis, na Paróquia São João Batista), sendo que, em 2004, havia também um núcleo na Comunidade São José. A Casa da Criança fica no espaço da comunidade São José, não estando ligada a nenhuma ONG, contando com o apoio do Frei Tatá OFM⁵⁶.

Em ritmo afro, a Pastoral e a comunidade São José celebraram, em Engenheiro Belford, em São João de Meriti, o batismo do mais novo integrante da mesma, do pequeno Hagos, filho de Wilson dos Santos Vieira, físico, doutorando e Denise de Souza Vieira, que também atua no magistério, no dia 13 de março de 2005. Na celebração foram lembrados os antepassados, a

⁵⁵ Idem

⁵⁶ Jornal Pilar nº147 abril de 2002. p. 8.

tradicional água de cheiro representando a abundância das graças de Deus, a farta procissão das ofertas, que trouxe os frutos da Terra e do trabalho Humano. No final da Celebração Frei Athaylton, (frei Tatá), apresentou o projeto espiritualidade e cantos afros católicos.

Nesse processo das comunidades que caminham de forma diversificada, mas dentro de uma unidade e comunhão, os animadores e dinamizadores utilizam todos os momentos para que os grupos estejam estudando e refletindo sobre o principal, que para eles é a evangelização, como aconteceu no Congresso de Catequese que contou com a participação de mil e quinhentos catequistas⁵⁷.

Na Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, D. Mauro Morelli já deixava claro, em suas reuniões, a vontade de deixar os trabalhos da mesma. Sua decisão chegou após o seu acidente, o que o deixou em coma durante 10 dias. Assim que iniciou sua recuperação manifestou o desejo de se dedicar, exclusivamente, à questão da fome. O seu pedido de renúncia foi aceito pelo papa João Paulo II, e em março de 2005, chegou a notícia oficial. Para muitos membros da Diocese esperava-se que ele completasse os 25 anos da mesma e participasse da festa do Jubileu da Diocese, mas assim como chegou apressadamente, também teve pressa na hora da saída.

A troca do bispo deixa muitas perguntas, mas na Igreja todos que chegam são bem recebidos. Na posse do bispo D. José Francisco, no dia 12 de junho de 2005, na Catedral de Santo Antonio, estava presente o representante da Santa Sé no Brasil - o núncio apostólico, o italiano D. Lorenzo Baldisseri que já havia visitado a Diocese anteriormente.

D. Mauro Morelli esteve à frente da Diocese de Caxias e São João de Meriti por quase 24 anos, trabalhando contra a miséria e a favor dos direitos humanos na região. Em carta ao Papa, ele declarou não ter mais ânimo, desejo e nem tempo para a coordenação e a administração da Diocese, que abrange Duque de Caxias e São João de Meriti. Afirmou ter mais energia para trabalhar pela política de alimentação para todos. Com 69 anos, D. Mauro Morelli renúncia o cargo e torna-se bispo emérito, o que é comum após a aposentadoria. Padre Armando Cellere, de 58 anos, que esteve ao lado de D. Mauro, na Diocese, comenta:

“Ele chegou no momento da abertura democrática e ajudou muito na organização do povo (...) seu lema desde o início foi comunhão e participação, o que levou a formação de dezenas de centros comunitários em áreas carentes. Criou também a Ação Social Paulo VI, com projetos de educação, saúde e direitos humanos. Sem falar no Mutirão Contra a Desnutrição, uma referência no combate a fome”⁵⁸.

D. José Francisco Rezende Dias⁵⁹, o novo bispo de Duque de Caxias e São João de Meriti, chega em um momento de espera e incerteza, mas nota-se a esperança de que o novo bispo dê continuidade ao trabalho social implementado por D. Mauro Morelli na Diocese, como declarado por Herosita Macedo Silva, de 74 anos, pertencente à comunidade Nossa Senhora de Fátima:

⁵⁷ O Dia na Baixada. 22 de maio de 2005.p.4.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Com 49 anos, nascido em Brasópolis, Minas Gerais. Ordenado sacerdote em 1979, tem especialização em Teologia Espiritual pelo pontifício Instituto Teresianum de Roma e pelo Instituto Teológico do Sagrado Coração de Jesus, Taubaté, São Paulo, foi diretor do Seminário Arquidiocesano, vigário Geral e reitor do Seminário, em 2001, em Pouso Alegre, onde recebeu a nomeação de arcebispo da cidade. Meses depois, foi nomeado bispo.

“Esperamos que seja o prosseguimento do trabalho de D. Mauro Morelli, principalmente em relação a Pastoral do Enfermo e a Pastoral da Esperança da qual faço parte. São trabalhos de combate à fome e assistência aos doentes.”⁶⁰

REFERÊNCIAS

I- FONTES:

a) FONTES DE ARQUIVOS:

- Arquivo João XXIII, Petrópolis. Correspondência sobre a instalação da Diocese e a indicação do bispo para a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, bula papal.
- Arquivo Diocesano de Duque de Caxias e São João de Meriti, Cúria Diocesana de Caxias.
- Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu – proposta pastoral.
- Centro de Memória / CEMPEDUCH-BF / Faculdade de Filosofia Ciências e Letra de Duque de Caxias / FEUDUC e onde há uma coletânea de recortes de jornais com notícias sobre a Baixada Fluminense.

b) DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICOS:

- Anuário Diocesano 2005.
- Carta Pastoral: Levanta-te e caminha. Circ. 01/83.ref.: O ano Pastoral. Do Bispo Diocesano, D. Mauro Morelli – Vem Senhor Jesus. Aos padres e as comunidades. Diocese Duque de Caxias e São João de Meriti. Duque de Caxias Janeiro de 1983.
- Carta do Bispo Diocesano de Duque de Caxias. D. Mauro Morelli convocando as comunidades católicas e evangélicas para o sétimo Encontro do dia 1º de maio de 1989.
- Comunhão, Co-responsabilidade e Coordenação Pastoral de Duque da Caxias e São João de Meriti.* Coleção Fé e Vida, São Paulo: Loyola, 1988.
- SECOC Serviço de Documentação v.22- 219. Petrópolis: Vozes, 1989.
- Secretariado Nacional. 11º. Intereclesial as CEB's - CEB's: Espiritualidade Libertadora. Seguir Jesus no Compromisso com os excluídos. Belo Horizonte: O Lutador Diocese de Itabira/Cel. Fabriciano – MG, Julho de 2005.
- Os Encontros Intereclesiais de CEB's – de Vitória a Duque de Caxias. col. Fé e Vida- CEB's 8. São Paulo: Loyola, 1989.

ENTREVISTAS

Ana Ligia Medeiros
 D. Waldir Calheiros
 Irmã Luzia Ribeiro Furtado
 Lúcia Neiva Belo
 Margareth Felipe
 Sebastião Bernardino de Andrade
 José Vicente (Ceará)

⁶⁰ Jornal O dia Baixada, 22 de maio de 2005.p.8.

JORNAIS

Jornal Pilar: n°s 116; 121; 124;132; 137; 141;146; 147; 169; 178

Jornal O Dia Baixada

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José D'Assunção. O Campo Histórico. As especialidades e abordagens historiográficas. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

_____, O Projeto de Pesquisa em História. Da Escolha do Tema ao Quadro Teórico. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

BOSI, Ecléia, Memória e Sociedade: Lembranças de Velho. São Paulo: 3a.ed. Companhia das Letras, 1994.

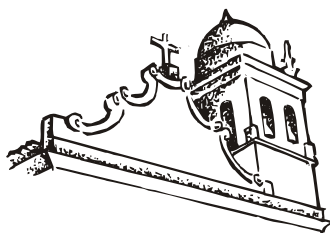
THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

OLIVEIRA, Coelho Ercília, A busca da construção do movimento negro em Duque de Caxias e São João de Meriti nos anos 80 e início dos anos 90: CEB's, Identidade Negra e cidadania. Revista Hidra de Igoassú. Ano II, n°3. Caderno de textos de História Local e regional da Baixada Fluminense. Duque de Caxias p.42, 2000.

VALENTE, Ana Lúcia. O negro e a Igreja Católica - O Espaço Concedido e o espaço reivindicado. Campo Grande, MS: CECITEC/UFMS, 1994.

<file:///E:/Detran-RS.Mauro3.htm.01/01/02>

<file:///E:/Anuário da Diocese -capítulo 1.htm. 1/1/02>.



O CANDOMBLÉ NA BAIXADA FLUMINENSE

Daniel Isaac¹

Discutir a presença do candomblé na Baixada Fluminense, necessariamente nos obriga a buscar na história elementos que justifiquem como chegou e como se desenvolveu essa vertente religiosa de origem africana já há muito tempo e cada vez mais identificada com a região. A história da Baixada Fluminense ainda é desconhecida pela maioria de sua população atual. No entanto, ela existe e remonta ao século XVI, período em que Portugal começou definitivamente a colonizar o Brasil. Antes dos portugueses chegarem à região, aqui já viviam os povos pré-colombianos conhecidos como Tupinambás. Nosso trabalho, no entanto, restringiu-se à análise histórica a partir desse período (século XVI), pois é dentro desse processo de colonização portuguesa no século XVI que nosso objeto de estudo ancora no lado ocidental do Atlântico, mais precisamente na região do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense entra nesse contexto histórico como parte integrante da capitania hereditária de São Tomé, posteriormente capitania do Rio de Janeiro. A região fazia parte de uma sesmaria chamada Igoassú, doada a Cristóvão Monteiro em 1565 em agradecimento a sua participação na luta contra os franceses. Outras sesmarias foram doadas na Baixada Fluminense, entre elas a que foi doada a Brás Cubas e que compreende as atuais regiões de São João de Meriti, Caxias e estrada de Santos. Não queremos aqui entrar em detalhes a respeito dessas sesmarias. Citá-las, no momento, faz-se necessário, pois é a partir delas que a região começa a receber seus primeiros grupos de imigrantes que com o desenrolar do processo histórico vão se intensificar em números e etnias.

A presença do Estado português na Baixada Fluminense realizou-se tendo como base as parcerias com a Igreja Católica e a aristocracia rural colonial, e também contou com a burguesia mercantil que foi gradativamente participando à medida que a colonização tornava-se um elemento importante na economia portuguesa. Dentro desse contexto, podemos destacar a importância da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, do mercado negreiro que se fez presente na região ainda no século XVI. O ciclo do ouro, que começou no final do século XVII e se intensificou durante a primeira metade do século XVIII, promoveu mudanças importantes, como a abertura do Caminho Novo que ligava a região das minas ao Porto Estrela, que por sua vez fazia a ligação com o porto do Rio de Janeiro. Esse caminho, aberto por Garcia Paes em 1704, trouxe para a região novos elementos econômicos.

¹Licenciado em História pela FEUDUC. Associado da APPH-CLIO. Professor da rede particular de ensino.

“Para transportar ouro de Minas era necessário fazer um trajeto difícil e demorado já que o Caminho dos Guaianás, o único existente, custava ao viajante cerca de três meses para ser percorrido. Em 1704, Garcia Paes abriu o Caminho Novo ou Caminho de Pilar que reduziu para 15 dias o tempo gasto da região aurífera até o porto do Rio”. (SOUZA & PIRES, 1996)

A circulação de tropeiros dinamizou a economia da região, uma vez que para atender as necessidades dos mesmos, multiplicou-se cada vez mais a transação comercial. A presença dos portugueses, dos negros e do resultado de suas misturas (mestiços), além de demonstrar o quanto a Baixada Fluminense estava integrada ao processo colonial português, tornou evidentes os conflitos gerados por essa realidade. A colonização da Baixada, além de atender aos interesses da capital da colônia, construiu sua própria realidade baseada em suas necessidades e possibilidades. Assim, como em toda a colônia, o Estado português contou com uma série de reações vindas desses indivíduos que procuravam defender seus próprios interesses: a presença de quilombos, as sonegações de impostos, as contabilidades fraudulentas, o silêncio dos beneditinos em relação aos quilombos, representam parte desses interesses. Com o declínio da mineração e uma nova crise no mercado açucareiro, a região passou por uma série de mudanças na sua estrutura econômica. O final do século XVIII e o início do século XIX possibilitaram o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado interno.

“A partir do início do século XIX, o quadro da Baixada Fluminense se altera ao se deparar com uma nova crise açucareira e com a instalação de uma usina em Quissamã. Paralelamente, a produção aurífera diminuía gerando crise não apenas nas terras mineiras, como também, nas áreas de entreposto” (SOUZA & PIRES, 1996).

No século XIX, a colônia começa a sofrer grandes transformações estruturais e conjunturais. A vinda da família real para o Brasil, mais precisamente para o Rio de Janeiro; as pressões inglesas para o fim do tráfico negreiro; o processo de independência do Brasil, que nos impelirá a reafirmar acordos político-econômicos com a Inglaterra; enfim, questões que determinam mudanças significativas no Rio de Janeiro, em especial, aumentando sua população e conseqüentemente, as necessidades de alimentos e outros produtos que serão, em boa parte, produzidos na Baixada. O negro tornou-se, nesse momento, um produto raro e caro; as terras iguaçuanas, objeto de especulação imobiliária e a política de imigração, que visava trazer novos grupos europeus para um país agrário “independente”, trazem para a Baixada novos elementos que se materializam nos níveis econômicos, políticos e sociais. Com o desenvolvimento da cultura do café e as plantações de laranjas em alguns pontos da região, reacendem-se a economia e a importância dos principais proprietários de terras. Mas, o século XIX, já na sua segunda metade caminhando para o fim, marca a Baixada de forma intensiva, mediante os desdobramentos históricos do país. O fim da escravidão, a proclamação da República e as reformas urbanas e sanitárias da capital vão interferir na dinâmica do processo de ocupação de suas terras. As grandes propriedades começaram a ser loteadas visando receber o excesso de contingente do Rio de Janeiro.

“A saída foi a especulação futura, ou seja, preservar e ampliar a propriedade da terra para depois retalha-la em lotes para que fossem vendidos a massa de trabalhadores que todos os dias chegavam do interior do Estado, do nordeste, do Espírito Santo e de Minas Gerais. a preservação da propriedade era garantida através da contração de capataz para assegurar a posse, da transformação da terra em pasto ou ainda, de acordos com meeiros”. (SOUZA & PIRES, 1996)

Essa população, vinda da capital da República, representa um grupo de excluídos. As reformas que Pereira Passos empreendeu na cidade não incluíram essa gente pobre, analfabeta e desprovida de recursos mínimos para sobreviverem como cidadãos.

Os loteamentos na Baixada não contaram com o mínimo de saneamento para esse contingente. Essa população contou apenas com os espaços para construir suas casas e o descaso das autoridades públicas. No século XX, essa política que visou tornar a cidade do Rio de Janeiro equivalente em qualidade de vida às principais cidades européias, excluiu de seus quadros um contingente pobre economicamente, porém cheio de vida e cultura. Um contingente que, como já dissemos antes, não obedecia à risca as determinações que as elites lhe impuseram. Essa gente que fez história na Bahia, no Rio de Janeiro e nos subúrbios dessa cidade, chegou à Baixada Fluminense com maior intensidade numérica a partir da década de 40, trazendo consigo seu jeito de ser e de estar no mundo. Essa gente que traz na sua ancestralidade diversos elementos culturais distantes e próximos. Distantes, quando nos referimos às particularidades oriundas das diversas regiões da África. Próximos, quando nos referimos à miscigenação genética e cultural e que traz na sua estrutura, a dor, a perda, a integração, a superação, a discriminação e, sobretudo, a força para existir apesar das circunstâncias aparentemente desfavoráveis. Essa gente excluída dos benefícios do processo colonial, impedida de buscar o desenvolvimento social e econômico, que viu a colônia tornar-se independente sem pôr em prática a liberdade, vistas apenas como mercadoria até 1888 e posteriormente, como mão-de-obra barata, mas que participou desde o início da formação do povo brasileiro, se fez presente na Baixada Fluminense dentro dos contextos históricos já mencionados e com a mesma capacidade de intervenção.

A história do candomblé na Baixada Fluminense está intimamente ligada a esses contingentes populacionais e às circunstâncias conjunturais que sempre envolveram e defenderam os interesses do Estado que, por sua vez, representou os interesses das elites dominantes. À medida que a Baixada Fluminense, ao longo da história, foi servindo de palco para esses desdobramentos políticos, sociais e econômicos, conseqüentemente, construiu sua própria história, que nosso trabalho de pesquisa procura ressaltar através das casas de candomblés.

“A História da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias, não é apenas uma história de submissão, de engenhos e de circulação de mercadorias. É uma história permanente de conflitos, de disputas políticas, de busca dos interesses econômicos e também de resistências”. (SOUZA & PIRES, 1996)

O QUADRO ATUAL DESSE PROCESSO SOCIOCULTURAL DAS RELIGIÕES AFRICANAS NA BAIXADA.
COMO ESSAS CASAS VÊM SE ESTRUTURANDO A PARTIR DE SUAS FUNDAÇÕES.

A origem das casas de candomblé na Baixada Fluminense ainda é cercada de muitos equívocos. Precisar datas de fundação ainda é objeto de estudo. As dificuldades vão desde a falta de documentos até receio de alguns zeladores de santo em passar determinadas informações. Há ainda o fato de ser o candomblé oriundo de uma cultura da oralidade, sendo assim, sujeito a interpretações nem sempre precisas.

Com a presença do negro na Baixada Fluminense desde o século XVI e sendo ele um ser vital, subentendemos que tenha praticado sua religião apesar das perseguições. O candomblé com a estrutura que se apresenta, não há dúvidas que tem sua origem nas primeiras casas fundadas no Rio de Janeiro no início do século XIX.

Nossa pesquisa baseou-se no estudo de três casas da nação Kêtu e buscou referências junto a outras duas casas, uma de Angola e outra de Efon. Nessas casas, entrevistamos seus principais zeladores e alguns membros importantes sobre a realidade atual da religião em questão. Nosso trabalho consiste aqui em publicar a visão de cada um dos zeladores e membros importantes pesquisados, procurando situá-los dentro dos contextos políticos, sociais e econômicos.

Desde o início desse trabalho, manifestamos nossa preocupação em focar o elemento do candomblé dentro dos contextos citados acima. Assim fizemos por entendermos a necessidade de se mostrar o que nesse caso ainda se encontra obscuro. As desinformações sobre o assunto em questão decorrem dos descasos e preconceitos que cercam o candomblé e que, atualmente, mantêm equívocos que afastam as pessoas da compreensão e conseqüentemente de se sentirem responsáveis por atitudes de respeito em relação à religião em questão. Nessas entrevistas, podemos constatar algumas realidades dentro de um contexto maior e verificar o porquê de algumas conseqüências.

Os nomes dos zeladores e membros importantes das casas pesquisadas e as diversas situações constatadas nelas serão agora expostos em forma de citação, seguida de uma discussão crítica. Falaremos primeiro das casas de Angola e Efon, pois elas serviram como base comparativa para as casas de Kêtu. Nesse caso, começamos com a casa de Efon, que situa-se no bairro de Vila Neli, Rancho Novo, sem número, na cidade de Nova Iguaçu, na rua Professor Manuel Fina, que está sob o zelo do senhor Aldemiro Ferreira de Aguiar (Miro de Oxóssi ou Ogum). Com 33 anos de candomblé e há 27 anos como zelador de santo, o senhor Miro não gosta de ser chamado de pai de santo, prefere ser visto como um zelador. Em nossa entrevista, deixou claro seu posicionamento em relação a determinados procedimentos do candomblé. Como o não cumprimento de normas importantes na relação entre os membros da EGBE.

“Um Abiá ou um iayô que não tem 7 anos, não senta-se à mesa com o zelador (babalorixá), não senta em honra nenhuma. Só um ogan e os que têm cargo alto na cãs e obrigação n aças. Um iayô não conversa com zelador em pé, sempre abaixo dele. O certo é isso. Não faço essa exigência porque as pessoas não entendem e não aceita. Por que se formos usar a hierarquia tradicional (correta), chega ser uma humilhação, é um estado humilhante. Tem pessoas que são de idades e é um iayô e se tiver que seguir essa hierarquia provoca constrangimento, sempre estar mais baixa, pedir a bênção...”

Juntamente com sua esposa que também participou da pesquisa, o senhor Miro falou da necessidade de se adaptar o candomblé às exigências dos dias atuais e os riscos que essas adaptações trazem para a prática da religião. Mesmo sem concordar com algumas adaptações, revelou-nos que aceita, para não correr o risco de ficar com a casa vazia. Quando lhe perguntamos sobre a relação da casa com a comunidade, nos falou que convive bem com os vizinhos, mas percebe algumas restrições deles para com a casa. Quando insistimos na pergunta, ficou claro que a casa não estabelece relações comunitárias no campo político-social. Quando perguntamos sobre a relação econômica da casa para com seus membros, o senhor Miro disse as seguintes palavras:

“Na minha vida espiritual tenho muita fé no santo, eu não quero riqueza, quero meu pão de cada dia e saúde porque sempre tive saúde com abundância.”

Com essas palavras, revelou-nos ser uma pessoa simples, sem maiores ambições, que busca na religião sua realização espiritual. Revelou-nos depois ter algumas complicações na saúde apesar de ter afirmado antes tê-la em abundância. O senhor Miro falou-nos dos pais e mães de santo que visam ganhar dinheiro com a religião e o despreparo que eles apresentam na prática do candomblé. Teceu críticas sobre a postura deles, afirmando que o candomblé deve ser comandado por pessoas devidamente preparadas com todas as obrigações cumpridas e a permissão de seu pai ou mãe de santo para abrir uma casa. Assim ele se referiu:

“Tem muita gente que se diz sacerdote espiritual e não são, são só curiosidade. Pai e mãe de santo ganham dinheiro. Está arriscado muito candomblé fechar. Eles só vêm o dinheiro. Se o trabalho der certo, muito bem. Se não der, dane-se”.

Pelas palavras do senhor Miro, vemos que muita gente que hoje atua na liderança de uma casa de candomblé apresenta sérios problemas quanto à formação que recebeu. Mencionou que sua casa é pobre, humilde, mas que trabalha com honestidade por devoção à religião. Disse ainda:

“Eu vejo que se as pessoas não se unir, se abraçar, e tiver honestidade espiritual, o candomblé não irá à frente. A tendência é entrar em crise. Se eu fosse líder de federação rendosa, só ia ter casa aberta que tivesse alto grau de conhecimento, cultura pra botar as mãos sobre a cabeça...”

Segundo seu Miro, muitos candomblés já fecharam. A precipitação de alguns filhos de santo em abrir suas próprias casas tem, ao longo das últimas décadas, prejudicado o bom andamento da religião, pois eles mesmos não são, na maioria das vezes, devidamente preparados para exercer a função de zelador de santo e isso tem, ao longo dessas últimas décadas, originado muitos filhos com sérios problemas em relação aos seus orixás.

Ele falou também dos pais e mães de santos que jogam búzios na televisão, e que isso é contrário às tradições do candomblé. Que esses líderes fazem isso colocando o dinheiro acima das obrigações e dos deuses da religião.

Nessa oportunidade, quando conversamos com o senhor Miro e sua esposa, falamos sobre o processo de feitura do santo. Ambos nos revelaram que não há documentos que comprovem se uma pessoa tem santo feito. No candomblé não ocorre como nas igrejas católicas e protestantes, onde o membro possui um batistério ou um cartão de membro. No candomblé, dentro da tradição oral, o membro faz o santo e os balalorixás ou iyalorixás conhecem e, através dos fundamentos, reconhecem se o membro de fato tem santo feito e qual está de frente no membro.

O senhor Miro nos forneceu uma informação importante sobre a nação Efon na Baixada Fluminense. Segundo ele, o pai espiritual dele foi o responsável pela vinda da nação Efon para o Rio de Janeiro. Pai Cristóvão Lopes dos Anjos, que tem sua casa em Duque de Caxias, no bairro do Pantanal. Segundo o senhor Miro essa casa foi fundada no ano de 1951, período em que o candomblé estava vivendo um momento áureo na sua existência. Essa informação confirma a importância da Baixada Fluminense dentro do contexto da expansão e afirmação do candomblé como religião que liga três regiões do Brasil: Bahia, Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. As palavras finais do senhor Miro nessa entrevista são colocadas agora em seqüência.

“Quem trouxe o candomblé Efon para o Rio de Janeiro foi meu pai Cristóvão Lopes dos Anjos. Eu sou a sexta geração da nação Efon no Brasil. Goméia impera mais que Kêtu na Baixada Fluminense. Nós estamos planejando nos unir com Kêtu pra formar uma família só, pois a nação está acabando, então é preciso... O santo não tem pai, nós somos zeladores espirituais”.

Perguntando ao senhor Miro sobre o candomblé difusor da cultura africana, como um local que além da questão religiosa, passa o conhecimento sobre a cultura, ele nos respondeu:

“Eu aqui não tenho uma roça, aqui é uma minirroça. No certo mesmo o candomblé não poderia existir no meio urbano, isso mata um pouco, o certo era ser no meio do mato. As ervas espirituais são compradas em Madureira, os bichos eram pra ser criados dentro da roça. A água era nascente, tinha mina, as ervas eram puras, sabão-da-costa era feito dentro do candomblé, agora a gente compra tudo”.

O senhor Miro, com sua simplicidade de homem comum do povo, com os limites que as circunstâncias sociais e econômicas lhe impuseram, mas ao mesmo tempo como uma pessoa especial, mostrou-se ser um importante sacerdote espiritual, detentor de muitos conhecimentos sobre o candomblé, e nos deixou certos de que o candomblé tem, nos dias atuais, pessoas devidamente preparadas para manter viva essa força que é espiritual e inevitavelmente cultural em nosso meio.

A casa de Angola que visitamos, situada na antiga rua Bangu, número 197, no bairro Doutor Laureano em Duque de Caxias, tem como líder espiritual a senhora Kitale de Oxóssi, que preferiu não falar diretamente conosco, mas designou sua filha carnal e irmã espiritual a nos ajudar a conhecer um pouco mais sobre esse universo religioso.

Confesso que, no início, gostaria mesmo de ter conversado com a senhora Kitala, principalmente por se tratar de uma baiana feita de santo na Goméia da Bahia, e ter 57 anos de santo e comandar sua casa desde 1976, ano de sua fundação. Ela é filha de santo do senhor Joãozinho da Goméia, o mais importante zelador de santo da história do candomblé na Baixada Fluminense. Sua relação espiritual com Joãozinho da Goméia é oriunda da Bahia, onde foi feita de santo. Em alguns poucos momentos de nossa conversa, deixou claro sua devoção e admiração pelo pai. Sua filha e irmã dona Ceci, designada para conversar conosco, nos trouxe informações importantes sobre a nação Angola. Num determinado momento de nossa entrevista, dona Ceci nos disse ser a herdeira espiritual do senhor Joãozinho e relatou-nos detalhes como isso aconteceu.

“No caso eu fui a escolhida. Muita gente da Bahia, do Rio de Janeiro. Foram dois dias de fogos, eu dormia no colo da minha mãe... da minha madrinha. Eu só saía para ir ao banheiro, eu tinha apenas 7 anos de idade”.

Dona Ceci, mais conhecida como Ceci Caxias, nos relatou as dificuldades ocorridas após a morte do senhor Joãozinho. Segundo ela, houve uma disputa interna entre os filhos que preferiram não respeitar o fato dela ter sido a escolhida. Um dos seus irmãos espirituais, do Estado de São Paulo, comprou a casa e não cuidou do seu funcionamento. Hoje, o terreiro é mato puro e já foi vendido para um desconhecido.

Uma casa que tinha em torno de 5.000 filhos de santo, hoje se encontra com problemas. Dona Ceci, no entanto, nos relatou o desejo de agir e confessou-nos já estar tomando providências para a continuação do Axé. Segundo ela, a Goméia de Caxias já acabou, o que pretende agora é trabalhar pela nação de Angola, buscando reagrupar os irmãos e fazer crescer novamente o candomblé de Angola. Segundo dona Ceci, o candomblé de Angola tem poucas casas e está entrando em extinção. Relatou ter nascido dentro de um terreiro de candomblé e ter 40 anos de idade e, conseqüentemente, 40 anos de candomblé. Ela foi feita no santo com 8 meses de nascida.

Quando perguntamos sobre os problemas que a nação de Angola passa, nos relatou que há vários motivos que levaram a nação de Angola a essa situação. Nessa oportunidade, nos falou que os problemas são internos e externos. Internos porque as pessoas ligadas ao candomblé não estão tendo mais o respeito que se deve ter, e muitos fundamentos não são mais respeitados, como:

“As pessoas se afastam muito e são poucos os que dão valor. Elas estão vendo o candomblé como uma festa de aniversário. É pra comer e beber, e não pra ver orixá, que é o principal no candomblé. E as pessoas da nossa religião não estão vendo isso. Não existi mais aquela essência de você sentir que as pessoas estão de corpo e alma ali”.

Segundo ela, hoje se fala mais do candomblé na mídia, mas se fala de uma forma errada, sem o devido respeito. Muita gente não está mais seguindo a hierarquia. Nessa oportunidade dona Ceci nos falou sobre os problemas que a nação Angola encontra em relação às outras nações. Segundo ela, essas nações discriminam a nação Angola, não levando em consideração os caminhos que foram abertos pelos angolanos.

“Eles sempre querem a Angola lá em baixo. Só que eles se esquecem que pra eles chegarem, eles precisaram da Angola como precisam até hoje. Casa de Kêtu de Efon levantam bandeira de tempo. O rei da nação da Angola é o tempo à bandeira e nossa do Angola, tanto que as outras nações não raspam a tempo por que é um orixá da nação Angola”.

Segunda ela, a discriminação ocorre porque eles sabem que se trata de uma nação linda. A primeira que abriu caminhos para o candomblé na Baixada. Nessa oportunidade nos disse que seu pai foi um homem que sofreu muito, foi muito perseguido pelas autoridades civis e pela umbanda mas, com força e determinação, superou todos esses problemas e fundou Goméia de Caxias e fez crescer a casa que chegou a ter 5.000 filhos. Com sua morte, muita coisa mudou. As ambições acirraram as disputas internas e fizeram minguar a nação.

Quando perguntamos à dona Ceci se a casa de sua mãe tem alguma ação social com a comunidade, nos respondeu que a casa procura atender as pessoas na medida do possível e normalmente as pessoas procuram a casa por problemas espirituais. Nesse caso, a casa não cobra por consultas, jogos, enfim, as pessoas dão o que podem dar, não se estabelece um preço. E mostrou-se séria e extremamente comprometida com a sua nação, pelo que nos disse podemos perceber que se trata de uma pessoa muito importante no candomblé da Angola. Uma pessoa que tem sobre os ombros uma grande responsabilidade, resgatar o prestígio que seu pai deu à nação de Angola, mas que se encontra perdido devido às disputas internas. Está preparando sua casa em Capivari, e lutará pela manutenção e pelo desenvolvimento do candomblé e de sua nação. A nação de Angola, que viveu dias de glória com o senhor Joãozinho da Goméia e que hoje vive uma grande incerteza, tem na pessoa de dona Ceci Caxias um futuro de crescimento e afirmação.

Tendo como referência as informações fornecidas pelo senhor Miro, zelador de santo da cidade de Nova Iguaçu pertencente à nação de Efon, e por dona Ceci Caxias, da cidade de Duque de Caxias e que pertence à nação de Angola, passamos agora às informações fornecidas pelos zeladores de santo da nação Kêtu e que se constituem na parte principal de nosso trabalho. Colocaremos a seguir partes importantes das entrevistas que fizemos com dona Maria José (Obanidé), dona Gisele Grossat e o senhor Valdemiro Baiano.

A senhora Maria José foi nossa primeira entrevistada e trazemos aqui colocações importantes que nos trouxe sobre a situação atual do candomblé da nação Kêtu na Baixada Fluminense. Sua casa fica na rua Professor Manuel Fina, 164.

A senhora Maria José nasceu dentro de um candomblé num dia de sessão. Portanto, quando perguntamos quanto tempo ela atua no candomblé, nos respondeu que se levarmos em consideração a data de seu nascimento, ela tem 53 anos de candomblé, pois nasceu dentro dele. Fez santo com nove de idade. Ficou como herdeira da família. Sua casa tem em torno de 34 anos de existência.

A família de Maria José veio da Bahia e morou no morro da Formiga. Ela reside no mesmo endereço do seu terreiro. Podemos observar que o caminho percorrido por essa família confirma os acontecimentos históricos no campo político e social no processo de migração populacional da Bahia para o Rio de Janeiro, depois os subúrbios e, no momento, na Baixada Fluminense. Ela nos disse:

“Nós morávamos no morro da Formiga, depois foi se expandindo. Eu me casei e vim morar na Baixada, Por ter que vim morar na Baixada abri meu candomblé na Baixada”.

Sua avó era baiana e zeladora de santo, comandava o candomblé no morro da Formiga. Com sua morte, suas filhas assumiram a casa. Apesar de ser a herdeira direta da casa, como já tinha sua própria casa, Maria José não assumiu a casa de sua avó.

Quando falou de seus filhos de santo, revelou-nos que há uma dificuldade para se manter os filhos próximos, sempre presentes.

“Eu bato com os pés..., não tenho filhos desgarrados. É difícil, eh!... Os zeladores são abusados, na época que eu raspei havia obediência, hoje há desobediência. Antigamente vinham todos pra roça, passavam vinte e um dias, hoje em dia ir pra dentro de um barracão ficar todos esses dias se você tem filhos para criar, uma hora você vai ficar estressado, antigamente o homem confiava, hoje...!”

Segundo ela, o candomblé teve que se adaptar, se modernizar para sobreviver.

“No tempo que eu raspei, iyaô só rodava na cabeça de mulher, homem não virava com orixá, nem virava com pombagira. Eu acho feio. Eu acho que se você entrou para uma seita certa, então faça certo. Eu não tenho nada contra, mas a doutrina tradicional é assim”.

Para Maria José, o orixá não faz ninguém virar homossexual, as pessoas preferem colocar a responsabilidade no orixá. Segundo ela, o orixá não promove escândalos, nem coloca as pessoas em situações de ridículo. Ela não abre mão de cuidar pessoalmente da feitura de seus filhos de santo, segundo ela esse processo é muito arriscado, uma responsabilidade muito grande:

“Acho que a iniciação tem que ter o seu sangue, participar ali, junto, você é o governante de sua casa. Não pode deixar o vizinho tomar conta pra você, tem que ser feito com amor pra dar certo”.

O trabalho do zelador é de muita responsabilidade, tem que estar perto acompanhando cada passo do iniciado, tem que jogar muitas vezes para ver que orixá está de frente, tem que confirmar para não prejudicar o futuro filho. Segundo ela:

“Hoje em dia você vê um zelador raspar, ele dá um ébó muito mal, pega um iyaô pra fazer nome, pra se fazer”.

Esse é um dos mais sérios problemas do candomblé, pois os filhos quando são mal-orientados passam por muitos problemas, muitos culpam o orixá pela sua vida não dar certo, quando na verdade o zelador não fez o acompanhamento da maneira correta, muitos acabam se revoltando e indo para outras religiões e falam mal do candomblé.

Nessa oportunidade conversamos sobre as funções de ogans, como eles podem contribuir para o bom funcionamento das sessões, e segundo ela, um zelador despreparado pode se tornar vítima de um ogam, pois ele pode tocar a guerra quando deveria tocar a paz. Ele é responsável pela dança errada, e pode desencaminhar todo trabalho. No entanto ela diz:

“Eu bato as mãos nos meus peitos de ter amigos na minha casa, ogans como Aurélio, como Miquinha. Eu posso fazer minha macumba de olhos fechados”.

Quando dirigimos nossa conversa para a questão da relação da casa com a comunidade, nos relatou que prefere manter uma certa distância em relação aos vizinhos. Disse que reza muitas crianças, e adultos não. Perguntamos também se conseguiria viver sem o candomblé, nos respondeu com firmeza que viveria sem seus filhos, mas sem o candomblé, jamais. Ainda sobre a questão que envolve a relação com a comunidade, podemos perceber a necessidade de se resguardar. Os vizinhos convivem bem e quando precisam até procuram, mas não aceitam por completo o que representa uma casa de candomblé.

Além dos problemas de ordem interna já citados nas linhas anteriores desse trabalho, o candomblé ainda convive com a incompreensão das pessoas que, devido ao crescimento do protestantismo, afastam-se cada vez mais de uma possibilidade de compreensão: Diz ela:

“Eu tenho um padre que frequenta minha casa, é feito, é raspado de Oxóssi e tem outro que é raspado de Iansã, tem Igreja, exerce a função de padre, cuida do santo direitinho. Se você vê assim, você não acredita”.

Quando perguntamos sobre a possibilidade de crise e de extinção do candomblé, afirmou que apesar dos problemas que o candomblé enfrentou e ainda enfrenta, não há riscos de extinção. Segundo ela, os bons zeladores continuam garantindo a existência do candomblé. Falou-nos que Duque de Caxias é o grande foco do candomblé no Rio de Janeiro, é o local de maior concentração de boas casas de candomblé.

Quando dirigimos nossa conversa para a questão política, nos falou que não gosta de misturar as coisas e que essa mistura atrapalha. As pessoas devem vir buscar auxílio espiritual, política não. Sobre a questão cultural dentro de sua casa, ela preferiu nos responder que no candomblé de uma forma geral hoje há uma tolerância em relação às outras religiões, mas as casas de candomblés entre si têm o hábito de disputar espaços, de uma ser melhor que a outra. No candomblé, não há união no sentido político como, ocorre com as igrejas que se unem para juntar fiéis e dinheiro. Por isso que as igrejas possuem canais de televisão, rádios e muitos políticos que defendem seus interesses.

Sobre a oralidade, ela considera fundamental para manter a estrutura do candomblé. A experiência oral é fundamental para o desenvolvimento da religião. Segundo ela, os livros de certa forma vangloriosa expõem o candomblé. Qualquer pessoa, depois de ler alguns livros, se acha preparada para abrir uma casa. Isso não é bom, causa muita confusão:

“Acho que se você quer aprender, vai lá, passa pelo fundamento a dar os primeiros passos dentro da iniciação pra você poder aprender. Isso que é saboroso”.

Dona Maria é contra as exibições, nessa oportunidade ela nos recebeu vestida com roupas comuns. Quando perguntei pelos paramentos de uma zeladora, nos disse que não há necessidade dessa demonstração, que esses paramentos são para ela de uso específico, para as sessões.

A respeito do desenvolvimento maior da nação Kêtu, teceu o seguinte comentário:

“Eu acho que essas nações não desenvolveram a sabedoria. Hoje em dia você vê muitos filhos entrar num dia e sair no outro. Eu acho que essas nações não souberam fazer as adaptações. Muitos zeladores maltratam os filhos, exigem coisas absurdas, isso afasta as pessoas”.

Cícero, um ogan amigo de dona Maria José participou de nossa entrevista e trouxe uma grande contribuição. Cícero nos falou sobre a cultura brasileira, nos disse que ioruba é muito mais que uma língua ou conjunto de línguas, é a expressão cultural propriamente dita. Segundo ele:

“Ioruba é um idioma e uma cultura, na África os povos falavam várias línguas e expressavam várias culturas. Eu estava olhando um dia desses na África, foram achados cem (100) línguas na Nigéria. Na Nigéria tem várias etnias.”

Cícero nos falou sobre as variantes culturas existentes na África e como elas se expressam na religião. Disse ser um aprendiz, alguém que se interessa em aprender cada vez mais sobre sua religião, falou-nos sobre os preconceitos das pessoas quando sabem da sua religião. Cícero, no entanto, se mostrou tranquilo em relação aos preconceitos. Que para ele são comuns e normais. As pessoas agem assim porque não conhecem minha religião, se conhecessem teriam uma outra opinião, fala confirmada por dona Maria José tudo que ele disse”.

Nessa entrevista, podemos perceber que o universo do candomblé exposto por dona Maria José e o ogan Cícero é muito parecido com os revelados pelo senhor Miro e dona Kitala. Os problemas praticamente são os mesmos e as formas de contorná-los, também. O comportamento dessas casas já citadas apresenta particularidades, mas tem em comum uma série de práticas que podemos perceber e confirmar como sendo uma herança africana. Uma delas muito nos chamou a atenção: o fato de essas casas fecharem-se em si mesmas, procurando sempre ter uma vida própria, como organismos independentes. Dona Maria José nos ajudou com suas declarações firmes de uma mulher comprometida com a integridade de sua fé, não havendo dúvidas de que ela muito tem contribuído para a manutenção da existência do candomblé tal como é.

Passamos agora às informações fornecidas por dona Gisele Grossat, uma iyalorixá muito importante no universo do candomblé. Sua casa, ou melhor, sua roça localiza-se no bairro de Santa Cruz, no município de Duque de Caxias. Dona Gisele nos atendeu muito bem e nos forneceu importantes informações que aqui vamos apresentar também em forma de citação, seguida de

comentários feitos por nós. A riqueza de detalhes com que sua casa foi construída é algo impressionante. Forneceu-nos mais do que uma entrevista, nos permitiu tirar fotos importantes do terreiro e nos concedeu uma lista com nomes e endereços de zeladores de santo na Baixada Fluminense. Alguns desses zeladores fazem parte dessa pesquisa devido à contribuição de dona Gisele. Ela nos revelou que para melhor compreender o candomblé, estudou antropologia, disse que conheceu o candomblé na África e por isso veio para o Brasil para melhor conhecer esse universo. Nessa entrevista, podemos constatar que se trata de uma pessoa muito importante devido aos conhecimentos que tem acumulado ao longo desses últimos anos. Falou-nos, com detalhes, sobre os fundamentos do candomblé, sua origem africana e sua estrutura no Brasil.

A sua história espiritual é marcada por uma mudança importante. Filha do senhor Joãozinho da Goméia, ela foi iniciada no candomblé de Angola, mas mediante uma série de acontecimentos filiou-se também à nação Kêtu, da qual hoje é uma importante representante, principalmente, na Baixada Fluminense. Sua roça, como já dissemos, é rica em detalhes e aproxima-se do que se pode considerar ideal. O espaço urbano é bem dividido e o espaço natural é bem representado por diversas árvores sagradas e vegetações diversas, com a presença de pássaros e outros animais (insetos, borboletas, etc...) e ervas espirituais. Mostrou-nos e nos permitiu fotografar assentamentos de orixás que devem ser feitos no espaço aberto (natural). Sua roça, devido à organização próxima da ideal, permite que tais assentamentos sejam feitos. Sua casa é um verdadeiro documento concreto da história do candomblé. Fundada em 1975, sua roça chega à casa dos 27 anos de serviços prestados à religião.

Começou nos falando sobre a estrutura de uma casa de candomblé, como funciona, qual a função de alguns membros:

“No meio desses Ebame tem uma escolha feita pelo orixá de pessoas que têm cargo, que têm uma responsabilidade determinada; em redor desse grupo tem os ogans que são homens, que são um tipo de cerca que segura o candomblé, são pessoas que têm a responsabilidade de cortar os bichos, tocar atabaques, de chamar os santos, de receber as visitas, eles são um tipo de estrutura de segurança; e os Equedes são pessoas que cuidam do filho quando vira no santo, são considerados como mãe, elas distribuem as comidas, cuidam das roupas dos orixás”.

É um sistema muito estruturado. Dentro dos postos que são dados, há uma pessoa que pode substituir o tocador de atabaques; uma pessoa encarregada do relacionamento das filhas de santo; as que cozinham pra a iyaô, enfim...

Sobre a questão do pai na África e se a figura da mãe era também importante, nos disse que sim e que comentou que aqui no Brasil o processo da escravidão provavelmente explica essa afirmação da figura feminina no candomblé:

“Acho que as mães, as mulheres podem ser explicadas pelo fenômeno da escravidão, talvez por que os homens tivessem mais trabalho exterior e as mulheres ficavam mais dentro de casa e adquiriam uma experiência, uma psicologia mais

desenvolvida. Elas muitas vezes tinham mais condições de arrumar emprego e com isso reunir condições financeiras melhor que homens”.

A relação da casa com a comunidade é boa e inclusive uma de suas filhas mora próximo à roça, mas a maioria de suas filhas vem de longe. Tem um bom relacionamento com outros pais de santos e não realiza nenhum trabalho social direto na comunidade, a relação é restrita ao campo espiritual. Quando perguntamos sobre as perspectivas do candomblé no presente e no futuro, ela nos disse:

“Então agora vou fazer uma crítica aos que deturpam os sentidos das coisas no candomblé. Fazem da religião um comércio. Uma pessoa que joga búzios não pode negar o jogo a ninguém, isso que eu aprendi, que não se nega jogo a uma pessoa que pede. O babalorixá ou a Iyalorixá tem a obrigação de fazer o jogo, talvez não de fazer os ebó, enfim...”

Não hesitou em dizer que uma casa do candomblé não vive sem dinheiro, mas tem que ser razoável porque é a religião do povo que ganha salário mínimo e que precisa da religião para atender suas necessidades espirituais. O candomblé é sua vida, move seus interesses já há algum tempo em sua existência. A relação do candomblé com as práticas políticas foi analisada da seguinte forma:

“Nós vamos ter que tocar no problema das igrejas evangélicas que vê todos os defeitos do candomblé e não as suas virtudes. Há realmente muitas casas com sérios problemas, elas se aproveitam e desfazem da gente”.

Mencionou que as igrejas evangélicas procuram um caminho, os católicos outro e o candomblé também busca o seu caminho para chegar a Deus. Mas isso não é devidamente entendido. Disse que o candomblé não faz proselitismo, não vive convidando pessoas, elas vêm quando sentem necessidade, ao contrário do cristianismo, que vai ao encontro das pessoas. As pessoas vêm porque se sentem mal e buscam melhoras.

Quando perguntamos se o candomblé vive hoje uma crise, ela nos disse que até a década de 40, sim, devido às perseguições e preconceitos. Mas hoje conta com o preconceito da sociedade. A televisão e outros meios de comunicação fazem do candomblé uma coisa ridícula, atrasada, enfim, satirizada.

Para ela a maioria dos brasileiros ainda tem uma visão de que o candomblé é apenas uma galinha na esquina dentro de um quidá. O candomblé é muito mais que uma representação, que é precedida por significados diversos. E voltando às questões políticas, o candomblé é muito fechado, ao contrário das igrejas, que se organizam em instituições econômicas, políticas, como canais de televisão, rádios, jornais e as assembleias legislativas e o poder executivo (prefeituras, Estado e a presidência do país). Com isso eles fecham as cachoeiras e as matas, nós não controlamos nada, disse ela. Isso é uma fraqueza, não temos força política, mas existe um certo respeito de boa parte da sociedade.

Quando perguntamos sobre a questão da oralidade, ela nos disse:

“Eu acho que não é tanto a oralidade que prejudica, é o fato que os mais velhos provavelmente devido à pressão da escravidão passaram por um processo de autodestruição. Eu vou morrer com o que sei, não passo pra ninguém. Eu acho que psicologicamente é o fundo do poço. Essa prática ficou, as pessoas não passam as informações. Não é pra dizer que elas sabem disso, é pra elas se escolherem. Na África as informações passam mais facilmente”.

Para ela, na África, apesar da oralidade, as informações são mais acessíveis do que no Brasil. As dificuldades encontradas na África ocorrem devido à desestruturação das comunidades que são responsáveis por essa passagem de conhecimento. No Brasil o candomblé tem mudado sensivelmente, pois muita gente pratica candomblé, mas não abandona os ensinamentos da umbanda:

“A influência a umbanda. Muita gente vem ao candomblé pra procurar mais fontes, mais fortes, mas não abandona o que eles praticavam. Então a gente chega ao candomblé, uma mistura. E não larga o preto velho, o Exu, a pomba-gira, continua recebendo essas entidades, que são cultos sem um ritual muito determinado e a gente parte para a extravagância”.

No entanto, nos relatou um fato que presenciou na África sobre uma sessão onde havia várias entidades incorporadas, que no final um amigo lhe explicou que se tratavam de espíritos que morreram do outro lado do Atlântico (Brasil), no processo de escravização. Para ela, o que são esses espíritos senão preto velho? Fechou essa questão nos dizendo que não devemos ser tão incisivos nas afirmações, pois em se tratando de candomblé nada é tão inflexível, tão absoluto. Disse que temos que estudar muito para compreender esse universo. Mostrou-nos ser uma pessoa aberta a compreender o múltiplo universo do candomblé, uma pessoa muito mais interessada em compreensão do que em rotular. Quando falamos sobre a estrutura geográfica do terreiro, nos disse que sua casa não é exatamente uma novidade, que na Bahia vários terreiros possuem uma excelente distribuição e ocupação dos espaços. No Rio de Janeiro, devido ao processo de urbanização, as casas não dispunham de um espaço ideal.

“Minha casa tem espaço porque é afastada dos grandes centros. As casas das regiões urbanas atendiam as necessidades dos membros da casa, principalmente em termos de trabalho, pois os escravos tinham que morar próximos ao trabalho”.

Na África, o candomblé tem como base a família e cada família tem um orixá; não se tem a reunião de vários orixás num mesmo terreiro. Ela não sabe por que isso ocorre no Brasil, essa idéia de se juntar vários orixás, claro, cada um ocupando uma célula, porém coabitando um mesmo espaço de certa forma:

“Nós não temos documentos pra saber por que isso ocorre. É muito difícil imaginar como foram fundados os primeiros terreiros, os detalhes são mínimos. Tem uma coisa certa quando você pensa nas condições da escravidão, na hora que foi abolida a escravidão, já não era aquela a estrutura da fazenda com uma senzala, já era um sistema urbano. E tinha uma classe social com dinheiro, muitos libertos, tinham os comerciantes que vinham da África, negros de ganho, etc... Então tudo criou um ambiente muito diferente do que se pensa”.

Para ela, só os negros livres tinham tempo para fazer o santo. Muitos negros já eram livres. Segundo ela, o candomblé não nasceu nas senzalas, mas vemos nas senzalas um ambiente que favoreceu o desenvolvimento posterior do candomblé. O negro que chegava tinha uma nação, mas ao se casar e ter filhos e os netos eles iam casar com outros que não eram da mesma nação. Então, diluíram-se as particularidades e o candomblé tornou-se, no Brasil, um universo plural, onde vários orixás coabitam a mesma roça, onde os filhos além de serem ligados ao orixá da casa possuem o seu orixá. Sobre o processo de chegada do candomblé na Baixada Fluminense, nos concedeu endereços de sacerdotes importantes na história do candomblé regional.

“Temos que ver um relatório dos primeiros candomblés na Baixada. João Alabá, Abedé, Aninha, depois vem uma outra que vem por volta de 1936, que é Siriaco, Caboclo, Joãozinho da Goméia, Valdomiro, Cristóvão”.

Destaca que o que chamou sua atenção para o candomblé foi a alegria, a fé no hoje, sem se preocupar com o amanhã. Segundo ela o brasileiro insiste em ser europeu, mas não é:

“O pensamento brasileiro é muito mal contado, o brasileiro, mesmo os das classes elevadas se acham um europeu, com um pensamento ocidental e procura excluir a parte africana, que é completamente diferente do sistema europeu”.

Segundo ela, com o leite da ama, ele chupou muita coisa, chupou o mundo invisível presente na vida que não existe no mundo ocidental, mas está presente em todos os brasileiros. A atitude de um brasileiro quando vai decidir alguma coisa leva em consideração muito do sistema africano, apesar de fazer de conta que ele não existe.

Como já dissemos antes, dona Gisele nos forneceu informações importantes sobre o candomblé. Falamos sobre a estrutura e sua origem, como essa religião vem se estabelecendo, promovendo mudanças e ao mesmo tempo sendo transformada, devido às circunstâncias que o têm

cercado ao longo de sua existência. Nessa oportunidade, confirmamos muita coisa que pesquisamos em livros e outras que os livros ainda não guardam. Uma senhora completamente envolvida com a religião, vive viajando para diversos lugares do mundo, como Bahia, África e outros lugares do Rio de Janeiro e do Brasil. Ao contrário de muitos zeladores de santo, procura repassar os conhecimentos que possui, pois vê nessa atitude a oportunidade de difundir a religião, tornando-a mais próxima do povo. Sua ligação com algumas casas da Bahia, da África e do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense mostra o quanto é envolvida com o candomblé e o quanto doa de si a essa religião.

O senhor Valdemiro Baiano, filho de Xangô e Ogum, foi o último zelador de santo entrevistado por nós nesse trabalho. Nascido em 13 de dezembro de 1928, tem 74 anos de idade. Nascido na Bahia, veio para o Rio de Janeiro em busca de trabalho ainda na década de 30. Tem 59 anos de santo feito com senhor Cristóvão Lopes dos Anjos da nação Efon; e fez todas as obrigações de Kêtu com mãe Menininha do Gantois.

Iniciou falando sobre a razão que o levou a mudar de nação no candomblé. Segundo ele:

“Efon é desse tamanhinho assim, não quis se expandir. Eu tenho cabeça de expandir, de crescer”.

Questionamos com ele essa prática de mudar de uma nação para outra sem hesitar, e nos falou que isso é perfeitamente normal. Se você não está satisfeito, deve e pode mudar, finalizou.

Sobre sua roça no Parque Fluminense, diz que foi fundada há aproximadamente 50 anos, e está para ser tombada como patrimônio histórico, situando-se na rua Moacir Almeida, no Parque Fluminense em Duque de Caxias.

Quando perguntamos a ele por que uma nação como a Kêtu se expandiu tanto e outra como a Efon continuou tão pequena, relatou que é a forma que as levaram a essa situação. Disse:

“Efon é pequenininha, não desenvolveu muito, guardam muito escondidinho, muitos não faziam, eu estou fazendo aqui. Não dialogavam. Não abriam pra ninguém, morriam e levavam. Hoje ainda tem gente que morre e leva”.

Segundo ele esse é um problema, e que se continuar assim, vão acabar fechando, pois a nação vai minguando até acabar. O senhor Valdemiro fez santo com 15 anos de idade, hoje esse senhor tem filhos de santo espalhados em vários estados do Brasil, como Ceará, Paraná, Bahia, São Paulo e no Rio de Janeiro, vive constantemente em viagens dando assistência aos diversos filhos espalhados pelo Brasil. Ele é um zelador tão preparado que é requisitado para colocar axé nos terreiros de seus filhos e amigos.

Nessa oportunidade, falamos sobre um problema sério no candomblé que os zeladores anteriormente citados nessa obra também falaram: a questão dos sacerdotes imaturos, despreparados, mas que insistiam em abrir suas casas? Ele foi claro quando disse que esses zeladores pagam caro por essas precipitações. Segundo ele, quem nos escolhe é o orixá, nós devemos seguir o chamado do orixá.

Quando perguntamos sobre o que pensa do candomblé na Baixada Fluminense, nos disse assim:

“O que eu acho muito no candomblé é a desunião, um só quer derrubar o outro. Um quer sempre mais do que outro, o candomblé muito desunido. O protestantismo é mais unido, o candomblé mede força. Dificilmente você encontra uma pessoa igual a mim que diz Kitala é minha mais velha. Se você perguntar quem é Kitala, eu digo é minha irmã, minha Ebane”.

Segundo ele, os protestantes são mais organizados politicamente. O candomblé está sempre por baixo, mas ressaltou que essa desunião é hereditária no candomblé, vem da África. Já as nações mediam forças entre si e isso é próprio do candomblé, nós podemos melhorar, mas não tem como acabar com isso.

Sobre a nação Efon, nos disse que está preparando sua casa na Bahia e pretende trabalhar por ela. Ainda sobre o candomblé na Baixada Fluminense, o senhor Valdemiro nos disse que desde que chegou ao Rio abriu três casas no Estado. A primeira na cidade Rio de Janeiro, a segunda na Chacrinha, em Caxias, e essa atual no Parque Fluminense, que está aberta há aproximadamente 50 anos. Segundo ele, desde que chegou a Baixada Fluminense abriram várias casas. Ele fez questão de mencionar os primeiros zeladores de santo que chegaram à Baixada.

“Quem deu início ao candomblé aqui na Baixada foi Joãozinho da Goméia. Mas já tinha candomblé no Rio de Janeiro, tinha o de Brancolé, o de João Allabá e o de João Abedé na cidade, na Barão de São Félix, na Central do Brasil..., no bairro da Saúde. Depois de Joãozinho veio meu pai Cristóvão Lopes dos Anjos... Siriaco...”

Nessa oportunidade, ele nos falou sobre o preconceito que cerca o candomblé e disse que o candomblé é uma especialidade das mulheres contra os homens.

“Candomblé na realidade é de homem e não de mulher, na África a alaó e babalaó e os filhos da casa são ligados ao orixá do marido”.

Segundo ele, as mulheres no Brasil tomaram conta do candomblé.

“Elas vieram com o mais velho Iyanossô e Iyaxalá, com Babá Detá, quando Babá Detá morreu, elas tomaram conta e não deixaram mais os homens sentar”.

Entre os nomes de zeladores homens citados pelo senhor Valdemiro, falou sobre o tio Bomboxé que é um dos fundadores do candomblé no Brasil, o avô de dona Regina Bomboxé, que é uma importante zeladora de santo na Baixada Fluminense. Dona Regina Bomboxé tem casa no bairro Eldorado em Duque de Caxias. Infelizmente não tivemos ainda uma oportunidade de conversar com ela. O senhor Valdemiro nos falou sobre o pai de dona Regina, o qual se chamava Benzinho. Segundo

ele, ela entende de candomblé como ninguém. No final de nossa entrevista, o senhor Valdemiro ainda nos falou sobre as nações que estão presentes na Baixada Fluminense.

”Kêtu só pode vim dos Gantois, Engenho Velho, São Gonçalo, Olga do Alaketu e minha mãe Regina. Qualquer outra casa de Kêtu só pode ter saído de uma dessas casas. Jeje tem que vir do Boagum e da Cachoeira. Boagum é Bahia e Cachoeira é de cachoeiro. Angola tem que vir de Mariquinha Lembar, Maria Neném, Bernardino, que era filho de Siriaco, que tinha casa em Villar dos Telles. Efon veio com Cristóvão Lopes dos Anjos”.

Seu Valdemiro nos disse que conheceu pessoalmente esses importantes zeladores de santo, também nos relatou ser o primeiro xangô da nação de Efon. Quando perguntei sobre o presente e o futuro do candomblé na Baixada Fluminense, nos respondeu assim:

“O candomblé vai progredir certo ou errado. Tem casa que eu olho, torto, vejo torto e deixo. Está cada vez pior. Vou te dizer uma coisa, quanto mais marmoteiro, mais cresce. Agora, a verdade não se escurece”.

Nossa entrevista com o senhor Valdemiro Baiano poderia ter durado mais tempo, mas os compromissos que ele ainda tinha a cumprir não nos permitiram continuar. No entanto, devo ressaltar que essa oportunidade foi muito proveitosa. Ele nos passou informações importantes sobre o candomblé. Pode-se perceber que se trata de uma pessoa muito especial nesse universo. Um zelador de santo raro, com profundo conhecimento sobre a religião. O senhor Valdemiro, sem sombra de dúvida, pertence a um grupo seletivo de sacerdotes espirituais que cuidam das tradições e do desenvolvimento do candomblé no Brasil.

CONCLUSÃO

Os caminhos que trilhamos procurando entender o candomblé de Kêtu como um universo religioso que interliga três regiões distintas do Brasil ao continente africano, nos levou a perceber que longe de termos chegado a um ponto seguro, estamos na verdade em algum ponto inicial desse pseudo-entendimento. Nesse pequeno traço que marcamos, podemos perceber o quanto existe de desconhecido nesse universo tão presente, mas ainda envolto em sombras. Pensamos que há pouco a concluir e muito a procurar entender. A vinda involuntária dos negros africanos para a colônia portuguesa na América, impôs um legado cultural ainda maior que a percepção vigente no Brasil enquanto Estado, país, nação e povo. Temos muito que buscar e certamente muito a encontrar. Debruçar sobre o universo do candomblé é simplesmente mergulhar num oceano multicultural, multirracial, rico em detalhes com uma beleza singular ainda incompreensível para nós. Percebemos que a vinda de negros africanos para a América portuguesa ultrapassou os limites das transações comerciais, que além de braços e lombos vieram seres humanos. Construtores de culturas, senhores de uma lógica que ainda pouco conhecemos. Nesse trabalho podemos concluir que o que temos a fazer é procurarmos conhecer isso que está presente, mas de que ainda não nos demos totalmente conta. Somos muito mais do que pensamos ser, temos

muito mais do que pensamos ter. Precisamos muito mais do que pensamos precisar. Somos um povo que ainda não se deu conta do que a história construída aqui nos oferece. Transitar pelas ruas da Baixada Fluminense e não se dar conta de que ela nos proporciona vez por outra encontros importantes, é sem dúvida uma forma de cegueira. Quantas vezes cruzamos com alguns desses zeladores de santos citados nesse trabalho e sequer desconfiamos de algo. Quantas vezes juntamos ervas a uma água quente e não nos damos conta de ser um ritual. Quantas vezes ouvimos numa aula de história algo sobre o fim do tráfico negreiro no século XIX e não nos percebemos dos seus efeitos na sociedade brasileira. enxergamos o elemento negro não mais apenas como um ex-escravo, mas como um dos vertentes culturais que formam esse país. Percebemos que as circunstâncias modelaram e remodelaram formas, destruíram e preservaram dados, separaram e juntaram elementos, dando a eles uma nova feição. Essa presença negra no Brasil, vista pela ótica do candomblé, coloca a Baixada Fluminense mais do que nunca no contexto histórico desse país. A vinda da Bahia para o Rio de Janeiro, mais precisamente para a Baixada Fluminense, de Joãozinho da Goméia, dona Kitala, senhor Valdemiro Baiano, Cristóvão Lopes dos Anjos, dona Regina Bomboxé, Siriaco e outros dá a essa região uma importância ainda a ser conhecida pela maioria da população brasileira, porém concreta em fatos.

O que esses zeladores nos revelaram merece aqui alguns recortes. Podemos perceber as diferenças de uma casa para outra e entender por que isso ocorre. A contribuição que cada um traz para o candomblé e como se posicionam diante dos problemas que envolvem a religião. Como vêm a modernidade e precipitação de alguns filhos em longo se tornarem pais ou mães de santos. Como guardam as tradições e fundamentos e como fazem para repassarem a seus filhos na medida do possível. Como as casas se relacionam entre si e com a sociedade, como a escrita e a oralidade convivem num espaço onde a sensibilidade é o caminho para se chegar. Como as nações lidam com a realidade atual e o que precisam fazer para continuar existindo. Vemos que a Baixada Fluminense convive, no entanto, com zeladores como o senhor Miro de Oxóssi e dona Zezé em Nova Iguaçu, como o trabalho desses dois zeladores de grande importância para a continuidade do candomblé.

É interessante ressaltarmos que não tivemos a intenção nem a pretensão de procurarmos pessoas entrelaçadas no candomblé, mas isso é o que acabou acontecendo. O senhor Miro de Nova Iguaçu é irmão espiritual do senhor Valdemiro Baiano; dona Gisele Grossat é irmã de dona Kitala e de dona Ceci Caxias, que conseqüentemente são filhos do senhor Joãozinho da Goméia. Esses laços estendem-se no tempo e no espaço, envolvem pessoas que já se foram como Cristóvão, Joãozinho, Siriaco, Benzinho e outros, e os que aqui estão continuando o trabalho que começou no final do século XVIII e início do século XIX, como dona Gisele Grossat, dona Zezé e dona Ceci Caxias e outros. Perceber que tudo que já foi feito contou com pessoas imprescindíveis e que hoje tudo que é feito conta com pessoas muito especiais como as citadas nessa obra. Entender a atualidade do candomblé na Baixada Fluminense é entender um pouco da história dessa região, como vive essa gente que descende daqueles que foram expulsos da cidade do Rio de Janeiro e vieram lotear as terras que não produziam mais laranjas, cafés..., enfim. Essa gente que povoou e tornou necessário e possível as sucessivas fragmentações municipais ao longo do século XX. Pessoas que ao serem excluídas migraram para a Baixada e entre suas coisas trouxeram seus santos e axés. Casas que vêm ao longo da história procurando se adaptar às circunstâncias, mas que guardam ainda muito de suas ancestralidades. Casas que como na África se fecham e aldeias guardando segredos e sabedorias, em cabeças humanas que por isso ganham importância na história desse povo.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, M. História e Geografia. São Paulo: Ática, 1998.
- FERREIRA, J. R. M. Construindo o conhecimento: Estudos sociais. Rio de Janeiro, 4. São Paulo: FTD, 1992.
- ORDONES, M. Brasil: da chegada dos portugueses à independência política. São Paulo: IBEP.
- ROCHA, A. M. Os candomblés antigos do Rio de Janeiro. A nação Kêtu: origens, ritos e crenças. Faculdades da Cidade – Top Books, 1994.
- SANTOS, J. E. Os Nagô e a morte Pàde, Asesê e o culto Eguir na Bahia. Coleção Mestrado/4. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOUZA, Marlúcia Santos., & PIRES, Junior. Roberto. Terra de muitas águas. Texto 05, 1996.
- VERGER, P. F. Orixás: Deuses Iorubas na África e no novo Mundo. Editora Corrupio, 1981.

GLOSSÁRIO

- Ebó: Sacrifício, oferenda, despacho.
- Ebame: Irmã mais velha. Pessoa com mais de sete anos de santo.
- Equesdes: São pessoas que cuidam dos filhos quando vira o santo (incorporadas).
- Alguida: Um prato de barro.
- Assiká: Confirmação (normalmente no jogo de búzio).
- Abatossi: Foi uma mãe de santo na Bahia (dona Marcelina).
- Gegê: É uma nação africana.
- Nagô: Linguagem falada no Ketú (África).
- Babalaó: Sacerdote de Orumilá, adivinho.
- Axé: Força mística dos orixás.
- Exu: orixá mensageiro, dono das encruzilhadas e guardião da porta de entrega da casa.
- Unfun: Branco.
- Ogan: Pessoa que incorpora Faz a matança dos bichos. Toca os atabaques. Canta os pontos.
- Yakekerê: Mãe pequena.
- Babakekerê: Pai pequeno.
- Iabas: Cozinheiras.
- Reinos Africanos: Ketú, Sabé, Oyó, Egba, Egbado, Ijesa e Ijebu.
- Fulani: Um povo africano.
- Olorum: O deus maior dos africanos.
- Orixás: Deuses africanos, divindades, força da natureza.
- Egbwa, Ibarupa, Ijexá: são outros povos africanos.
- Egbe: Espaço geral do terreiro, a comunidade de um terreiro.
- Iyá Omi Axé Airá Ontile: Possivelmente o primeiro terreiro de candomblé fundado na Bahia (nome da casa).
- Iya Lussô Danadana, Iya Nassô Akalá, Iya Nassô Oká: As fundadoras do candomblé no Brasil.
- Babá: Pai.
- Roça: Outro nome dado o terreiro.
- Iyalorixás: Mãe de santo.
- Babalorixá: Pai de santo.

Efon: Outra nação africana.

Angola: Outra nação africana.

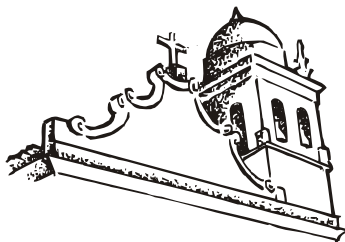
Oxossi: Orixá.

Ogun: Orixá.

Abiá: Quem não é feito de santo.

Iayô: Filhos e filhas de santo, no primeiro nível iniciático.

Yorubá: Capital do reino de Oyó, uma região da África.



VISÕES UNIVERSITÁRIAS SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE

NÚCLEO COLONIAL DE SÃO BENTO, LUGAR DE MEMÓRIA E IMAGEM.

Selma Chagas de Oliveira¹

Na segunda metade do século XVIII, nas terras da fazenda de São Bento foram erigidos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Mosteiro, ambos administrados pelos monges beneditinos. Estas construções constituemse importantes espaços para se analisar a ocupação e a economia da região, pois, além de terem sido a sede da fazenda, serviram, durante séculos, de local de pousada para os viajantes que iam e vinham da Capitania das Minas.

Em 1932, quando pertenciam ao governo federal, parte das terras da fazenda foram incorporadas aos projetos varguistas para a colonização da região. Lá, o governo instalou o Núcleo Colonial de São Bento e incentivou sua ocupação por migrantes das mais variadas regiões do Brasil. Esses migrantes se incorporaram à paisagem local e construíram referências sociais e familiares relacionadas ao patrimônio que, em 1957, foi tombado pelo IPHAN.

Desta forma, o Núcleo Agrícola de São Bento fora criado com o intuito de lotear a fazenda, desobstruir o Rio de Janeiro de parte da população pobre e, garantir o seu abastecimento de gêneros alimentícios. Este Núcleo estava subordinado ao Ministério da Agricultura, através de sua Divisão de Terras e Colonização.

Muitos desses velhos colonos foram para o Núcleo a fim de adquirirem casas com facilidades e também atraídos por vantagens oferecidas como médicos, remédios, hortaliças à disposição e doação de um litro de leite diário.

Para garantir essa política colonizadora foram oferecidos lotes rurais de forma facilitada com garantia para o plantio e o escoamento da produção para os mercados do centro do Rio e da zona Sul.

Os colonos tinham um prazo de três anos para começarem a pagar sua dívida, em suaves prestações. O governo federal custeava o treinamento dos colonos e funcionários através de cursos na Universidade Rural Federal Fluminense, fornecendo, ainda, as mudas para o plantio.

¹ Licenciada em Estudos Sociais/ História pela FEUDUC; Pós-graduada em História Social Brasileira pela FEUDUC; Associada e vice-presidente da APPH-CLIO; Associada da ASAMIIH e Coordenadora do grupo de estudos da Teoria da História pela CLIO; Professora da rede estadual de ensino.

O Núcleo Colonial de São Bento tinha, em torno de 500 funcionários, para atender às sete glebas. As funções estavam divididas entre tratoristas, engenheiros agrônomos, médicos, farmacêuticos, motoristas (para dirigirem os três caminhões, uma ambulância e três caminhonetes), dentistas, jardineiros, professoras (leigas), ferreiros, pedreiros, fiscais de gleba, trabalhadores burocráticos, mata-mosquitos etc.

Ali se plantava laranjas (de várias espécies), arroz, feijão, milho, aipim, bananas (de várias espécies) e crava-se aves em geral. Além do cultivo de cana-de-açúcar, hortaliças e criação de gado, de porcos, galinhas, abelhas e explorava-se minerais.

As glebas estavam assim divididas: 1º gleba: Parque Fluminense; 2º gleba: Wona; 3º gleba: Cidade dos Meninos; 4º gleba: da praça Boa Esperança até o Lote XV; 5º gleba: Babi; 6º gleba: Amapá; 7º gleba: Fábrica de Pólvora.

O Núcleo teve duas cooperativas. A primeira se chamava Cooperativa Mista de São Bento e a segunda foi a Cooperativa Agropecuária de São Bento Ltda.

As ruas eram de terra batida e a água não era tratada, o que facilitava a proliferação de doenças como a malária, por exemplo. O maior problema eram as epidemias de malária que faziam muitas vítimas.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos colonos era a falta de transportes urbanos. Fato esse que causava o isolamento da população. Diante disso, os velhos colonos acabaram por criar uma identidade local, a qual utilizavam como regras de convivência na área do Núcleo. Não aceitavam relações de namoro ou casamento com pessoas de fora do Núcleo, incluindo sanções aos que se recusassem a "obedecer" essa regra, segundo depoimento de Romana Ramos da Chagas, antiga moradora do Núcleo.

Muitos dos moradores tinham apelidos que os incorporavam à realidade da fazenda. Assim como: "Passo Triste", "Manoelzinho Farofa", "Braz do Ouvido Arrolhado", "Zé Botina", entre outros...

Na verdade, o que se percebe é a tentativa do governo varguista de isolar esta população carente o que, de fato, acarretou na criação de uma identidade rural daqueles que foram os protagonistas desse momento de grande importância histórica para a Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro- Ed. Vozes.

BOSI, Eclea. O Tempo Vivo da Memória / Ensaios de Psicologia Social- Ateliê Editorial.

SOUZA, Sonali Maria de. Monografia: Da Laranja ao Lote- Transformações Sociais em Nova Iguaçu- UFRJ-1992.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Monografia: O Projeto de colonização do Estado Novo em Caxias- UFF-2000.

FONTES DE PESQUISA

- Arquivo do Centro de Memória e Documentação da Baixada Fluminense. Consulta em Monografias.

- Arquivo do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Consulta em histórico da formação e extinção do Núcleo Colonial de São Bento.

- Entrevistas: com velhos colonos que ainda residem no extinto Núcleo, hoje bairro de São Bento.

- Pesquisa de bairro: Acervo do CEMPEDOC/BF: Núcleo Colonial de São Bento/ Sinteticamente, a Origem Fundiária do Bairro de São Bento.

- Acervo Iconográfico particular de velhos colonos.

- Arquivo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Pesquisa em exemplares do jornal "O Municipal", ano 1950 e 1951.

BAIRRO JARDIM LEAL

*Cristiane Fernandes da Silva Correia, Mário Costa de Brito,
Paulo César Ferreira da Silva, Ubirajara Santos,
Vanessa de Araújo Fernandes²*

Quando iniciamos esta pesquisa, tínhamos por objetivo analisar o desenvolvimento urbanístico do bairro Jardim Leal, localizado no município de Duque de Caxias, que tem como limites o Rio Sarapuí (ao norte) e os bairros Olavo Bilac (a oeste), Bananal (ao sul) e Gramacho (ao leste).

Procuramos inicialmente entrevistar os moradores mais antigos, que nos confidenciaram suas histórias de vida e afeto pelo bairro, e como contribuíram para o seu desenvolvimento.

A origem do bairro pode estar ligada a do município de Duque de Caxias que se emancipou de Nova Iguaçu em 1943. Desde essa década, houve uma corrida na compra de grandes extensões de terra.

Entretanto, concluímos que alguns proprietários não conseguiram administrá-las.

Na área estudada, havia até a década de 60, uma olaria (fábrica de tijolos de barro que se servia de matéria prima do próprio local) de propriedade dos senhores Francisco Leal e João Olinto Machado. Não conhecemos o real motivo que os levou a se desfazerem de suas terras. Mas compreendemos que sua extensão era muito favorável ao novo mercado imobiliário.

Para realizar este loteamento, foram contratados trabalhadores de outras localidades, como o senhor Onofre (comprou um lote e viveu até seu falecimento), engenheiro responsável por toda demarcação dos terrenos, aberturas de ruas, redes de esgoto com escoamento para o córrego (hoje vagão) que deságua no Rio Sarapuí. Com ele, vieram trabalhadores do Estado de Minas Gerais (cinco rapazes solteiros que não permaneceram no local) e de outros bairros próximos.

O bairro desenvolveu-se por volta de 1970, quando chegaram muitas famílias. Em sua maioria, migrantes nordestinos que fugiam dos altos alugueis ou por não se adaptarem ao pouco espaço oferecido pelos imóveis nos bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Atraídos por propagandas fixadas em pontos de passagem ou comentários de parentes e colegas de trabalho, e principalmente, pelos preços baixos e boa facilidade de pagamento, adquiriram lotes já alinhados e desmatados.

Os contratos e pagamentos eram feitos no próprio bairro em um escritório montado na rua principal, Avenida Pedro Lessa, em uma casa que existe até hoje, com algumas características conservadas, porém de outro proprietário.

Um fato que nos chamou a atenção se refere ao depoimento de nossa entrevistada, a senhora Tereza Maria dos Santos (viúva do engenheiro contratado). Ela nos contou que o próprio senhor Francisco Leal exigiu que não fossem construídos barracos nem casas mal feitas. Apesar da venda, a família gostava do lugar e não queria vê-la transformar-se em favela. Além disso, as ruas receberam nomes de membros da família Leal e Olinto Machado.

A falta de estrutura, a precariedade dos recursos básicos e o descaso dos governantes causaram-lhes grandes transtornos.

² Pesquisa realizada em 2003, por graduandos em História da FEUDUC, orientados pelo professor Antônio Augusto Braz.

Não havia água encanada, apenas um poço muito sujo, obrigando aos moradores a cavar poços artesanais.

As ruas sem qualquer calçamento, eram um grande desafio diário. O senhor Edgar Rodrigues Amorim (nosso 1º entrevistado) relatou que, para utilizar o transporte público, era preciso andar até a rua Pirai, atual rua Vereador Tomé Siqueira Barreto, para apanhar o ônibus ou até a Estrada Rio Petrópolis, atual Av. Presidente Kennedy para utilizar o trem, ambos no bairro Gramacho.

Dessa forma, eram obrigados a fazer longas caminhadas com as compras nas costas, driblando o esgoto a céu aberto, a lama nos dias de chuva e a poeira nos dias secos.

O mesmo se aplicava aos postos de saúde e hospitais, que não existiam, nem nos bairros vizinhos. Era uma verdadeira “via crucis” chegar ao trabalho em bairros da cidade do Rio de Janeiro ou no centro de Duque de Caxias.

A iluminação pública deficiente foi algo que contribuiu com a insegurança e ajudou a propagar a má fama dos municípios da Baixada Fluminense, como cidades violentas.

Na época, servia-se de “luz de cabine” (casa de força com relógio medidor) que distribuía energia elétrica para as casas. Um morador recebia a conta da Light e repassava o valor aos moradores, que pagavam de acordo com os eletrodomésticos que possuíam. O pagamento era feito na própria Light.

Já o lixo, era jogado em um brejo próximo, que de tanto receber dejetos e entulhos foi aterrado e recentemente loteado.

O senhor Nilo de Araújo de Vasconcelos (nosso 5º entrevistado) relatou que, para amenizar o problema com a segurança, contrataram uma pessoa (apelidado de panela de pressão por usar um apito) para fazer a ronda, já que a polícia passava raramente. Essa foi uma proteção principalmente para os pontos comerciais que foram surgindo (a padaria foi um dos mais antigos), pois era complicado depender do comércio dos bairros vizinhos. Porém, os entrevistados afirmaram terem sido poucos os casos de roubo na localidade. O mesmo se deu em relação ao lazer, que só contou com o Clube do Leal, anos depois (hoje extinto, em seu lugar há uma Igreja Universal do Reino de Deus).

A primeira intervenção do Estado em prol da comunidade se realizou depois de muita reivindicação. A construção do Colégio Estadual Fidelis de Medeiros, em terreno doado teve sua inauguração em dois de agosto de 1968. A senhora Terezinha de Albuquerque Marques (nossa 2º entrevistada) relatou que até esta data a maioria das famílias só podia contar com o colégio particular Rui Barbosa, localizado no bairro do Gramacho (hoje pertence à rede municipal de ensino). Um de seus filhos estudou e hoje é professor de Geografia.

Mais uma vez, com muita luta dos moradores, duas ruas foram calçadas no período da ditadura militar: a Rua Pedro Lessa, principal via do bairro, e a Rua Dom Silvério, mais conhecida como Rua da Mata, onde coincidentemente havia a propriedade de um major.

A água chegou com as obras da CEDAE (benefício que atendeu a outros bairros). O saneamento, segundo a senhora Tereza Maria dos Santos (nossa 4º entrevistada) continuava sendo motivo de angústia para os moradores. Para se chegar às casas, era preciso passar por tábuas de madeira, e agüentar o forte cheiro de fossa. Nos dias de chuva, a lama e o esgoto invadiam as casas.

Sempre que o poder público iniciava uma obra, logo a abandonava, e o caos aumentava. Como se não bastasse perder os móveis com as varias enchentes, o bairro foi palco de uma tragédia: a morte de uma criança que caiu num bueiro aberto.

A senhora Gilda Almeida de Araújo (nossa 3º entrevistada) nos relatou que os problemas e o amor ao bairro mobilizaram seus moradores. Seja pela construção de suas igrejas ou

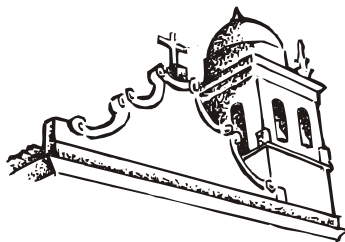
pela formação de grupos que lutavam por melhorias junto ao poder público. No dia vinte de maio 1980, foi fundada a Associação de Moradores do Jardim Leal. Hoje sua sede fica na Rua Jotão, número 80.

Através de fotos, cedidas pelo senhor Gerson da Costa Barros Mascarenhas, pudemos constatar como o bairro se modificou após as obras do programa “Baixada Viva”. Tornou-se uma área próspera, que conta com varias linhas de ônibus. Possui a maioria das ruas asfaltadas, com redes de esgoto e água. O comércio cresceu, e há poucos terrenos ou casas para vender.

Apesar de ainda não haver escola municipal, possui escolas particulares e o CIEP-131 Professora Armada Álvaro Alberto e um posto de saúde municipal.

Parece audacioso, mas o maior anseio é um pólo esportivo que atenderia a todas as idades com lazer para toda a família.

Apesar de tantos problemas, as famílias adaptaram-se ao bairro, criando laços de sociabilidade. Lembra-nos que lar é onde estamos, memória é tudo aquilo que preservamos e cidadania é nossa maior conquista.



SEÇÃO TRANSCRIÇÃO

*Ercília Coêlho de Oliveira*¹

*Tania Maria da Silva Amaro de Almeida*²

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando a preservação das informações das fontes, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

*“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”*³

Transcrevemos, nesta edição, dois documentos integrantes do Arquivo João XXIII, Petrópolis, RJ, referentes a criação da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Nesses documentos estão mantidas a grafia e a redação dos originais.



¹ Pós-graduada em História Social do Brasil pela Feuduc. Mestre em História Cultural pela Universidade Severino Sombra. Professora da FEUDUC e da rede estadual de ensino.

² Licenciada e bacharel em História pela UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da ABRACOR. Sócia fundadora da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Professora da FEUDUC e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico / CMDC e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

³ Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

MITRADIOCESANA DE PETRÓPOLIS
Rua Santos Dumont, 571
25.600 PETRÓPOLIS RJ
C.G.G. 28.805.190/0001-33

DIOCESE DE DUQUE DE CAXÍAS

Carta Circular do Sr. Bispo

Caríssimos Sacerdotes e amados filhos

Tenho a grande satisfação de comunicar oficialmente que o Santo Padre João Paulo II acaba de criar a nova Diocese de Duque de Caxias, dignando-se também nomear seu primeiro Bispo D. Mauro Morelli, até hoje Auxiliar do Sr. Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo.

A nova Diocese, cuja Catedral é a Igreja de Santo Antônio, no centro da cidade, desmembra-se de nossa Diocese de Petrópolis e incorpora ao seu território o município de S. João de Meriti que se desliga da Diocese de Nova Iguaçu. Será, portanto, uma Diocese que, constando de dois municípios apenas, terá contudo uma população aproximada de um milhão e duzentos mil habitantes, distribuídos atualmente em 15 paróquias.

Esta comunicação, que enaltece a cidade de Duque de Caxias, dignifica também Petrópolis, Bispado em que esteve até hoje integrada a nova Diocese e que lhe promoveu a maturidade religiosa, seja com a criação de tantas novas paróquias, de obras educacionais, de centros de formação comunitária e apostólica, seja com a constante solicitude demonstrada para que os seus graves problemas sociais de migrações desordenadas, de populações carentes, de violências acobertadas, de menores abandonados e de injustiças sociais.

Alegra-se pois Petrópolis Diocese ao ver hoje elevada à dignidade de sede episcopal a operosa e dinâmica cidade de Duque de Caxias. Ao mesmo tempo, tem a certeza de que o novo Pastor deste bom povo de Deus não só será cordialmente recebido, mas encontrará sincera e plena correspondência ao seu trabalho evangelizador da parte de todos: Autoridades civis e militares, Clero, Religiosas, Organizações paroquiais e todos os fieis.

Completando a alvissareira notícia, apraz-me dizer ainda que a solenidade da instalação da Diocese de Duque de Caxias e a posse de seu primeiro Bispo, D. Mauro Morelli, contará com a honrosa presença do Sr. Nuncio Apostólico, D. Carmine Rocco, dos demais Bispos do Regional Leste I, e será realizada na tarde do dia 5 de julho próximo, na Igreja de Santo Antonio.

Petrópolis, 4 de junho de 1981.
Manoel Pedro, Bispo Diocesano.



Arquivo João XXIII, Petrópolis, RJ.

CONFIDENCIAL

SECRETARIADO REGIONAL LESTE 1

Rua São José, 90
21º andar, Sala 2.104
Rio de Janeiro GB

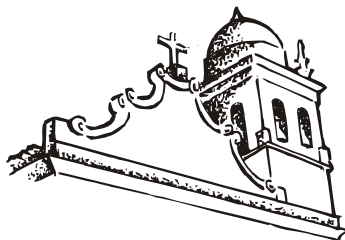
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

No dia 12 de fevereiro de 1980, reuniu-se em Itaicí, às 13:30 horas, o Regional Leste 1 da CNBB. Estiveram presentes o Cardeal Dom Eugênio Sales e os Bispos D. Clemente Isnard, D. Antonio Castro Mayer, D. Antonio Veloso, D. Adriano Hipólito, D. Valdir Calheiros, D. Inácio Acciolly, D. Amaury Castanho, D. Vidal Wilderink, D. Celso Pinto e D. Afonso Gregory. Constava da pauta da reunião a proposta da criação de mais uma Diocese no Regional. Dom Adriano Hipólito apresentou essa proposta em nome pessoal e também em nome de Dom Antonio Veloso, presente na reunião e de Dom Manoel Cintra, ausente. A proposta consiste em desmembrar os municípios de Duque de Caxias da Diocese de Petrópolis e São João de Meriti da Diocese de Nova Iguaçu, respectivamente. Os argumentos aduzidos em favor do projeto da Nova Diocese são os seguintes: o desmembramento de Petrópolis, devido a distância e também devido à diferença da população residente nas partes a serem desmembradas com o resto da população da Diocese de Petrópolis. O desmembramento da Diocese de Nova Iguaçu se deve principalmente ao volume da população dessa Diocese. Foi perguntado a Dom Adriano acerca das condições econômicas da Diocese ao ser criada, ao que respondeu que essas existem e que ademais sua Diocese está disposta a ajudar nesse sentido. Tendo-se realizado a votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Da reunião, lavrei o presente registro que passo a assinar.

Afonso F. Gregory
Presidente do Regional Leste 1 da CNBB

C: cópias p/ D. Adriano Hipólito, D. Manoel Cintra e D. Antonio Veloso.

Arquivo João XXIII, Petrópolis, RJ.



SEÇÃO MEMÓRIA VIVA ENTREVISTA COM O SR. ACÁCIO DE ARAÚJO



Alexandre dos Santos Marques¹

Roberto Gaspari Ribeiro²

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida³

A entrevista que segue, com o senhor *Acácio de Araújo*, um dos fundadores da *Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro*, foi concedida, em parte, ao professor Alexandre dos Santos Marques, no dia 3 de outubro de 2003 e é uma complementação da dissertação de mestrado desenvolvida pelo professor, com o título "Milítantes da Cultura de uma Cidade Periférica: Duque de Caxias - de 1950 a 1980". A sequência da mesma foi concedida a Roberto Gaspari Ribeiro, cantor e compositor da nossa cidade, em 2002, (no ano anterior, Beto Gaspari foi convidado a colaborar com a Diretoria daquela entidade), e utilizada para trabalho realizado para o curso de História e Música da grade curricular do curso Técnico de Violão da Escola de Música Villa-Lobos, ministrado pelo professor Fernando Lébeis.

As entrevistas foram realizadas nas dependências da Lira de Ouro, entidade que tem 49 anos de atividades no município de Duque de Caxias, e é responsável pela manutenção de uma Banda e pela formação de vários músicos em nossa cidade. Teve momentos áureos e outros de muitos problemas. Hoje a Sociedade luta para, de acordo com Beto Gaspari, "se perpetuar ... num tempo em que os coretos quase não existem, as praças estão abandonadas, desarborizadas, violentadas pela violência, pela falta de educação, pela falta de cultura (bandas, folias, saraus, arte nas suas mais variadas formas de expressão...) que já não atraem tanto as pessoas, e os amores não estão mais chamando ninguém 'pra ver a Banda passar cantando coisas de amor...'".

Seu Acácio, hoje com 95 anos, trombonista, casado com Dona Cota, é um dos fundadores da Lira de Ouro que ele ama e pela qual continua lutando com todas as forças.

A história de Seu Acácio, segundo Beto Gaspari, se mistura com a da Banda e vice-versa, num emaranhado de lembranças, de glória, de sofrimento, de esperança e principalmente de certeza de ver a "sua" Lira de Ouro se apresentando com o repertório que ainda ressoa em sua memória, e levando novos músicos e músicas para as praças e coretos deste país.

¹ Mestre em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra (Vassouras) e professor-titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC). Professor das redes particular e municipal de ensino.

² Cantor, compositor, violonista, poeta; autor, ator e diretor teatral; ativista cultural.

³ Licenciada e bacharel em História pela UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da ABRACOR. Sócia fundadora da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Professora da FEUDUC e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico / CMDIC e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

Seguem as entrevistas.

“Hoje são três de outubro de 2003. A entrevista está se iniciando por volta de dez horas e trinta minutos.

Sr. Acácio: ... a minha data de chegada aqui na cidade...., 29 de fevereiro de 1933. Sendo que, aqui chegando, eu já estava desde o início como músico. Já estava bem consciente com referência a música e continuei aqui no meio musical. Mais tarde, chegamos à conclusão de criar a sociedade já com esta esperança de sermos futura sociedade musical, dentro da cidade de Caxias, que hoje se chama “Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro de Duque de Caxias” e, com certeza com bons diretores, músicos, bons maestros. Exatamente, era essa finalidade que nós pensamos, em criar esta banda para questionar o município e o futuro patrimônio histórico para cidade de Caxias.

Alexandre: Já se pensava nisso na época?

Sr. Acácio: Já pensávamos nisso, sendo que estamos passando a concluir isso depois de quarenta e dois anos de luta. Hoje é que nós, graças a Deus, estamos conseguindo chegar a conclusão de ver se aproximar que ela seja uma sociedade que pertence ao município. ... Ela foi fundada em doze de março de 1957, já com este nome, Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro.

Alexandre: O senhor trazia uma experiência de músico antes?

Sr. Acácio: Já tinha uma experiência de músico, eu cresci no interior aprendendo, porque eu morava em Campos. Campos é uma grande cidade, conhece? Muito desenvolvida.

Alexandre: O senhor trabalhava com açúcar nas usinas?

Sr. Acácio: Eu trabalhava na indústria açucareira.

Alexandre: E onde aprendeu a tocar?

Sr. Acácio: Lá mesmo, surgiu lá um professor lecionando e aí... O comércio se interessou em criar uma banda e nós fomos convidados ... para lá compartilhar as aulas de música, e um ano e pouco depois que eu saí de lá, a bandinha já estava funcionando.

Alexandre: Essas bandas eram muito comuns nessa época?

Sr. Acácio: É, as bandas eram muito apoiadas. Eu gostava, fazia aquelas retretas.

Alexandre: O que é retreta?

Sr. Acácio: Retreta é um corredor... na praça, ... coreto alegrando o povo da cidade, no domingo ... coretos, namorados passeando e a gente lá.

Alexandre: Então retretas são bandas que tocam no coreto?

Sr. Acácio: É, são bandas que tocam no coreto.

Alexandre: E qual o estilo de música? Músicas populares, músicas clássicas?

Sr. Acácio: Tudo. Música clássica, música popular, todo estilo de música. Aqui, está vendo esse arquivo aí? Nós temos tudo aí.

Alexandre: É, o senhor me mostrou da outra vez. Não é à toa que vocês tocaram esse tempo todo. Agora, por que o senhor saiu de Campos e veio aqui para o Rio?

Sr. Acácio: Isso aí já é um espírito com certeza avançado. A vida no interior é muito difícil. Continua sendo. Então quem pensa um pouquinho no dia de amanhã... Foi o que aconteceu comigo, já via meus pais naquele sofrimento e pensava em tirar meus pais dali. E graças a Deus consegui.

Alexandre: E os pais do senhor eram negros também? Eram descendentes de escravos ou descendentes já negros livres?

Sr. Acácio: Descendentes diretos.

Alexandre: Descendentes diretos de escravos. Aí devia ser muito difícil, heim?

Sr. Acácio: Aquela vida difícil ainda estava melhor um pouco, mas acontece que, sei lá, o espírito avançado que seja, cada um já nasce ... aos meus 16, 18 anos, eu começava a pensar em outra vida melhor. Um futuro de vida melhor, certo? Foi isso que aconteceu, e houve oportunidade de eu vir para o Rio, tive apoio do meu cunhado, casado com a minha irmã, porque senão não poderia vir não, né? Eu vinha pra ficar onde? Não conhecia ninguém, não é?... Cheguei aqui, comecei trabalhar e trouxe meu pai pra aqui.

Alexandre: O seu cunhado ia arrumar emprego para o senhor aqui?

Sr. Acácio: ... o meu cunhado? Arranjou. Eu vim para aqui, trabalhei, trouxe meu pai, minha família.

Alexandre: Foi trazendo um por um?

Sr. Acácio: Não, o meu pai trouxe eu, ... a minha segunda mãe ... aqui já estava minha irmã casada... só estava lá no interior eu, meu pai e minha madrasta,... e aqui ficamos ... Eu moro na Rua Professor Henrique Ferreira Gomes, aqui no centro de Caxias, 476, e ali moro até hoje.

Alexandre: Então o senhor veio direto de Campos para cá?

Sr. Acácio: É.

Alexandre: E por que aqui? Caxias?

Sr. Acácio: ... as condições para que eu pudesse ter um apoio é exatamente morando em Caxias, com meu cunhado. O meu cunhado trabalhava na Leopoldina, estrada de ferro, lembra? ...

Alexandre: Empresa Inglesa, não é? Que à atual Rede Ferroviária Federal?

Sr. Acácio: O nosso transporte do interior aqui era esse ...

Alexandre: Mas nessa época o senhor ia sempre a Campos de trem?

Sr. Acácio: Não, eu cheguei aqui fiquei, se eu vim aqui para uma finalidade de resolver meus problemas,... não ia ficar passeando.

Alexandre: O senhor veio trabalhar na rede ferroviária, então?

Sr. Acácio: Não, trabalhei fora, trabalhei em obras, e mais tarde, enfim, trabalhei em vários empregos. Mais tarde, consegui um emprego, em 1935, numa companhia americana que era privatizada aqui no Brasil, chamava-se Standard Electric, aí Getúlio Vargas chegou e botou Corporation... não sei mais quantos anos essa empresa tem aqui no Rio ...

Alexandre: Como o senhor sabia que ela tinha sido privatizada?

Sr. Acácio: Ela era privatizada, ela era privatizada. Então eu trabalhei na empresa desde 1935. Trabalhei, eu estudei um pouco, e só falava inglês, três anos estudei inglês.

Alexandre: Sozinho?

Sr. Acácio: Com os gringos, né? Tinha um gringo lá que era muito meu compadre, então fui ajudante com ele, aí ele tinha até livro em casa, nunca comprei nem livro... também tinha a música, trabalhava domingo, porque naquela época na música trabalhava muito músico, ... calejado, ... calejado, trabalhava sábado, domingo, domingo até meia noite. Segunda-feira eu tava lá no trabalho.

Alexandre: E assim, em relação a Getúlio Vargas, o senhor acha que a privatização foi uma coisa boa?

Sr. Acácio: Naquele momento foi, porque a telefonia aqui no Brasil era muito fraca e essa turma tecnicamente vinha para instalar suas estações. Todo o material de equipamento de telefonia vinha da Europa, o Brasil não fabricava, também não tinha gente preparada para fazer instalações.

Alexandre: Não tinha técnico, não é?

Sr. Acácio: Eles vinham todos de lá de fora.

Alexandre: E isso era no Rio? Essa empresa era no Rio? O senhor pegava trem?

Sr. Acácio: É viajava... de trem, aí eu às quintas-feiras ia para o ensaio da banda. Nunca mudou. Então vinham as sextas-feiras. Naquela época eu trabalhava, fazia hora extra, mas à noite, sexta-feira, eu ficava aqui, fazia serão. Eu tenho um livro aqui de presença, eu mostrei, não é? Esse é novo, é o último ... eu não perdia um ensaio... Em 1936, eu me casei, quatro anos após que eu estava aqui no Rio, me casei.

Alexandre: Com a menina daqui, ou com a menina de Campos?

Sr. Acácio: Também do interior.

Alexandre: Se conheceram aqui? Qual o nome dela?

Sr. Acácio: Aqui. Maria das Dores Fernandes de Araújo, que é minha esposa.

Alexandre: E teve quantos filhos?

Sr. Acácio: Nós tivemos seis filhos, três homens e três mulheres.

Alexandre: E agora assim, nesse período que o senhor está falando, anos 30, 35 e 40, como era ser músico em Caxias?

Sr. Acácio: Inclusive era um lugar mais animado sobre música.

Alexandre: É mesmo, por quê?

Sr. Acácio: Sim, com a formação de um município, os políticos tinham mais condições de fazer a criação de uma banda de música, do que, vamos dizer, em Bonsucesso, que lá é outra cidade, que lá já era federal. (Na antiga capital) federal tinha bandas de música que não acabavam mais, não é? Aqui não tinha ... se isso aqui é um município e se eu sou o dono da casa, o que eu quero fazer? Eu vou evitar de tá pedindo emprestado aos meus colegas de lá, se eu posso fazer aqui. Então nós tínhamos uma no município. Inclusive na Baixada Fluminense, eu não conheço outra ... Uma banda de música de município só a Lira de Ouro aqui. Qualquer município, desses que vem da serra, da serra de Friburgo pra cá não tem, todos eles ensaiam... pegam alugado, emprestado ... ou ensaia hoje, como aconteceu muito com Lira de Ouro, mas amanhã não pode ensaiar porque não tem local.

Alexandre: E nos anos 30 e 40, antes da criação da Lira ainda?

Sr. Acácio: Nós já tínhamos um grupo aí.

Alexandre: Qual era o nome?

Sr. Acácio: Agente não tinha nem nome, era um grupo.

Alexandre: Se reunia, tocava? Quais eram os políticos que ajudaram vocês?

Sr. Acácio: Esses já morreram todos. Já morreram, esse era o tempo do Tenório Cavalcanti, Gastão Reis...

Alexandre: Esses políticos ajudaram o senhor?

Sr. Acácio: É Gastão Reis... essa turma daquela época.

Alexandre: E Nelson Cintra?

Sr. Acácio: É ... aí você veja, só em música aqui nessa banda, nós temos mais de 60 que já morreram. Agora nós temos aqui o nosso presidente de honra que se chama Ramiro Graça Peixoto... Ramiro, presidente de honra da Lira de Ouro. Ele foi junto comigo, nós somos os dois diretores mais antigos da banda.

Alexandre: Nesse período, onde vocês mais tocavam?

Sr. Acácio: Qualquer lugar, clube, rua, festa de político, dança...

Alexandre: E por exemplo, o Aliança...

Sr. Acácio: Aliança, Aliança era um clube, ali só tocava pequeno conjunto, banda não.

Alexandre: A banda nesse espaço não entrava?

Sr. Acácio: Não, não. Aliança, 500, Recreativo, a banda ia sim, nas grandes

festividades deles, entendeu? ... a banda de música é uma festa mais importante, mais requintada. Agora o baile é... tomar cerveja, doidão.

Alexandre: Então o senhor acha, deixa eu ver se eu entendi, que orquestra é uma coisa elitizada, e a banda já é mais popular?

Sr. Acácio: Não, não, a banda é mais séria. Para quem gosta de música sim, de vários gêneros, a banda tem clássicos, tem de tudo, bolero, até..., igual o camarada que chega ao armazém desse lá da roça que se chamava venda. O que é venda? Venda é uma casa que vende de tudo. Então ali tem desde sapato, cachimbo, tem roupa, feijão, arroz, tudo pra vender. A banda de música tem a mesma música é a mesma coisa... pra fazer uma festa religiosa... procissão, vai pro coreto. Agora orquestra exclusivamente tem oito, seis músicos...

Alexandre: E nesses espaços, por exemplo, Aliança, Recreativo.

Sr. Acácio: Não, no Aliança eles tinham a orquestra deles. Tinha inclusive um cara conhecido meu que fazia esses três bailes, Recreativo, 500 e Aliança.

Alexandre: E esses clubes eram abertos para população mais pobre ou era só da elite... do pessoal da grana? Para entrar era um problema?

Sr. Acácio: Era da elite. Eu já toque num baile que crioulo não entrava ... E por sinal tinha um clube que eu tocava, aí o cara era racista... Eu uma vez fui tocar num clube... no centro de Caxias e tinha uma porção de excluídos lá, mas depois eles souberam, o progresso monetariamente de cada clube estava com os pequenos...

Alexandre: Foi aí que vocês conseguiram entrar?

Sr. Acácio: Não, não, não, a nossa banda sempre foi ... a coisa mudou muito, antigamente você tinha um número de músicos, 40 músicos, terminava o ensaio... ia embora, não tinha dinheiro de passagem, entendeu? Hoje você vai com 18, 20 músicos, se você não tiver... uma passagenzinha... para voltar para Nilópolis, esses velhos aqui agora moram lá..., se você não tiver uma passagenzinha extra... então quando veio o Juscelino Kubitschek ... ele deixou uma lei federal para todas as bandas municipais serem auxiliadas pelas autoridades dos municípios.

Alexandre: A prefeitura?

Sr. Acácio: O prefeito não dá verbas para várias coisas? ... movimentos festivos... para cidade. A Lira também pertence ao município, por isso ela se chama sociedade Musical e Artística Lira de Ouro de Duque de Caxias. Não é de ninguém, é da cidade.

Alexandre: Quer dizer, a ajuda que tinha antes era uma coisa esporádica, não era uma coisa oficial?

Sr. Acácio: Não, não, não. Nunca foi, então o Juscelino deixou essa lei... (Na época do Juscelino) criaram a ordem dos músicos, então todos os músicos teriam que ser registrados ali ... Tenho a carteira, mas esperávamos que eles fossem fazer alguma coisa de importante para os músicos, mas não fizeram nada. Então pagavam uma anuidade. Se eu vou num clube tocar e o dono do clube não paga...

Alexandre: E o senhor vê a diferença, em relação aos músicos, entre Juscelino e Getúlio Vargas?

Sr. Acácio: Bom, o Juscelino foi presidente, como se diz, democrático, Getúlio Vargas era ditador.

Alexandre: E teve interferência entre vocês aqui, não?

Sr. Acácio: Ele? Não, musicalmente não ... Então ... a Lira de Ouro, nesse período trabalhou, prestou muito serviço à cidade. Quem é antigo em Caxias conhece a Lira de Ouro. Aí eles criaram um programa que as bandas de cada município faziam uma concentração. "Escuta, a Lira de

Ouro vai fazer um encontro de banda em tal lugar, assim, assim... Aí a banda se prepara, ensaia e vai naquele local, encontra dez, doze bandas. Cada qual quer fazer o melhor, não é? E por sinal a Lira de Ouro estava sempre em primeiro lugar... a Lira de Ouro classificava-se, mas onze bandas se classificavam e então, nós fomos fazer teste final lá na Quinta da Boa Vista. Concentraram lá de sete a doze bandas, e cada qual executou seu número, tudo bem, e quando terminou a festa o comentarista foi lá no palanque, explicou que aqueles encontros de bandas era apenas para provar o grau musical de cada município. Então nós sempre representamos bem Caxias nesse sentido.

Alexandre: E não havia preconceito por serem de Caxias?

Sr. Acácio: Não... para música não têm fronteiras. É música, e é música em qualquer lugar, qualquer lugar que chegar é respeitada, é música, música é cultura. Então ele explicou que aquelas bandas que se apresentam bem, certo que teriam algum apoio do município, aqueles que não conseguiram nada, vamos ver se no ano que vem se aproveita alguma coisa, tirar um ponto melhor... e nós conseguimos comprar isso aqui e hoje estamos tranquilos...

Alexandre: Com quais recursos?

Sr. Acácio: Tinha uma boa diretoria.

Alexandre: Agora tem uma pergunta assim, antes de vocês se formarem em 57, vocês tem uma história anterior, quer dizer, quando chega a formar é porque já tem pessoas pensando nisso, se associando. Como é que se chegou a essa associação antes dela ser registrada?

Sr. Acácio: Pois é, falando aqui, ali, não ensaia porque não tem lugar, amanhã tem ensaio por que alguém deu o salão, entendeu?

Alexandre: Por que é assim, tem alguns diretores que assinam a Ata de fundação, né? ... O que o diretor fazia? E ele era o quê? Comerciante?

Sr. Acácio: Ele fez muitos benefícios ... Ele era um alto comerciante de Caxias, você já ouviu falar do Carlinhos Auto-Peças de Caxias? Já ouviu falar? ... inclusive nós ficamos numa localidade que ele deu para trabalhar, não pagava nada, uma área que pertencia a ele ... aqui na Presidente Kennedy, não tem ali a Igreja? A Santo Antonio? Antes da igreja, encostadinho à igreja, antes de chegar ao portão da igreja, aquilo ali era da banda. A banda esteve 13 anos ali ... A fundação foi feita ali, e nós entramos antes da fundação..."

Parte da entrevista concedida a Beto Gaspari:

"...formamos a Sociedade Artística e Musical Lira de Ouro, tivemos bons diretores, boas apresentações, bons músicos, mas tudo sempre foi muito difícil.

Junto comigo, são também fundadores: Família Mendonça, Família Ramiro, Família Madeira, Família Mário Vaz, José Monteiro e outros... A banda naquele período e durante algum tempo teve muito apoio de particulares, hoje infelizmente isso diminuiu muito, mas ainda contamos com algumas pessoas. Durante aproximadamente 12 anos, os Desfiles Cívicos da Cidade de Duque de Caxias eram abertos pela Lira de Ouro, a Banda teve um período muito bom sendo respeitada em todos os lugares.

Quando o nosso Maestro morreu, eu fui na casa de um grande amigo que era Maestro, chamava-se Walter Barros, grande professor de música, um homem trabalhador, que tinha a mão cheia de calos, mas quando pegava na caneta escrevia como ninguém, se ficava bobo de ver. Nós temos aqui no arquivo várias composições dele. Ele ficou 13 anos na Banda, iniciou a Banda em várias músicas, quando deixou, devido ao seu falecimento, a Banda tocava diversas músicas clássicas, e tinha já um grande nome em Caxias e em várias cidades no Estado e fora deste. Tocamos

2 vezes no programa do Paulo Roberto. Onde chegávamos, éramos bem recebidos.

Estivemos em muitas cidades como convidados, em Encontros de Bandas, Festas de Patronos e Padroeiros. A Lira naquele momento era uma Banda completa.

Com a morte do maestro Walter Barros, arrumamos outro maestro, um tenente chamado Arlom Mendes, o 3º maestro da Lira, muito competente.

Lembro inclusive uma passagem com este maestro. Tínhamos sido convidados para tocar em uma festa na cidade de Muriaé, íamos abrir a festa. O Maestro escolheu quatro músicas. Quando começamos a tocar, o povo foi se chegando e se animando, os músicos de outras Bandas também vieram assistir, estávamos afiados, com um repertório que incluía músicas clássicas. Logo depois de nossa apresentação, alguns desses outros músicos vieram reclamar conosco:

– Assim não vai dar certo, essa Banda tocando essa coisas, e nós como é que vamos fazer?

Ao que eu respondi: – Não tem nenhum problema, cada um faz aquilo que ensaiou para fazer! (cheio de orgulho).

Depois da apresentação de todos, a Comissão de Organização da Festa pediu para que ficássemos para tocar no encerramento, o Maestro achou por bem aceitar. Reuniu a Banda e falou:

– Passaremos o dia por aqui, vamos tocar o mesmo repertório. Não se excedam para evitar alguma surpresa!

Muito bem, ouvimos as instruções e fomos tratar de nossas vidas, já sabendo que o Maestro gostava de disciplina, e não tolerava deslizes.

Havia nesse período, um trompetista muito bom que acabou se excedendo. Na hora da apresentação, nós que já sabíamos tudo de memória, percebemos o trompete meio estranho, mas conseguimos terminar a apresentação de forma satisfatória.

Na viagem de volta observei que o maestro vinha escrevendo alguma coisa, caladão, como era de seu feitio. Antes da descida do ônibus, lembrou-nos do compromisso da reunião da 5ª feira seguinte.

Chegando lá, tomamos conhecimento do que ele escreveu durante a viagem, um relatório dos fatos, descrevendo minuciosamente a atuação da Banda como um todo e, também, a atuação individual dos seus componentes. Neste relatório, o Maestro pedia a suspensão do trompetista por sei meses, a contar daquela data, por disciplina e desrespeito à Banda. Deixando claro que caso seu pedido não fosse aceito, deixaria imediatamente a direção da mesma.

Aquilo foi um baque, o homem tocava muito bem e achava que nada lhe aconteceria, mas nós apoiamos a proposta do Maestro, e ele ficou seis meses, indo às apresentações com o trompete, mas nós só deixamos que retornasse após o fim da punição.

A banda tem aqui, para quem quiser ver, o registro de tudo que aconteceu, incluindo as presenças em ensaios e apresentações.

Nós tivemos as famílias Mendonça, Ramiro, Família Madeira, Família Mario Vaz, José Monteiro, José Carlos, Marido de Dona Aninha, muito gente do comércio colaborou conosco. Inclusive até o Governador, de vez em quando, dava alguma coisa, não era fixo, mas dava... Ganhamos algumas coisas, até mesmo de alguns prefeitos da cidade, inclusive esta sede foi fruto da ajuda...

Mas você sabe, toda sociedade tem a época do progresso e do regresso. Foi o que aconteceu com a Lira. Hoje tudo mudou, tecnicamente estamos mais esclarecidas, porém muitas coisas estão mais difíceis, e por que mais complicado? O povo está mais reunido... Mas os patrões, a música tecnicamente, eletronicamente, tiraram muito de jogada o músico... Antigamente tinha muito

trabalho (festas, bailes, tocatas em coretos), a gente tinha sempre apresentação, éramos convidados para várias cidades no Estado e fora dele (São João de Meriti, Niterói, São José dos Calçados (ES), Guaçuí (ES), Muriaé (MG)...).

Dos meus descendentes tenho um sobrinho maestro, chamado Rui Júlio. Filho nenhum deu pra música... Teve um que quis aprender violino, mas eu não pude apoiar. Conversei com ele... O instrumento era caro, eu não tinha condições, ele desistiu... Eu até que gostei... Por que a música é isso que a gente sabe...

Tem também um sobrinho mais velho, foi reformado em junho como músico...

Tenho inscrição na Ordem dos Músicos, muitos colegas meus já morreram, outros abandonaram devido às dificuldades...

Para a criação da Lira de ouro, fui convidado e aceitei, eu sabia que era uma carga um pouco pesada, porque o músico sempre teve muita dificuldade. O músico está lá trabalhando e o povo, dançando, rindo, brincando, bebendo, comendo e nem sempre percebendo a presença do músico, que fica aguardando para se alimentar e beber... Eu entendo tudo isso... As dificuldades... O músico precisa de um mínimo para ensaiar... Uma "passagem"...

Agora tudo depende muito do músico, está certo que o sujeito precisa, hoje eles querem exigir pra sentar na estante. Muitas vezes nem tocam, dão um trabalho fora-de-série ao maestro, mas, vem prensando em ganhar, em vez de aprender primeiro. Ora, se eu tenho dom para um instrumento, tenho que ter um compromisso. Eu mesmo já peguei muitas vezes... Diziam: vai tocar saxofone, trombone, piston, flauta, "num sei-o-quê" tenor, bateria, etc... Chegava lá tava a bateria graças a Deus eu olhava, cadê o sax? Cadê fulano? E o Beltrano? Só tinha o trombone, a bateria, o piston, e a gente tocava.

Porque o sujeito, para assumir alguma coisa, tem que ter capacidade. Então, muito do que está aí, é culpa do próprio músico...

Foi criada no Governo Juscelino a Ordem dos Músicos do Brasil, eu me filiei, porque à princípio seria para defender os músicos e seria dirigida por músicos. Não é isso que se vê, não conheço ninguém que tenha conseguido se aposentar pela Ordem, aqui na Banda alguns morreram e não conseguiram se aposentar... Parei de pagar a alguns anos... O que fez ou o que faz a Ordem pelos músico?

Mas não tem problema, continuamos aí lutando, e vamos conseguir. Vamos trazer novos cursos de música para cá, formar novos músicos, e colocar a Banda para tocar de novo."

Hoje, segundo Beto Gaspari, a Banda Lira de Ouro, que tem o maestro Wanderlei Machado à sua frente, infelizmente, também tem vários problemas para sua manutenção. O que Seu Acácio quer, tem esperança e batalha é que a Lira volte a ser a Banda que foi, tocando e encantando, despertando novas vocações, como ele um dia foi tocado.

Do alto dos seus noventa e cinco anos, Seu Acácio, que Beto chama carinhosamente de "General da Banda", se fez e se faz bandeira da Música e da sua Querida Sociedade Artística e Musical Lira de Ouro, lutando cada vez mais para que os Coretos voltem a ter as notas musicais de outrora, nos ensinando a também entender seu passos, para continuarmos a caminhar.

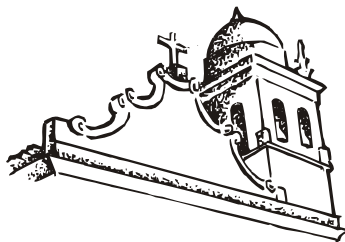


Para este ano de 2006, de acordo com Paulo Roberto Teixeira Lopes, o Beto Cavaco, atual presidente da Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro, apesar de todos os problemas, pelos quais a Lira passa, foram aprovados projetos no tocante a oficinas de música, artes plásticas, teatro, capoeira, artesanato e dança para interessados de 6 a 15 anos de idade, implantados através do Projeto Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura. Ainda, a Lira aguarda a aprovação de outro projeto, enviado à Petrobrás Cultural, relativo à manutenção de bandas tradicionais. Também foi fechada parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias para, em agosto próximo, ser realizado o 2º Encontro de Bandas do Estado do Rio de Janeiro.

Mas, mesmo com tudo isso, ainda é importante e necessário a busca de parcerias como contrapartida para efetivação dos convênios com os patrocinadores dos projetos citados, para manutenção do espaço físico e para também para auxiliar os ensaios da nossa querida Lira de Ouro.

Lembra ainda Beto Cavaco, que a rotina de ensaios é às quintas-feiras, às 19 horas, e que a Lira está aberta a novos músicos que queiram participar.

SOCIEDADE ARTÍSTICA E MUSICAL LIRA DE OURO
Rua Sebastião Oliveira 72, Centro, Duque de Caxias, RJ.
Tel: 3774-4157



SEÇÃO
ICONOGRAFIA

*Esta seção tem como objetivo
divulgar os documentos iconográficos que
integram o acervo do Instituto Histórico e das
demais instituições que abrigam
esse tipo de documentação.*



FAZENDA DO ANHANGÁ - MARGEM DO IMBARIÊ
Anos 10 do século XX
Acervo Iconográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



CASA DA FAZENDA DE SÃO BENTO
Anos 10 do século XX
Acervo Iconográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



EVENTO COMEMORATIVO PELA PINTURA DO PAINEL "BAÍA DA GUANABARA" - ESPORTE CLUBE DE SÃO BENTO
 Diretoria do Clube. Da esquerda para a direita, Carlos Sena, Carlos Dias (vice-presidente de futebol), Erenil Macedo (diretor social), Ubiratan Pereira de Oliveira (presidente), Murilo Fabiano de Castro (diretor Social), Alcino Francisco das Chagas Filho (primeiro secretário), José Antônio Maia (vice-presidente de basquete), Luiz (segundo secretário), Zezinho (vice-presidente social). Ao fundo, Orquestra de Johnny Maza. SÃO BENTO - DUQUE DE CAXIAS - década de 1960 - Acervo sob a guarda do Instituto Histórico / CMDC



BANDA DA SOCIEDADE MUSICAL E ARTÍSTICA LIRA DE OURO
 1º Encontro de Bandas do Estado do Rio de Janeiro - outubro / 2005
 Foto: Beto Gaspari / Acervo de Beto Cavaco



MISSA CAMPAL NO LOCAL ONDE DEVERIA
SER EGUIDA A IGREJA DE SANTO ANTÔNIO
s/d
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico / CMDC

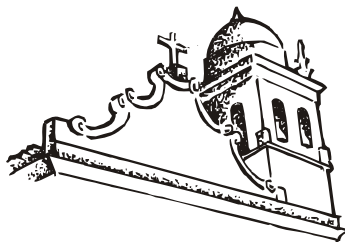


IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO
Postal sob a guarda da Secretaria Municipal de Cultura / Duque de Caxias

CAPA DO DISCO *O REI DO CANDOMBLÉ*
DE JOÃO SINHO DA GOMÉA
1969
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico / CMDC



PAI VALDEMIRO BAIANO (Filho de Xangô)
TERREIRO SANTO ANTÔNIO DOS POBRES
março/2006
Foto: Rogério Torres
Acervo sob a guarda do Instituto Histórico / CMDC



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

A

Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, sustentar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO ESTÁ
ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!**

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

2003/2005

*CONSELHO DELIBERATIVO*Efetivos

ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ Presidente
 PAULO MAINHARD Vice-Presidente
 ARISTIDES MULIN
 GENESIS TORRES
 GILBERTO SILVA
 GUILHERME PERES
 IRIS FERRARI
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL
 ROGERIO TORRES
 RUYTER POUBEL
 JUNIOR REIS (Presidente da CMD C - membro nato)
 CARMEM MIGUELES (Secretária de Cultura - membro nato)
 SELMA S. RODRIGUES (Secretária de Educação - membro nato)

Suplentes

JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
 ALEXANDRE MARQUES
 AGRINALDO FARIAS
 MARLUCIA SANTOS SOUZA
 BETO GASPARI
 SANDRA GODINHO
 WASHINGTON LUIZ JUNIOR
 ROSA LEITE
 STÉLIO LACERDA

*CONSELHO FISCAL*Efetivos

ERCÍLIA COELHO
 NEWTON MENEZES
 CARLOS DE SÁ BEZERRA

Suplentes

FÁBIO PEREIRA
 ODLAN VILLAR
 JOSUE CARDOSO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
Tesoureiro ODEMIR CAPISTRANO SILVA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA
 (Diretora do Instituto Histórico – membro nato)



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS
 ANÍDIA SANTOS DA COSTA
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 FARID DAVID SÃO TIAGO
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIE TE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPÇÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELE
 ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVAENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
 CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMIDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILSON RAMOS DA SILVA

GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
GUILHERME PERES DE CARVALHO
HERALDO BEZERRA CARVALHO
HERMES ARAUJO MACHADO
IRANI FONSECA CORREIA
ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
IVON ALVES DE ARAÚJO
JOÃO HERCULANO DIAS
JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MESSIAS NEIVA
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO

PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ALINE FERNANDES PEREIRA
CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
EDGAR DE SOUZA CARVALHO
ELIAS DA SILVA MAIA
FERNANDO RAMOS PEREIRA
GERALDO COSTA FILHO
HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA
MARIA CELESTE FERREIRA
NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
PAULO DA SILVA
ROBERTO LIMA DOS SANTOS
SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
THIAGO GONÇALVES DA SILVA



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

15ª Legislatura: 01/01/2005 a 31/12/2008

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2006/2008

Presidente: DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR - Junior Reis

1º Vice-presidente: ALMIR MARTINS DA SILVA - Almir Martins

2º Vice-presidente: JOSÉ RAIMUNDO CAMPOS - Zé do Cloro

1º Secretário: NIVAN ALMEIDA - Nivan

2º Secretário: ALCIDES LEONCIO NOGUEIRA CIDINHO DE FREITAS - Cidinho

VEREADORES

AILTON ABREU NASCIMENTO - Chiquinho Caipira

AIRTON LOPES DA SILVA - Ito

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus

CRISTIANO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA - Cristiano

DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho

EZEQUIEL DOMINGUES LOURENÇO - Quiel do Canarinho

FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro

GERALDO DE SOUZA - Geraldo Móveis

JOAQUIM JOSÉ SANTOS ALEXANDRE - Quinzé

MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARDOSO - Gaete

MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide

RICARDO JOSÉ DE SOUZA - Ricardinho

ROBERTO MURI PORTUGUEZ - Roberto Muri

SEBASTIÃO DE SOUZA ALVES- Tião do Táxi

SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA - Chiquinho Grandão

VAGNER RODRIGUES DUTRA - Vaguinho

Diretor Geral da CMDC: SÉRGIO LOCATEL BARRETO



Município de Duque de Caxias

